

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS**  
**CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA APLICADA**

**Carmen Regina Teixeira de Quadros**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO:**  
**O GÊNERO E SUA ESTRUTURAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística Aplicada da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, para obtenção do título de Mestre em Lingüística Aplicada.

**Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Maria de Mattos Guimarães**

**São Leopoldo**  
**2006**

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS**  
**CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA APLICADA**

**Carmen Regina Teixeira de Quadros**

**Termo de Consentimento Livre e Esclarecido: o Gênero e sua Estruturação**

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Maria de Mattos Guimarães**  
**Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Lingüística Aplicada**  
**Orientadora**

---

**Prof. Dr. Gaston Hilgert**  
**Examinador**

---

**Prof. Dr. Padre José Roque Junges**  
**Examinador**

## **DEDICATÓRIA**

As minhas filhas, Luciana e Marina, pela paciência, compreensão e apoio durante a realização deste trabalho. Agradeço e amo vocês. Ao querido Pino, que, por me amar, abraçou este sonho como se fosse dele.

## AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa foi possível graças à colaboração de algumas pessoas. Sou especialmente grata...

...a Deus, por tantas bênçãos recebidas e por estar comigo nesta caminhada, dando-me força, quando já não havia;

...aos meus pais que, se um dia, não tivessem confiado em minha vida, muitas vezes renunciando a muitos de seus sonhos em favor dos meus, talvez eu não tivesse chegado até aqui. Sei que hoje devem estar de pé, sorrindo, com o coração transbordando de orgulho, aplaudindo mais esta etapa que também é deles, dizendo bem alto: juntos vencemos! Obrigada, pai e mãe!

...a minha orientadora, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Maria Guimarães, todo o meu carinho, admiração e respeito. Agradeço por todo o incentivo, pela disponibilidade, pelas sugestões valiosas, pelo apoio, atenção e compreensão nos momentos de dificuldade;

... ao Centro Universitário Feevale, pelo estímulo profissional, através do auxílio bolsa mestrado fornecido durante o desenvolvimento do trabalho e pelo incentivo para trabalhar em um ambiente humano;

...às amigas que aceitaram tantos “hoje não posso” sem questionar, que estiveram sempre disponíveis quando meu tempo era tão limitado;

... à colega e amiga Juliana Alles Camargo de Souza, pelo espírito de doação, pela disponibilidade e por seus comentários sempre construtivos;

... às professoras do Curso mestrado, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Eduarda Giering, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marlene Lopes Teixeira, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Catia Azevedo Fronza, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Cristina Ostermann e Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria da Glória di Fanti, pelos ensinamentos transmitidos ao longo do curso;

...aos colegas do curso Mestrado, pela amizade;

...à Valéria, secretária do PPG de Lingüística Aplicada, pela atenção;

...às colegas do Centro Universitário Feevale, pelas palavras de apoio e incentivo;

...às instituições e pesquisadores que, por compreenderem a importância desta pesquisa, cederam os textos para que a análise pudesse ser realizada;

...a todos, a quem manifesto meu carinho e gratidão.

## RESUMO

Este estudo objetiva analisar textos do gênero Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), utilizados no encaminhamento de projetos de pesquisa para avaliações nos Comitês de Ética, conforme a Resolução 196/96. Esse tipo de estudo é relevante devido à necessidade da comunidade científica de elaborar tais textos de maneira clara, coesa, de forma a permitir a compreensão de quem os lê. Para o estudo, foram analisados 30 textos de três instituições diferentes, todos aprovados pelos Comitês de Ética. Essa análise foi constituída por três momentos distintos, a partir da teoria desenvolvida por Jean Paul Bronckart (1999), a qual concebe a organização do texto como um folhado constituído por três camadas superpostas. O primeiro momento refere-se à infra-estrutura geral do texto, que compreende os seguintes parâmetros: a temática do TCLE, o tipo de discurso predominante, as seqüências textuais presentes, a articulação entre essas seqüências. O segundo diz respeito à análise dos mecanismos de textualização, sendo considerados os parâmetros coerência temática, coesão nominal e verbal, conexão lógico-temporal. Já o terceiro momento analisa os mecanismos enunciativos, para verificar as vozes e modalizações presentes. Os resultados dessa análise permitem caracterizar o gênero TCLE e, assim, contribuir para facilitar a redação de textos desse gênero.

**Palavras-chave:** Gênero – Termo de Consentimento – Folhado Textual

## ABSTRACT

The goal of this work is to analyze Informed Consent texts (TCLE), used at the referring of research projects to Ethics Committees' evaluations, concerning to the Resolution 196/96. This kind of study is relevant because of the research community's necessity to elaborate those texts in a clear and cohesive way, so that people are able to understand them. To the study, 30 texts of three different institutions were analyzed, all of them approved by the institutions' Ethics Committees. This material was analyzed in three different moments, and it is based on Jean Paul Bronckart's theory (1999), which understands the text organization as a leaf with three layers. The first moment is about the general structure of the text, which has the following parameters: the TCLE thematic, predominant kind of discourse, presented textual sequences, joint between these sequences; the second is about the analyses of the texts mechanisms, where the parameters thematic coherence, nominal and verbal cohesion, as well as logical-time connection are being considered. Finally, the third moment analyzes the statement mechanisms to verify the presented voices and modes. The results of this research permit us to characterize the gender TCLE and that way contributing to facilitate the writing of these kinds of texts.

**Key words:** gender; consent term; text leaf.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS</b> .....	20
2.1 A QUESTÃO DOS GÊNEROS .....	22
2.2 BAKHTIN E OS GÊNEROS .....	28
2.3 BRONCKART E OS GÊNEROS .....	31
2.3.1 As condições de produção dos textos .....	35
2.3.2 Um esquema de arquitetura textual .....	37
2.4 BRONCKART E OS TIPOS DE DISCURSO .....	41
2.5 BRONCKART E OS TIPOS DE SEQÜÊNCIA .....	43
<b>3 PERCURSO METODOLÓGICO</b> .....	52
3.1 A SELEÇÃO DE DADOS .....	52
3.2 AS ETAPAS DA ANÁLISE .....	53
<b>4 A GÊNESE DO GÊNERO TCLE</b> .....	55
4.1 A CONSTITUIÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO TCLE .....	55
4.2 PRPOSTA DE ANÁLISE DO GÊNERO .....	64
<b>5 ARQUITETURA INTERNA DO TCLE</b> .....	65
5.1 PLANO GERAL .....	65
5.1.1 Análise dos tipos de discurso .....	74
5.1.2 Análise das Seqüências .....	85
5.2 MECANISMOS DE TEXTUALIZAÇÃO .....	97
5.2.1 Conexão .....	97
5.2.2 Coesão Nominal .....	101
5.2.3 Coesão Verbal .....	106
5.3 MECANISMOS ENUNCIATIVOS .....	110
5.3.1 As Vozes .....	111
5.3.2 Modalizações .....	117
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	119

<b>REFERÊNCIAS</b> .....	123
--------------------------	-----

## **DESENHOS**

DESENHO 1 – Seqüência narrativa .....	45
DESENHO 2 – Seqüência explicativa .....	47
DESENHO 3 – Seqüência descritiva .....	48
DESENHO 4 – Seqüência argumentativa .....	49

## **QUADROS**

QUADRO 1 – As condições de produção de um novo texto .....	36
QUADRO 2 – Esquema geral da arquitetura textual .....	38
QUADRO 3 – Seqüências: representações de efeitos .....	51
QUADRO 4 – Áreas de conhecimento (CNPQ) .....	53
QUADRO 5 – Tipos de discurso.....	75
QUADRO 6 – Levantamento para caracterização dos tipos de discurso .....	79
QUADRO 7 – Tipo de discurso e totalidade dos TCLEs .....	80
QUADRO 8 – Resultados.....	81
QUADRO 9 – Esquema com seqüências variadas .....	93
QUADRO 10 – Tabela com tipos de seqüência.....	
QUADRO 11 – Seqüências – resumo .....	96
QUADRO 12 – – Vozes.....	115
QUADRO 13 – Características do gênero.....	119
QUADRO 14 - Principais diferenças quanto ao contexto de produção dos TCLEs .....	120

<b>ANEXOS</b> .....	129
---------------------	-----

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho objetiva analisar textos do gênero “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido”, (TCLE) que são utilizados no encaminhamento de Projetos de Pesquisa para avaliações nos Comitês de Ética, conforme a Resolução 196/96, do Conselho Nacional de Saúde.

Meu interesse pelo tema foi motivado pelo curso “Fundamentos Éticos da Pesquisa”, realizado em abril de 2004, na Unisinos, em que o professor palestrante, Dr. José Roberto Goldim manifestou a preocupação dos Comitês de Ética com as redações dos TCLEs. Perguntando-me como uma pesquisadora em Linguística Aplicada poderia colaborar nesta questão, cheguei ao projeto de minha dissertação de Mestrado “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – o Gênero e sua Estruturação”, entendendo que, ao esclarecer a estrutura desse gênero, poderia contribuir para solucionar necessidades e problemas verificados por profissionais que se deparem com tais textos.

Levando em conta o que foi exposto acima, é importante explicar o que é a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, datada de 10 de outubro de 1996 (Anexo A). Este documento é considerado muito significativo como disciplinador da forma como se faz pesquisa no Brasil, pois atualizou as normas e diretrizes para a pesquisa que envolve seres humanos. Foi fundamentado com base nos principais documentos internacionais e nos marcos constitucionais e legais que regulamentam os direitos dos brasileiros em termos individuais e comunitários. Essa Resolução e outras que a complementam, publicadas de 1997 a 2004 (as resoluções 240/1997, 251/1997, 292/1999, 303/2000, 304/2000 e 340/2004), estabeleceram responsabilidade e funcionalidade dos Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) e da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), inclusive em pesquisa que implique a reprodução e genética humana, experimentação cooperativa internacional, envio de material biológico para o exterior, populações indígenas e novos medicamentos ou procedimentos diagnósticos e terapêuticos. A Resolução também contempla questões como publicação dos resultados,

conhecimento de todos os projetos pela instituição, conflito de interesses, garantia do acesso e da continuidade da assistência pós-pesquisa. Por sua vez, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) acompanha toda essa evolução e também vem atualizando as suas regulamentações.

Pode-se afirmar que a Resolução 196/96 incorpora, sob a óptica do indivíduo e das coletividades, os quatro referenciais básicos da bioética: autonomia, beneficência, não-maleficência e justiça e visa a assegurar os direitos e deveres que dizem respeito à comunidade científica, aos sujeitos da pesquisa e ao Estado.

A Resolução define, ainda, que procedimento de qualquer natureza envolvendo o ser humano, cuja aceitação não esteja consagrada na literatura científica, será considerado pesquisa, e, portanto, deverá obedecer às diretrizes nela presentes. Os procedimentos referidos incluem, entre outros, os de natureza instrumental, ambiental, nutricional, educacional, sociológica, econômica, física, psíquica ou biológica, sejam eles farmacológicos, clínicos ou cirúrgicos e de finalidade preventiva, diagnóstica ou terapêutica.

Se a pesquisa envolve seres humanos, a resolução deverá ser obedecida em qualquer área do conhecimento. Uma pesquisa só deve ocorrer quando o conhecimento que se pretende obter não possa ser obtido por outro meio; deve respeitar valores culturais, sociais, morais, religiosos, éticos, bem como hábitos e costumes das comunidades em estudo. Deve garantir que os estudos em comunidades, sempre que possível, traduzam-se em benefícios e garantam o retorno desses benefícios obtidos através de pesquisas para as pessoas e comunidades envolvidas.

A preocupação com a ética em pesquisa é determinante da Resolução 196/96 e da regulamentação sobre a pesquisa que envolve seres humanos. Na verdade, a ética pode ser discutida em diferentes níveis de abstração. Em sua forma mais superficial, é apenas julgamento, entendendo-se julgamento como veredito sobre determinada ação. Os julgamentos, quando questionados, podem ser justificados. Basta mostrar que eles obedecem a um regulamento, o qual estabelece as atitudes que podem ser tomadas, com base em referenciais ou princípios. Vieira e Hossne

(1998, p. 35) dizem que: “são três os referenciais que devem nortear a regulamentação da pesquisa médica: o respeito às pessoas (autonomia), a beneficência e a justiça”.

O respeito às pessoas se baseia na filosofia de Kant, que formalizou o princípio de que o homem é um fim em si mesmo, não um meio. As decisões tomadas pelas pessoas devem ser respeitadas, a menos que existam razões para justificar invasão da privacidade e intervenção, contra desejo expresso. Junges (2003, p. 43) diz que o princípio de autonomia tem a sua expressão no consentimento informado. Segundo este autor, o direito ao consentimento informado quer proteger e promover a autonomia.

A beneficência é um dos mais conhecidos referenciais da ética. Nas palavras de Hipócrates “Aos doentes tenha por hábito duas coisas – ajudar, ou pelo menos não produzir dano”. Essa colocação foi simplificada no princípio *primum non nocere* (“em primeiro lugar, não causar dano”), mais conhecido como não maleficência.

A justiça exige que a distribuição de danos e benefícios seja justa. O princípio da justiça implica especial atenção às regras de recrutamento de participantes de experimentos. Não se podem fazer experimentos apenas com determinados grupos, como, por exemplo, prisioneiros, asilados, simplesmente porque estão à disposição e em situação de dependência, pois seria injusto.

É importante ressaltar que “a autonomia é um referencial ligado mais diretamente ao paciente, a beneficência está mais associada à conduta profissional do médico e a justiça está relacionada à sociedade com um todo” (VIEIRA; HOSSNE, 1998, p. 36). O peso de cada um desses referenciais varia em cada situação; nenhum deles tem valor absoluto. Apenas a dignidade do ser humano, que deve nortear as discussões nos casos de dilemas éticos, é que tem valor absoluto.

A ética está presente em todas as sociedades. Há vários autores que a definem. Goldim (1998) traz os conceitos de Singer (1994) e Moore (1930). Para Singer, a ética é o estudo sistemático da argumentação sobre o modo como devemos agir; para Moore, é a investigação geral sobre aquilo que é bom, sobre o

que faz uma ação ser boa ou má. O conceito de ética que tomo como ponto de partida é “o das relações entre o indivíduo e o contexto em que está situado. Ou seja, entre o que é individualizado e o mundo a sua volta. Procura enunciar e explicar as regras, normas, leis e princípios que regem os fenômenos éticos. São fenômenos éticos todos os acontecimentos que ocorrem nas relações entre o indivíduo e o seu contexto” (KORTE, 1999, p. 1).

Nesse sentido, é preciso explicar o que diferencia a palavra *ética* de *moral*. Muitas pessoas pensam que essas duas palavras são sinônimas, mas não é o que ocorre. Ambas estão relacionadas à valoração do comportamento humano, mas têm significados diferentes. *Ética*, do grego *éthike*, implica valores, normas que podem explicar, motivar ou orientar o comportamento humano. *Moral*, do latim *mos, moris*, refere-se a sistemas de leis e valores, muitas vezes marcados como pertencentes a uma dada época e que se relacionam a julgamento de valor, pois podem definir comportamentos proscritos, desaconselhados, permitidos ou ideais.

Nesse contexto, ainda é importante conceituar *ética aplicada e bioética*. De modo amplo, a *ética aplicada* consiste no estudo de aspectos éticos de um problema pessoal ou social (cf. CLOTET, 1995). Ocupa-se da reflexão que visa ao agir correto num tema de importância capital para o bem-estar ou sobrevivência da humanidade, ou grupo social determinado. Ainda, conforme esse autor, trata de questões que dizem respeito tanto ao macro (cuidado com a ecologia, por exemplo), quanto ao micro (questões individuais, como aborto e eutanásia). Já a *bioética* surge como *ética aplicada* a dilemas morais apresentados pelo avanço das ciências na área da saúde.

Descobertas importantes no campo das ciências da vida impulsionaram as discussões bioéticas. Segundo Junges (2003, p. 20) “a definição de bioética que se tornou clássica e se impôs foi proposta pela renomada Enciclopédia de Bioética do Instituto Kennedy: *Bioética é o estudo sistemático da conduta humana na área das ciências da vida e do cuidado à saúde, na medida em que esta conduta é examinada à luz de valores e princípios morais*”.

Com a globalização, a responsabilidade ética está cada vez mais sendo discutida, porque a sociedade está exigindo mais transparência e mais respeito. Vivemos num mundo de muitas diversidades e, principalmente, desigualdades sociais, culturais e econômicas. Entretanto, simultaneamente, as pessoas se tornam individualistas, não pensando no bem-estar alheio. Esse comportamento é passível de indignação, pois ser ético, significa que cabe a cada um assumir seu papel de cidadão, para chegar ao objetivo final, que é o convívio harmônico entre os povos.

A eticidade na pesquisa começa pela pergunta que deve ser feita pelo cientista de quais são os pressupostos de sua pesquisa. Morin (2000) diz que é muito importante, na ética, a estratégia utilizada, para que o resultado continue mais ou menos fiel ao que se quer. Ainda dentro do prisma da ética, é importante que o pesquisador considere a possibilidade do erro. Como afirma Morin (2000, p. 32):

As possibilidades de erro e de ilusão são múltiplas e permanentes: aquelas oriundas do exterior cultural e social inibem a autonomia da mente e impedem a busca da verdade; aquelas vindas do interior, encerradas, às vezes, no seio de nossos melhores meios de conhecimento, fazem com que as mentes se equivoquem de si próprias e sobre si mesmas.

Morin também diz que é preciso enfrentar a incerteza, já que vivemos numa época de mudanças, em que tudo está interligado. É por isso que a incerteza do conhecimento é uma aventura incerta, que comporta o risco de ilusão e erro. As ciências nos oferecem muitas certezas, mas, ao longo do século XX, nos revelaram muitas incertezas. O pensamento deve reconhecer as oportunidades de riscos como os riscos de oportunidades. “O improvável se realiza mais que o provável, saibamos então, esperar o inesperado e trabalhar pelo improvável” (MORIN, 2000, p. 92).

A questão das incertezas leva à outra preocupação ética. Esse mesmo autor (2000, p. 99), diz que a ética da compreensão deve compreender de modo desinteressado e que é necessário compreender a incompreensão. A introspecção, a prática do auto-exame, leva-nos a ver que somos todos falíveis. A ética da compreensão entre as pessoas deve estar relacionada com a ética planetária, que pede a mundialização da compreensão.

Assim, a ética indivíduo/espécie deve passar pelo controle da sociedade pelo indivíduo e do indivíduo pela sociedade, constituindo, assim, a democracia. A ética não deve ser ensinada com lições de moral, mas na formação de mentes, fundamentadas na consciência de que o humano é, ao mesmo tempo, indivíduo, parte da sociedade, parte da espécie. Morin (2000, p. 106) diz que:

A ética propriamente humana, ou seja, a antropológica, deve ser considerada como a ética da cadeia de três termos indivíduo/sociedade/espécie, de onde emerge nossa consciência e nosso espírito humano.

A antropológica, conforme Morin (2000, p. 106) compreende “a esperança na completude, como consciência e cidadania planetária. Compreende, como toda ética, aspiração e vontade. Ela é a consciência individual além da individualidade”.

Por outro lado, a visão institucional com relação à ética na pesquisa segue uma história que acho importante destacar, percorrendo a trajetória de um passado que ecoa, profundamente, no presente.

Os experimentos em pacientes que apresentam sintomas incomuns ou que se submetem a tratamentos novos datam dos tempos imemoriais. Conta-se que o Código de Hammurabi, a mais antiga coleção de leis de que se tem notícia, estabelecia prêmios para os cirurgiões que obtivessem êxito em suas experiências e castigos para aqueles que errassem (VIEIRA; HOSSNE, 1998, p. 7).

Hipócrates, em sua obra *Epidemia*, propôs, no parágrafo 12 :”Pratique duas coisas ao lidar com as doenças: auxilie, ou não prejudique o paciente”. O juramento hipocrático diz :

Usarei meu poder para ajudar os doentes com o melhor da minha habilidade e julgamento; abster-me-ei de causar danos ou de enganar a qualquer homem com ele (GOLDIM, 1998, p. 120).

Reconhece-se a necessidade de experiências feitas com seres humanos que, ao longo dos séculos, serviram para melhorar a qualidade de vida do homem, bem

como sua relação com o meio ambiente. No entanto, esse assunto, mesmo para pessoas com treinamento científico, acarreta reações emocionais, ainda que seja reconhecida a importância da pesquisa clínica para tratamentos novos.

Até o século XIX, pouco se falava em responsabilidade civil e criminal do médico ou pesquisador que viesse a causar lesões corporais ou a morte do paciente. Foi no século passado que essa questão tomou o vulto e o caráter devidos. Atualmente, cresce o número de ações judiciais e de sentenças condenatórias, fato que alarma profissionais e gera clamor na mídia, inflando a opinião pública. O ambiente histórico caracterizado pela perda de critérios éticos, onde o ser humano é considerado apenas como um instrumento para fins de uma racionalidade técnica, apagou a fronteira entre o humano e o inumano. Assim, para preservar a dignidade do ser humano, instituíram-se os princípios fundamentais da bioética, que servem como parâmetros de orientação, mas não dispensam a capacidade de discernimento e julgamento do profissional.

O uso de termos de consentimento é a “expressão de uma atitude eticamente correta” (CLOTET, 2000, p. 13) e contribui para evitar ações indevidas. Afinal, o termo de consentimento é um processo de informação que atinge seu final com concordância documental, por vezes com duas testemunhas, do paciente com o tratamento que lhe está sendo ministrado. Assim sendo, é um texto emergente de uma esfera de atividade humana, um gênero textual, portanto. Nessa perspectiva, orienta-se na direção de uma finalidade para a qual é elaborado, amarrado a uma avaliação ética que é determinante das escolhas lingüísticas que propõe.

O objetivo maior da avaliação ética de projetos de pesquisa é garantir os princípios básicos, citados anteriormente, que são a beneficência, o respeito à pessoa e a justiça. Nessa garantia, devem ser incluídas todas as pessoas que possam vir a ter alguma relação com a pesquisa, seja o sujeito da pesquisa, o pesquisador, o trabalhador das áreas em que a mesma se desenvolve e, em última análise, a sociedade como um todo (cf. CLOTET, 2000). A pesquisa em seres humanos tem o compromisso de resguardar a integridade de todos os envolvidos e este resguardo envolve questões sobre a preservação da privacidade, a minimização de riscos e desconfortos, a busca de benefícios, a não discriminação e a proteção de grupos de pessoas vulneráveis.

A avaliação ética de um projeto de pesquisa baseia-se, pelo menos, em quatro pontos fundamentais: a qualificação da equipe de pesquisadores e do próprio projeto; a avaliação da relação risco-benefício; o consentimento informado e a avaliação prévia por um Comitê de Ética. Também essa avaliação comprova a importância dos TCLE, demonstrando que devem ser claros e coerentes com a pesquisa enfocada e adequados ao nível de compreensão do sujeito da pesquisa, que a ele deve declarar-se conforme.

É importante observar que os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) são comuns nos códigos, nas declarações e na bibliografia da área da saúde e demais áreas científicas. A sua utilização é crescente no Brasil, principalmente na assistência à saúde e experimentação com seres humanos. Também os editores de periódicos científicos internacionais o exigem como complemento indispensável para a aprovação e publicação de resultados dos projetos de pesquisa por um Comitê de Ética. Muitos profissionais encaram a utilização dos TCLE como parte fundamental da relação profissional-paciente.

Entretanto, o modo como as pessoas recebem a informação acerca dos TCLE não é clara; os ouvintes não se satisfazem com as informações. Também o fato de o relacionamento entre profissional - paciente ser assimétrico e de haver diferenças no nível educacional e conhecimento científico de ambas as partes pode trazer problemas de compreensão. “O médico deveria informar o seu paciente na forma com que uma pessoa sensata gostaria de saber” (CLOTET, 2000, p. 16).

Questões como a adequação do vocabulário, clareza nas explicações sobre a preservação da privacidade, o direito de receber novas informações ao longo da pesquisa, os riscos e desconfortos previstos, sobretudo na área da saúde, são algumas das dificuldades encontradas nos textos de TCLE, que envolvem tanto sua estrutura como sua compreensão.

Nesse sentido, o presente trabalho visa a suprir, através da análise de TCLEs, parte da carência de estudos disponíveis a respeito das características e

recursos lingüísticos usados em tais textos, o que pode ser comprovado pelo pequeno número de artigos publicados sobre esse assunto.

A importância da análise deve-se ao:

- a) elevado número de textos que retornam aos pesquisadores, profissionais ou alunos que redigem tais termos, devolvidos pelos Comitês de Ética, devido a problemas apresentados em sua elaboração;
- b) à necessidade de qualquer pessoa de escrever bons textos;
- c) à necessidade da população em geral, que precisa, de alguma maneira, compreender o conteúdo dos textos citados;
- d) à necessidade da comunidade científica de saber elaborar tais textos de maneira clara, coesa, de forma a permitir a compreensão de quem os lê.

Levando em conta as reflexões acima, percebe-se a relevância do estudo de um novo gênero textual, no caso, o de TCLE. Conforme Faïta (2004, p. 66):

Podemos apresentar sob a forma de brincadeira a idéia muito geral segundo a qual há alguma coisa de comum a todos os seres vivos, a todos os homens, a todos os membros de uma cultura... Quer dizer, há algo de *genérico* em tudo e em todo lugar e, às vezes, temos a impressão de que o uso da noção de *gênero* é apenas uma comodidade para evitar a abordagem de alguns problemas não resolvidos. Entretanto, o que é comum, ou genérico, nas formas de agir e de reagir, de se dirigir ao outro, de compreender etc., é bem real e produz efeitos. O que está verdadeiramente em jogo na reflexão é a descoberta e a descrição desse real.

Assim, levando-se em conta que o gênero, segundo Faïta (op.cit.), “é a possibilidade (reconhecível, identificável) de se submeter sistematicamente às formas de fazer existentes ou de agir de outra maneira”, meu objetivo foi analisar o gênero TCLE, valendo-me, para tanto, de teorias lingüísticas.

Para isso, após a introdução, no capítulo 1, apresentarei a fundamentação teórica, no capítulo 2, expondo a questão dos gêneros textuais, o conceito de gênero na teoria do interacionismo sociodiscursivo, que fundamenta minha pesquisa, sem deixar de levar em conta o pensamento de Bakhtin e de outros lingüistas cujas idéias julgo importantes para o desenvolvimento adequado deste estudo.

No capítulo 3, apresentarei o percurso metodológico, relatando como foi feita a seleção dos dados, os critérios de análise e os procedimentos do estudo interpretativo.

O capítulo 4 procura mostrar o contexto sócio-histórico da origem do gênero TCLE e a proposta da análise de gênero.

No capítulo 5, seguindo o interacionismo sociodiscursivo, aprofundarei a arquitetura interna dos TCLEs, através da análise das condições de produção, esquema de arquitetura textual, incluindo no folhado textual: infra-estrutura geral do texto, plano geral, mecanismos de textualização e mecanismos enunciativos .

Finalizarei com a apresentação das conclusões da análise e com considerações prospectivas sobre o trabalho realizado.

## 2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Como este trabalho propõe-se a analisar os textos do gênero “Termos de Consentimento Livre e Esclarecido”, é essencial um referencial teórico voltado a esta questão, dada a complexidade da tarefa. Nesta dissertação, trabalharei com a perspectiva apresentada pela teoria do interacionismo sociodiscursivo (ISD), partindo do modelo de análise de textos apresentado no livro “Atividade de linguagem, textos e discursos - por um interacionismo sócio-discursivo”, de Jean Paul Bronckart (1999).

O autor francês define a atividade e a ação de linguagem no quadro epistemológico do interacionismo sociodiscursivo (ISD), o qual tem origem no interacionismo social, baseado, conforme Bronckart (1999), em Vygotsky (o uso do instrumento mediando a relação do homem com o meio), na sociologia de Habermas (o agir comunicativo) e em Ricouer (que leva em conta a historicidade do ser humano). Esse quadro epistemológico parte do princípio de que os seres humanos têm a capacidade de interagir com o meio ambiente e de conservar seus traços psíquicos no contexto de atividades coletivas. Diferentemente de outros animais, o homem pode criar instrumentos que medeiam sua relação com o meio, pode organizar formas de cooperação no trabalho, dando nascimento a formações sociais, e pode desenvolver formas lingüísticas de troca com seus congêneres. A re-apropriação e interiorização das propriedades desse meio sócio-histórico é a condição para a emergência das capacidades auto-reflexivas ou conscientes, características das funções psicológicas superiores.

Os trabalhos produzidos na linha do ISD consideram que a dimensão da textualidade é sócio-histórica. Partem de uma concepção de linguagem como atividade de interlocução, implicando o plano social. As ações de linguagem são materializadas em textos considerados correspondentes empíricos das atividades linguageiras (BRONCKART, 1999).

Os textos constituem, nessa visão teórica, “unidades comunicativas globais” (BRONCKART, 1999, p. 75), cujas características composicionais dependem justamente das situações de interação em que são gerados, assim como das

condições sócio-históricas de sua elaboração. Esses textos se distribuem em variados gêneros, socialmente indexados, pois é possível reconhecer tais gêneros em uma dada situação comunicativa. Isso quer dizer, por exemplo, que somos capazes de reconhecer, pelas características comuns que compartilham, grupos de textos pertencentes a um determinado gênero. Portanto, o gênero está presente em todas as atividades humanas.

A noção de gênero vem sendo discutida desde Platão e Aristóteles. Segundo Faraco (2005), Platão foi o primeiro a usar essa nomenclatura, no livro “*Il da República*”, onde se refere a três modalidades literárias: a lírica, a épica e a dramática. Também Aristóteles, na mesma época, elaborou dois importantes trabalhos de sistematização de gêneros: na “*Arte Retórica*”, propôs e estudou três gêneros retóricos (o deliberativo, o judiciário e o epidítico); na “*Arte Poética*”, tratou da produção poética em si e explorou as propriedades da tragédia e da epopéia. Tais trabalhos aristotélicos serviram de referência para a discussão dos gêneros durante muito tempo.

Historicamente, o uso dos gêneros textuais foi determinado pelas condições sociais dos povos que os utilizavam. Segundo (MARCUSCHI *apud* DIONÍSIO, 2002), as culturas orais produziram um conjunto ilimitado de gêneros. Após a invenção da escrita alfabética, por volta do século VII a.C, muitos outros gêneros foram surgindo, principalmente os gêneros típicos da escrita. A partir do século XV, houve uma expansão dos gêneros, com o advento da cultura impressa. Atualmente, com a grande explosão de novas formas de comunicação, novos gêneros são presenciados, devido, principalmente, ao avanço tecnológico que fez e continua fazendo surgir, em uma velocidade fantástica, incontáveis gêneros escritos e orais em decorrência da denominada cultura eletrônica (MARCUSCHI *apud* DIONÍSIO, 2002).

A importância, então, do gênero enquanto instrumento de adaptação e participação da vida social e comunicativa do ser humano, justifica o estudo do gênero TCLE, visto o significado de seu uso social em nossa época.

O trabalho aqui proposto debruça-se na óptica de que “se qualquer texto

participa de um gênero, a análise dos textos empíricos é, também, necessariamente, análise do gênero em causa (...)" (COUTINHO, 2004, p. 11).

Antes de partir para a análise dos TCLEs, é importante refletir sobre conceitos fundantes neste trabalho e que se reportam a linguagem, texto e gênero.

## **2.1 A QUESTÃO DOS GÊNEROS**

A preocupação com o conceito de gênero em Lingüística tem sido marcada por modos diversos de articulação de aportes teóricos. Por isso, analisarei, neste momento, as percepções de alguns autores que são importantes para o andamento deste trabalho.

Não existe apenas uma única visão sobre gêneros e, toda vez que passamos a investigar textos, a problemática a respeito do assunto surge. Bronckart (1999) diz que isso ocorre devido à diversidade de critérios que se levantam quando se trata de definir gêneros e também porque esses estão em constante movimento, ora sumindo ora alterando-se, para dar surgimento a outros novos, ou para adaptar-se a necessidades sociais.

Na última década, os estudos lingüísticos brasileiros dirigem uma atenção maior para os gêneros discursivos ou textuais, tanto a respeito da dificuldade de conceituação, quanto na utilização e na aplicação. A reflexão sobre esse assunto tornou-se freqüente e desperta o interesse entre pesquisadores de diversas áreas teóricas e aplicadas. Além disso, há muitas razões para explicar a atração que esse assunto exerce, uma vez que “os gêneros são uma classe de eventos comunicativos, cujos membros compartilham os mesmos propósitos comunicativos. Tais propósitos são reconhecidos pelos membros especialistas de uma comunidade discursiva”, definição dada por Swales (1990, p. 58) , em um artigo de Bathia (2001, p. 102). Sendo assim, estão diretamente ligados às atividades humanas e ao seu papel no ensino e no aprendizado da língua, seja literária ou não.

Como pano de fundo das questões relacionadas a gênero e texto, deve-se pensar em diferentes concepções de linguagem que a elas devem estar

relacionadas.

Conforme Beth Brait (1997, p. 92), Bakhtin tem, diante do mundo e, especialmente diante da linguagem, uma postura que articula ética, estética, pressupostos filosóficos diferentes, fazendo com que suas reflexões sobre o sentido sejam sistematizadas não somente por uma perspectiva lingüística ou lingüístico-literária. Esse pensador russo não prende o conceito de linguagem a uma tendência lingüística ou a uma teoria literária, mas abrange toda uma visão de mundo, que engloba a abordagem lingüístico-discursiva, teoria da literatura, filosofia, teologia, semiótica cultural e um conjunto de dimensões entrelaçadas e que não foram totalmente decifradas. Para Bakhtin, a linguagem não é falada no vazio, mas numa situação histórica e social concreta no momento e no lugar da atualização do enunciado (BRAIT, 1997, p. 97). Dessa forma, o significado da palavra está também ligado à história através do ato único de sua realização.

Na verdade, Bakhtin propõe que sejam levados em conta a história, o tempo particular, o lugar de geração do enunciado, de um lado, e os envolvimento intersubjetivos que dizem respeito a um dado discurso, como a entoação, o tom do discurso, etc. Nessa concepção, a linguagem funciona de formas diferentes em diferentes grupos, conforme as ideologias vigentes que participam do julgamento de uma dada situação (BRAIT, 1997, p. 99).

Bakhtin vê o texto “não apenas como unidade do processo de criação estética, mas, sobretudo objeto privilegiado de investigação no amplo campo das ciências humanas (BRAIT, 1997, p. 142) Assim, continua o autor, “o conceito de texto é resultado de um olhar extraposto: a criação verbal no campo da cultura humana”. Sua concepção de linguagem é, portanto, múltipla e ampla.

Segundo Travaglia (1996, p. 21), existem três possibilidades de se conceber a linguagem. A primeira vê a linguagem como expressão do pensamento; segundo essa concepção, a expressão se constrói no interior da mente, e sua exteriorização é uma tradução. Aqui, “as pessoas não se expressam bem porque não pensam”. Assim, o modo como o texto, em situações comunicativas variadas, é usado, não depende em nada de para quem se fala, em que situação se fala (onde, como e

quando) e para que se fala.

A segunda concepção vê a linguagem como instrumento de comunicação, como meio objetivo para a comunicação. A língua vista como um código é capaz de transmitir mensagens, informações de um emissor para um receptor. Para que a comunicação ocorra, é necessário que os falantes dominem o código.

A terceira concepção, que representa todas as correntes de estudo da língua sob o rótulo de “*lingüística da enunciação*”, e da qual compartilho, vê a linguagem como forma ou processo de interação. Nessa concepção, o indivíduo, ao usar a língua, realiza ações, age, atua sobre o ouvinte/leitor. Assim, a linguagem é um lugar de interação humana, interação comunicativa pela produção de efeitos de sentido entre interlocutores, numa dada situação de comunicação e contexto. Nesse ângulo, o diálogo é o que caracteriza a linguagem.

É nessa última acepção que se enquadra a concepção de linguagem de Bronckart (2003), amparada na perspectiva sócio-interacionista. Nessa concepção, a linguagem é vista como um fenômeno social e histórico, que “se apresenta, inicialmente, como uma produção interativa associada às atividades sociais, sendo ela o instrumento através do qual os interactantes, institucionalmente, emitem pretensões à validade relativas às propriedades do meio em que essa atividade se desenvolve” (BRONCKART, 1999, p. 34). Sua maior função é vista, portanto, como comunicacional, sendo a linguagem entendida como mediação decisiva para a construção social da pessoa e sua capacidade de agir.

O interacionismo sóciodiscursivo partilha com outros quadros teóricos, tais como a Lingüística Textual, o pressuposto de que todo texto inscreve-se necessariamente em um gênero. É importante destacar que estamos diante de um território de diversos conceitos, aos quais está subjacente uma concepção de linguagem. Assim, conforme a perspectiva adotada, o mesmo objeto pode ser concebido de diferentes maneiras.

Se a concepção for atrelada à linguagem como expressão de pensamento, o conceito de texto resolve-se em si mesmo, como em:

A palavra texto provém do latim *textum*, que significa tecido, entrelaçamento (...). O texto resulta de um trabalho de tecer, de entrelaçar várias partes menores a fim de se obter um todo inter-relacionado. Daí poder falar em textura ou tessitura de um texto: é a rede de relações que garantem sua coesão, sua unidade (INFANTE, 1995, p. 15 )

Já no momento em que se concebe a linguagem como fundamental à interação humana, os conceitos variam, apenas no tocante à análise mais ou menos lingüística que será proposta.

Assim, em Marcuschi (1998):

Texto não é apenas uma unidade lingüística ou uma unidade contida em si mesma, mas um evento (algo que acontece quando é processado); não é um artefato lingüístico pronto que se mede com os critérios da textualidade; é constituído quando está sendo processado; não possui regras de boa formação; é a convergência de 3 ações: lingüísticas, cognitivas e sociais.

Trata-se de um conceito que permite relacionar as principais propriedades lingüísticas de um texto: sua coesão e coerência, mas, ao mesmo tempo, situa o texto como produto de uma ação humana de caráter interacional.

O ponto de vista da interação é realçado em Val (1999), amparada em Halliday e Hasan (1978) e Schmidt (1978). Diz que texto “é, antes de mais nada, uma unidade de linguagem em uso, cumprindo uma função identificável num dado jogo de atuação sociocomunicativa”.

Já a noção de texto, na visão de Bronckart (1999, p. 71), é a de que texto é “toda unidade de produção de linguagem, situada, acabada e auto-suficiente e que se inscreve num gênero de texto”. Remete à questão de gênero, que explorarei a seguir, sempre orientada à visão de Bakhtin.

Aprimorando esse conceito, Bronckart entende que a palavra texto pode ser aplicada a toda e qualquer produção de linguagem situada, oral ou escrita. Um diálogo familiar, uma exposição pedagógica, um pedido de emprego, um artigo de jornal, um romance são considerados como textos, de tamanhos eventualmente muito diferentes, mas dotados de características comuns: cada texto está em relação de interdependência com as propriedades do contexto em que é produzido;

cada texto exibe um modo determinado de organização de seu conteúdo referencial; cada texto é composto de frases articuladas umas às outras de acordo com as regras de composição mais ou menos estritas; enfim, cada texto apresenta mecanismos de textualização e mecanismos enunciativos destinados a lhe assegurar coerência interna.

Bronckart (1999, p. 137), também apresenta texto como,

toda unidade de produção verbal que veicula uma mensagem lingüisticamente organizada e que tende a produzir um efeito de coerência em seu destinatário”. Acrescenta a consideração de que o texto “é a unidade comunicativa de nível superior.

Na escala sócio-histórica, os textos são produtos de atividade de linguagem em funcionamento permanente nas formações sociais. Em função de seus objetivos, interesses e questões específicas, essas formações elaboram diferentes espécies de textos, apresentam características relativamente estáveis, justificando que sejam incluídos nos chamados gêneros textuais.

Ao adotar esse enfoque, entende-se que as formas lingüísticas não são mais trabalhadas em si, em uma concepção de língua como um sistema acabado e fechado em si, mas como um sistema em que se vai constituindo e reconstituindo historicamente na interação verbal/social, da fonologia à sintaxe, incluindo o plano semântico, visto que é no funcionamento interlocutivo que as formas lingüísticas dos textos orais ou escritos ganham sentido.

Levando em conta o que diz Rojo (2002, p. 108), ao afirmar que “produzir textos é agir simbolicamente sobre o mundo, produzindo sentidos para o outro: um sujeito que pensa, sente e tem algo a dizer a outros sujeitos”, é que adoto a concepção sociodiscursiva. Nessa direção, é preciso aprofundar e melhor compreender os gêneros, dos quais os textos são produtos. É interessante observar que diferentes necessidades impostas por diferentes situações da vida levam os homens a criarem, ao longo de sua história, os diversos gêneros de textos que se conhecem hoje. Os gêneros textuais são fenômenos históricos, profundamente ligados à vida cultural e social (ROJO, 2002).

Muitas pesquisas tomam como base teórica as Teorias de Gêneros. No entanto, a nomenclatura adotada por diversos pesquisadores, quando tratam desta questão, merece destaque. Alguns autores adotam a denominação *Gênero Textual* e outros *Gênero Discursivo*. Bakhtin (2000, p. 279), adota o termo *Gênero Discursivo*: “a cada tipo de atividade humana que implica o uso da linguagem correspondem enunciados particulares, os gêneros do discurso”. Para o autor, sempre que falamos utilizamos gêneros do discurso, ou seja, todos os enunciados são constituídos a partir de uma forma padrão de estruturação reconhecível pelos destinatários. Assim, Bakhtin define-os como “tipos relativamente estáveis de enunciados”, elaborados em cada esfera de utilização da língua. Esses enunciados relativamente estáveis são construídos sócio-historicamente e se relacionam diretamente a diferentes situações sociais, sendo que cada situação gera um determinado gênero com características temáticas, composicionais e estilísticas próprias (2000, p. 279).

Embora tome o conceito de gênero de Bakhtin, Bronckart (1999), prefere a denominação *gênero de texto*. Segundo ele, na medida em que todo o texto se inscreve, necessariamente, em um conjunto de textos ou em um gênero, é preferível a expressão **gênero de texto** em vez de **gênero de discurso** (BRONCKART, 1999, p. 75). Seu trabalho retoma o conceito de gênero de Bakhtin e propõe um sistema de equivalência à terminologia do autor russo, sem que isso signifique o abandono total de suas idéias. Bronckart pontua que

os gêneros do discurso, gêneros do texto e/ou formas estáveis de enunciados de Bakhtin podem ser chamados de gêneros de textos; os enunciados e/ou textos bakhtinianos podem ser chamados de textos, quando se trata de produções verbais acabadas, associadas a uma mesma e única ação de linguagem ou de enunciados, quando se trata de segmentos de produções verbais no nível da frase;

as línguas, linguagens e estilos, como elementos constitutivos da heterogeneidade textual, podem ser designados pela expressão tipos de discurso (BRONCKART, 1999, p. 143)

Essa distinção entre gênero de texto e tipo de discurso será retomada na explicitação da teoria, na seção 2.3.

## 2.2 BAKHTIN E OS GÊNEROS

Bakhtin (2000) considera que os gêneros do discurso apresentam três dimensões essenciais e indissociáveis: os temas, que são os conteúdos ideologicamente conformados, que se tornam comunicáveis através do gênero; os elementos das estruturas comunicativas e semióticas (forma composicional); os traços da posição enunciativa do locutor (marcas lingüísticas). Sem essas referências aos elementos de sua situação de produção, os gêneros não podem ser compreendidos.

Também é importante que se explicita o que Bakhtin (2000, p. 282) diz sobre os gêneros:

Ignorar a natureza do enunciado e as particularidades de gênero que assinalam a variedade do discurso em qualquer área do estudo lingüístico leva ao formalismo e à abstração, desvirtua a historicidade do estudo, enfraquece o vínculo existente entre a língua e a vida.

Para o autor, o estudo especializado da língua, para ser correto e produtivo, sempre deve partir do fato de que os enunciados da língua pertencem por natureza ao gênero e deve basear-se no estudo prévio dos gêneros em sua diversidade. Em cada época do seu desenvolvimento, a língua escrita é marcada pelos gêneros do discurso. Segundo ele, nenhum fenômeno novo (fonético, lexical ou gramatical) pode entrar no sistema da língua sem ter sido longamente testado e ter passado pelo acabamento do estilo-gênero. Em cada época do seu desenvolvimento, a língua escrita é marcada pelos gêneros do discurso. Um estudo mais ou menos profundo e extenso dos gêneros é absolutamente indispensável para uma elaboração produtiva de todos os problemas da estilística (BAKHTIN, 2000, p. 285).

Gomes-Santos (2003) mostra que, nessa concepção, os gêneros tornam-se unidades estéticas e culturais e que, graças a sua capacidade transformadora; promovem descobertas significativas entre os homens e suas ações no tempo e no espaço. Esse autor diz que, para Bakhtin, o gênero vive do presente, mas recorda seu passado, é o representante da memória criativa no processo de desenvolvimento literário, sendo capaz de renovar-se em cada etapa do desenvolvimento da literatura e em cada obra individual. Dessa forma, criam-se

verdadeiras cadeias que, por se reportarem a um grande tempo, acompanham a variabilidade de usos da língua num determinado tempo.

Nesse contexto, Machado (1997, p. 151), em seu estudo sobre a obra de Bakhtin, segue dizendo que os gêneros representam unidades abertas da cultura, pois mobilizam diferentes esferas de comunicação. São depositários de formas particulares de ver o mundo, de consubstanciar visões de mundo de épocas históricas. Dessa forma, a noção de gênero como agente dinamizador de ações temporais nos espaços temporais nos remete à idéia de gênero como rede discursiva em expansão, e este é o ponto forte das formulações estéticas de Bakhtin para as teorias da textualidade contemporâneas, que procuram considerar a dialogia do olhar extraposto. O autor russo sublinha que: “Cada enunciado é um elo na cadeia complexa e organizada de outros enunciados”. (BAKHTIN, 1986, p. 69).

Em seu estudo, Bakhtin (2000, p. 281) distingue gêneros em dois conjuntos. Os gêneros primários, que correspondem a um espectro diversificado da atividade lingüística relacionada com os discursos da oralidade em seus mais variados níveis, como o diálogo cotidiano, ou seja, oriundos de circunstâncias de comunicação espontânea. Os gêneros secundários, por sua vez, são aqueles relativos à literatura, ciência, filosofia, política, elaborados pela comunicação cultural mais complexa e avançada, construídos em instâncias sociais.

Os primeiros estão diretamente relacionados às situações de produção e pode-se dizer que se tem um conhecimento intuitivo deles. A criança, por exemplo, aprende, na interação do dia-a-dia, que a conversa que mantém com seus pais é diferente do pedido que fará em um supermercado, sem que tenham sido feitas observações específicas a respeito dessas diferenças.

Os gêneros secundários, entretanto, dependem, geralmente, de educação, pois “esses discursos segundos (romance, teatro, discurso científico) repousam sobre instituições sociais e tendem a explorar e a recuperar os discursos primários, que perdem desde então sua relação direta com o real para tornar-se ‘literatura’ ou ‘teatro’ (BRANDÃO, 2004, p. 100).

Essas afirmações podem ser exemplificadas com os grandes suportes tecnológicos da comunicação, como o rádio, a televisão, o jornal, a Internet, que, por terem uma presença marcante nas atividades comunicativas da realidade que ajudam a criar, propiciam a criação de gêneros novos. Isso aconteceu com gêneros, como notícia, telefonema, telegrama, telemensagem, e, mais recentemente, com cartas eletrônicas, conversas virtuais em *chats*, aulas virtuais e mesmo com o gênero TCLE. Conforme Marcuschi (2002, p.21) esses novos gêneros se amparam em gêneros já existentes, podendo favorecer o surgimento de formas inovadoras (mas não absolutamente novas); possibilitam criar um certo hibridismo e desafiam as relações entre oralidade e escrita, inviabilizando, assim, a visão de gênero como elemento da retórica clássica, ainda presente em muitos manuais de ensino de língua. Importante é observar que os gêneros, nesta visão bakhtiniana, seguida pelo ISD, não são formas cristalizadas, pois estão em permanente transformação, nem constituem formas homogêneas, uma vez que, ainda que compartilhem marcas genéricas, dependem da subjetividade de quem os produz e do momento sócio-histórico de sua produção. Há, ainda, uma dimensão intertextual, que gera outro tipo de relações entre textos de um mesmo gênero. Assim, um romance do século XIX não tem exatamente as mesmas características do romance de nossos dias, mas ambos são reconhecidos como pertencentes ao mesmo gênero.

O mérito da obra de Bakhtin, no dizer de Faraco (2005, p. 4), decorre da correlação que estabelece, em sua teoria, “entre os tipos de enunciados (os gêneros) e suas funções na interação social: entre os tipos e o que fazemos com eles no interior de uma determinada atividade social”. Assim, Bakhtin deixa claro que os indivíduos falam e escrevem por meio de gêneros, assim como pressupõe que a utilização da língua e a atividade humana são indissociáveis, devendo, portanto, ser estudados como um conjunto. Todo e qualquer discurso remete a uma situação concreta ou atividade humana, nas palavras de Bakhtin (2000). De acordo com Faraco (2005, p. 4), isso se justifica “porque não falamos no vazio, não produzimos enunciados fora das múltiplas e variadas esferas do agir humano”.

## 2.3 BRONCKART E OS GÊNEROS

O ISD, particularmente com relação às teorizações defendidas pelo chamado Grupo de Genebra (do qual Bronckart e Schneuwly são fundadores), apóia-se no conceito de gênero desenvolvido por Bakhtin para afirmar que (BRONCKART, 1999, p. 108) os gêneros são as formas comunicativas em uso, são constructos históricos disponíveis no intertexto, que não são entidades fixas. Na verdade, encontram-se em constante mutação, transformando-se, nascendo ou desaparecendo de acordo com as mudanças ocorridas na sociedade. Esse autor diz que é por causa da grande diversidade das espécies de textos que se manifestou, desde a antigüidade grega até hoje, uma preocupação com sua delimitação e designação, que se traduziu na elaboração de propostas de classificação múltiplas, centradas, na maior parte dos casos, na noção de gênero de texto. Ele segue dizendo que todo exemplar de um texto observável pode ser considerado como pertencente a um determinado gênero, embora as classificações existentes diverjam e nenhuma delas se constitua num modelo de referência estável e coerente. Na perspectiva desse autor,

a organização de gêneros apresenta-se, para os usuários de uma língua, na forma de uma nebulosa, que comporta pequenas ilhas mais ou menos estabilizadas (gêneros que são claramente definidos e rotulados) e conjuntos de textos com contornos vagos e em intersecção parcial (gêneros para os quais as definições e os critérios de classificação são móveis e/ou divergentes“ (BRONCKART, 1999, p. 74).

Para exemplificar o que foi dito:

- a) relatam-se fatos, a fim de torná-los conhecidos por seu caráter exemplar ou documental;
- b) argumenta-se, quando se quer defender uma idéia ou discutir questões de interesse particular ou social;
- c) descreve-se, quando se precisam transmitir características peculiares de um ser, de um lugar ou de um modo de ação;
- d) expõe-se, quando se deseja transmitir conhecimentos adquiridos;
- e) cria-se ficção para refletir de alguma forma sobre a realidade ou para transmitir idéias.

Bronckart (1999), acredita que os gêneros se encontram em constante mutação, transformando-se, nascendo ou desaparecendo de acordo com as mudanças ocorridas na sociedade. Há gêneros que são claramente definidos e nomeados, como, por exemplo, os gêneros muito formalizados da área jurídica. No entanto, há outros para os quais não existem ainda definições ou critérios de classificação. Talvez alguns nem tenham um nome que seja compartilhado pela sociedade.

Além da mobilidade e fluidez que caracteriza os gêneros, eles podem ser classificados por critérios múltiplos, que vão desde critérios de ordem pragmática ou até o critério do tipo de suporte utilizado para sua circulação. Como afirma Machado (2004, p. 18) “Gênero de texto não se define: é o que existe”. Mais adiante ainda, reafirma essa opinião exemplificando que,

se estamos lendo em casa e alguém nos pergunta “o que você está lendo?”, as respostas provavelmente conterão termos como “um romance”, “um conto”, “uma lenda”, “um diário” etc, o que indica haver um conhecimento compartilhado pelos falantes de que esses objetos estão relacionados à prática de leitura (MACHADO, 2004, p.19).

O texto oral e escrito, ao mesmo tempo em que é o produto de uma reprodução das características gerais de um determinado gênero, nunca é uma simples cópia de um modelo, e sim o resultado de uma adaptação das características desse gênero aos valores atribuídos pelo agente produtor à sua situação de ação de linguagem específica e única.

Por outro lado, é fundamental enfatizar que “é pelo acúmulo desses processos individuais que os gêneros se modificam continuamente e assumem um estatuto fundamentalmente dinâmico e histórico” (MACHADO, 2004, p. 25). Isso quer dizer que o produtor de um texto sempre adaptará o gênero “aos valores particulares da situação em que se encontra”, não havendo, portanto, uma reprodução pura e simples de um modelo de gênero.

Outro fator a considerar é que os segmentos constitutivos de um gênero devem ser considerados “tipos lingüísticos” por serem formas especiais de semiotização, de “colocação em discurso”. Entretanto, sendo dependentes de um

número limitado dos recursos morfosintáticos e semânticos, são formas reveladoras da construção de coordenadas dos mundos virtuais diversos do mundo empírico das agentes. Esses segmentos reveladores dessa 'virtualidade' são, para Bronckart (1999), *tipos de discurso* (segmentos de texto ou até mesmo um texto inteiro que apresentam características próprias em diferentes níveis), e delimitam-se em interativo, teórico, relato interativo e narração. Já aos mundos virtuais que embasam os tipos de discurso, chama de *mundos discursivos*. Com isso, por exemplo, Bronckart quer dizer que um gênero, como uma dissertação de vestibular pode ter segmentos do tipo narrativo ou mesmo interativo, além do teórico (que a caracteriza), em que convivem dois mundos discursivos: o comentado e o narrado.

Citando os "tempos da narração" e os "tempos do comentário" de Weinrich (1973), associa a eles a oposição de mundos a se refletirem, por exemplo, na categorização textual do comentário e do relato. Bronckart (1999) diz pretender chegar a descrever tanto os mundos ou planos de enunciação e as operações psicológicas que os embasam, quanto às configurações de unidades lingüísticas desses mundos em uma língua natural.

Nessa perspectiva, Bronckart indica que as operações que explicitam a relação que existe entre as coordenadas gerais que organizam o conteúdo temático de um texto e as coordenadas gerais do mundo ordinário em que ocorre a linguagem são diferentes das que dizem respeito ao relacionamento entre as diferentes instâncias de agentividade (personagens, grupos etc) e sua inscrição espaço-temporal. As operações de construção de coordenadas que organizam o contexto temático num texto podem ser *disjuntas* das coordenadas de mundo ordinário de ação da linguagem ou *conjuntas*, isto é, coordenadas organizadoras do conteúdo temático do texto conjuntas à ação da linguagem.

Retomando o que diz Bronckart, o aspecto disjuntivo apresenta representações mobilizadas, como conteúdo referindo-se a fatos passados, da ordem da história ou, a fatos futuros, plausíveis ou imaginários simplesmente. Ancora-se no espaço-tempo, havendo razões para diferenciar mundo realmente historicamente passado e seus fatos; e mundo narrado, autônomo e atemporal. Já no aspecto conjunto, os fatos são apresentados como acessíveis ao mundo

ordinário dos protagonistas da interação lingüística, havendo representações mobilizadas não ancoradas em origem específica, organizadas em referência mais ou menos direta às coordenadas gerais do mundo de ação de linguagem em curso. Esses dois focos – o disjunto e o conjunto – instauram, para Bronckart, as ordens do NARRAR e a do EXPOR, respectivamente.

É importante destacar que, no mundo na ordem do NARRAR, pode-se, primeiro, distinguir o narrar *realista* (veiculando conteúdo possível de ser avaliado ou interpretado de acordo com critérios de validade básicos do mundo ordinário). Em segundo lugar, distingue-se o narrar ficcional (conteúdo parcialmente sujeito a esse tipo de avaliação).

Já na ordem do EXPOR, o conteúdo temático dos mundos discursivos é conjunto, podendo ser interpretado com critérios de validade do mundo ordinário. Também é importante explicitar que o cruzamento das distinções NARRAR/EXPOR permite definir quatro mundos discursivos: o mundo do EXPOR implicado; o mundo do EXPOR autônomo; o mundo do NARRAR implicado; o mundo do NARRAR autônomo. Cumpre lembrar-se que a identificação desses mundos se faz a partir das formas lingüísticas que os semiotizam, colocando-se em pauta o problema metodológico de articular-se a apreensão dessas formas lingüísticas à luz das operações psicológicas que subjazem a elas e a apreensão dessas à luz de marcas lingüísticas observáveis empiricamente.

Basicamente, a ordem do NARRAR ancora-se em uma organização espaço-temporal, como é o caso de “Era uma vez em uma terra distante”, introdução constantemente associada ao gênero conto de fadas, do domínio do NARRAR. Os fatos apresentados na ordem do EXPOR, por sua vez, organizam-se numa referência direta à ação da linguagem em curso.

Quando o autor situa os textos na ordem do EXPOR, o conteúdo temático dos mundos discursivos conjuntos podem ser interpretados com critérios de validade do mundo ordinário. Assim, ao contrário da ficção na ordem do NARRAR, considerada “normal” no gênero adotado, a ficção na ordem do EXPOR tem uma avaliação baseada nos critérios de elaboração/validação de conhecimentos do mundo

ordinário, havendo possibilidade de considerar elementos ficcionais expostos como “falsos”, por exemplo.

Um outro elemento importante a destacar refere-se ao critério binário, que também pode fundamentar as operações de explicitação da relação com os parâmetros da ação de linguagem em curso. Tanto um texto quanto um segmento de texto esclarecem a relação que suas instâncias de agentividade mantêm com os parâmetros materiais da ação da linguagem (agente-produtor, interlocutor eventual e espaço-tempo). Quando essa relação não é explicitada, instala-se uma relação de interdependência ou indiferença em relação aos parâmetros da ação de linguagem, com referências dêiticas a se integrarem ao próprio conteúdo temático, sendo essencial, neste caso, acesso às condições de produção do texto para podê-lo interpretar seguramente. Ao contrário, quando a autonomia do texto em relação aos parâmetros de ação da linguagem ocorre, não se requer, para interpretá-lo – segundo diz Bronckart (1999) – conhecimento de condições de produção. Distinguem-se de forma geral, a partir disso, mundos articulados a EU-ORIGEM real e a um EU-ORIGEM ficcional, classificações que o escritor remete a Hamburger (1986, p. 83-7).

A proposta do estudo de gêneros, na perspectiva de Bronckart, remete, então, aos quatro mundos discursivos, que são: o mundo do EXPOR implicado, o mundo do EXPOR autônomo, o mundo do NARRAR implicado e o mundo do NARRAR autônomo. Esses mundos, assim como as operações em que se baseiam, não são, entretanto, identificáveis, senão a partir de formas lingüísticas que os semiotizam, sendo eles, portanto, dependentes dessas formas lingüísticas.

### **2.3.1 AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DOS TEXTOS**

Os gêneros, como configurações possíveis dos mecanismos estruturantes da textualidade, constituem, de acordo com Bakhtin (1984, p. 285), os níveis obrigatórios de toda a produção verbal. Assim, toda a análise das condições de produção dos textos deve fazer intervir três elementos, conforme ilustrações a seguir:

**QUADRO 1: AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DE UM NOVO TEXTO  
(BRONCKART, 2004)**

AÇÃO DE LINGUAGEM (REPRESENTAÇÕES DO AGENTE PESSOA)	ARQUITETURA NEBULOSA DE GÊNEROS
<p>1- Parâmetros objetivos - Emissor; eventual co- emissor - Espaço-tempo de produção</p> <p>2- Parâmetros sócio-subjetivos - Quadro social da interação - Papel do enunciador - Papel dos destinatários - Relação de finalidade/objetivo</p>	<p>1- Diferentes objetivos 2- Classificações explícitas 3- Indexações</p> <p>- Conteúdo - Formas de interação - Valor atribuído</p>
<p>3- Outras representações da situação e dos conhecimentos disponíveis na pessoa</p>	<p>TEXTO EMPÍRICO  (Exemplo de gênero)</p>

O agente, ao produzir um novo texto, se encontra em uma situação de ação de linguagem. Esta situação só é, entretanto, operante através das representações que este agente já tenha construído. Três conjuntos de suas representações devem ser distinguidos:

- a) as representações relativas a qualquer material, a saber, a identificação do emissor, de eventuais co-emissores e de espaço-tempo da produção;
- b) as representações relativas à cadeia sócio-subjetiva da ação verbal, que envolve:
  - o tipo de interação social em jogo;
  - o papel social do emissor (*status* de enunciador);
  - o papel social dos receptores (*status* de destinatário) e enfim;
  - as relações com a finalidade de fazer ligar esses dois tipos de papel do modo interativo em jogo;
- c) as outras representações relativas à situação, assim como os conhecimentos disponíveis no agente concernente à temática que será

expressa no texto (macroestrutura semântica elaborada a propósito de um domínio de referência dado e disponível na memória).

O agente produtor dispõe também de um conhecimento pessoal e parcial dos modelos de gêneros disponíveis em sua comunidade verbal, modelos que são apreensíveis não somente em função de suas propriedades lingüísticas objetivas, mas também em função das indexações sociais de que são portadores.

Sobre esta base, o agente vai, daí por diante, efetuar um duplo processo. De um lado, deve escolher ou afastar o modelo de gênero que lhe parece mais adaptado ou mais pertinente com relação às propriedades globais da situação tal como ela se representa. De outro lado, ele vai necessariamente adotar o modelo escolhido, em função das propriedades particulares dessa mesma situação. O resultado do processo será um novo texto empírico, que utilizará, então, os traços singulares do gênero escolhido, e aqueles do processo de adaptação às particularidades da situação.

Para melhor entender a proposta do ISD, irei expor, a seguir, os fundamentos de sua organização de textos, inspirado claramente pela abordagem bakhtiniana sobre gênero.

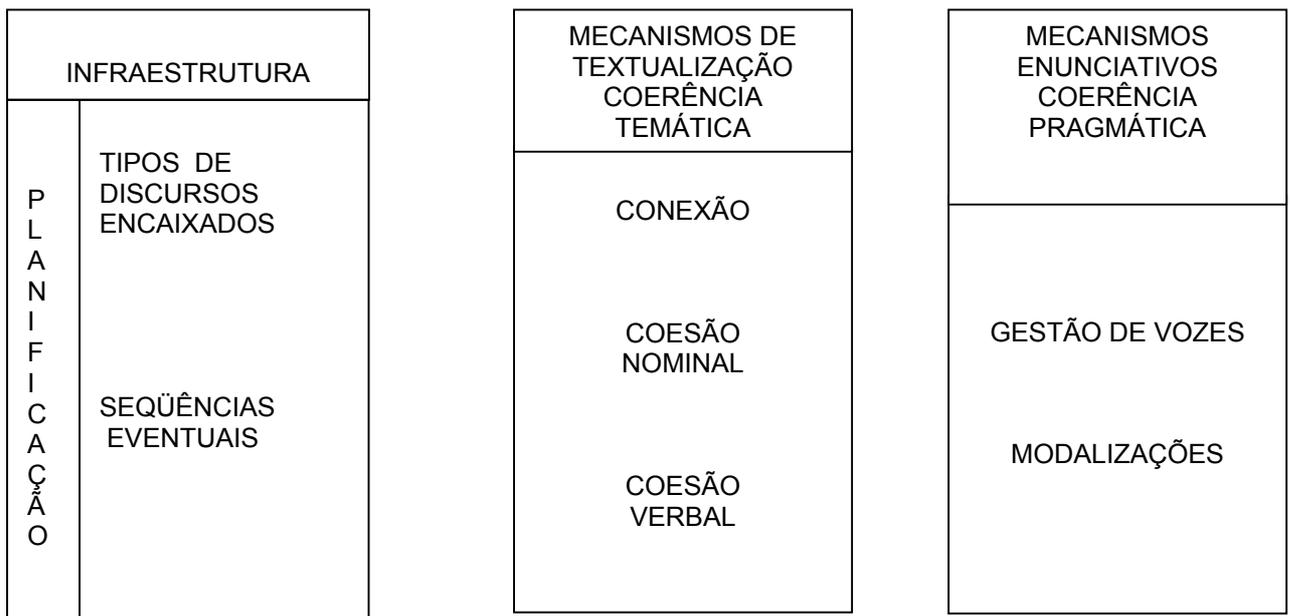
### **2.3.2 UM ESQUEMA DE ARQUITETURA TEXTUAL**

Com base em um trabalho de análise de centenas de textos empíricos (BRONCKART et al., 1985), o autor propõe um esquema geral da arquitetura textual de superposições (BRONCKART, 1999) que, como o mostra o esquema 2, distingue três níveis estruturais superpostos.

Conforme Bronckart (1999), o texto apresenta-se como um folhado, constituído por três camadas superpostas que são a infra-estrutura geral do texto, os mecanismos de textualização e os mecanismos enunciativos. Segundo esse autor, a distinção de níveis de análise responde adequadamente à necessidade metodológica de desvendar a trama complexa da organização textual. Este folhado será verificado nos textos TCLE. A seguir, a figura que desenha esses focos de

estudo em folhados. Esses três níveis constituem o chamado folhado textual, sob a denominação de infra-estrutura, mecanismos de textualização e mecanismos enunciativos.

**QUADRO 2: ESQUEMA GERAL DA ARQUITETURA TEXTUAL  
(BRONCKART, 2004)**



No âmbito da *infra-estrutura geral*, aborda-se o texto no seu nível mais profundo, sendo focalizados, neste folhado, o plano geral (que é a organização temática do texto); os tipos de discurso (que são as formas de organização lingüística a nomearem os tipos de segmentos presentes); as articulações entre os tipos de discurso (que é o modo como se encadeiam ou fundem os tipos de discurso intratextualmente); as seqüências e demais formas de planificação (que designam as seqüências intratextuais do plano geral, foco cujo conteúdo Bronckart toma emprestado de Adam).

Os mecanismos de textualização, conforme apresenta Bronckart (1999), são os responsáveis pela *coesão temática*. Neles, constituem-se articulações hierárquicas, lógicas e/ou temporais. Este folhado, portanto, mobiliza três mecanismos: conexão, coesão nominal e coesão verbal.

A *conexidade* ou *conexão* marca a progressão temática, lançando mão de *organizadores textuais* (conjunções, advérbios ou locuções adverbiais, grupos preposicionais, grupos nominais e segmentos frasais). Esses organizadores podem aplicar-se ao plano geral, aos tipos de discurso, à transição entre esses tipos, entre as fases de uma seqüência ou, ainda, às articulações locais (sintaxe de orações). Já a *coesão nominal* visa a introduzir temas/personagens e a assegurar sua repetição ou substituição no texto (cadeias referenciais). A *coesão verbal* objetiva assegurar a organização temporal e/ou hierárquica de processos verbais (estados, acontecimentos, ações) em interação com, por exemplo, advérbios e organizadores textuais. Os tipos de discurso determinam a distribuição dos tempos verbais a serem adotados num texto.

O terceiro folhado é o dos *mecanismos de tomada de posição enunciativa* (mecanismos enunciativos). São estes que contribuem para a manutenção da coerência pragmática textual, revelam as vozes que se expressam, traduzem as avaliações sobre aspectos do conteúdo temático. Organizados de forma configuracional (opostos a “seqüencial”), temos como fundamentos deste folhado o posicionamento enunciativo, vozes e as modalizações.

O *posicionamento enunciativo*, de difícil identificação, conforme Bronckart (1999), pode revelar “o que o agente-produtor assume ou pensa em relação ao enunciado, ou remeter a terceiros a responsabilidade”. Na produção do texto, são criados um ou vários mundos discursivos com parâmetros/coordenadas com regras diferentes das que regem o mundo da experiência (empírico), portanto complexificando essa tarefa. Esses “mundos virtuais”, através de instâncias formais que os regem (textualizador, expositor e narrador) distribuem as vozes sociais (vozes de pessoas/instituições externas ao conteúdo temático), as vozes dos personagens (vozes de pessoas/instituições diretamente implicadas no percurso temático e a voz do autor empírico). Como, às vezes, as marcas lingüísticas não as “traduzem” claramente, a inferência das vozes pela leitura faz-se necessária. Muitas vezes, entretanto, pronomes, sintagmas nominais, frases ou segmentos frasais cumprem esse papel.

Já a *modalização* constitui as *avaliações* formuladas em relação ao conteúdo

temático. Uma quadripartição compõe os subconjuntos de modalização: *lógicas* (julgamentos sobre valor de verdade das proposições enunciadas – o possível, o certo, o provável, o improvável etc); as *deônticas* (avaliações de enunciados com parâmetros sociais do “dever ser” – o permitido, o proibido, o necessário, o desejável); as *apreciativas* (julgamento subjetivo – o bom, o mau etc); as *pragmáticas* (julgam sobre uma das facetas da responsabilidade de um personagem relativamente ao processo de que é agente, em especial sobre sua *capacidade\_de ação* (o poder-fazer); intenção (o querer-fazer); e as razões (o dever-fazer).

A textualização da modalização também é exemplificada no folhado. Essa é realizável através de unidades ou conjuntos de unidades lingüísticas expressas por *verbos* (tanto tempos verbais quanto verbos modais ou auxiliares de modalização); *advérbios* (“certamente”, por exemplo); *frases impessoais* (é certo que, é possível que) e outros segmentos ou conjuntos frasais que a observação de um estudioso ou leitor atento poderá perceber.

Os resultados das análises feitas sob esses aspectos mostrados na figura 2 e descritos nos parágrafos antecedentes, com respeito aos TCLEs, são reinterpretados a partir das categorias de uma semântica do *agir*, que designa o dado sob análise, ou seja, as diferentes ocorrências de intervenções de seres humanos no mundo, enquanto os termos *atividade* e *ação* designam interpretações desse *agir*, coletivas e individuais, que mobilizam ou explicitam as dimensões motivacionais e intencionais. Assim, a noção de *agir* é utilizada para indicar as intervenções humanas no mundo, que podem ser de diferentes ordens. No plano motivacional, aparecem os determinantes externos do agir (origem coletiva, de natureza material ou das representações sociais) e os motivos (as razões de agir interiorizadas por uma pessoa particular).

No plano da intencionalidade, segundo a análise de Bronckart (1999) diferenciam-se as finalidades e as intenções. No plano dos recursos para o agir, há os instrumentos, que podem ser ferramentas concretas ou modelos para o agir, as capacidades (recursos mentais ou comportamentais atribuídos a um indivíduo particular).

Entendendo serem as noções de tipos de discurso e tipos de seqüências discursivas bastante controversas, na literatura em geral, dedicarei, a seguir, atenção especial a elas.

## **2.4 BRONCKART E OS TIPOS DE DISCURSO**

Na camada da infra-estrutura, um elemento importante a ser analisado é o tipo de discurso. Os tipos de discurso são designados por Bronckart (1999), como as formas lingüísticas que traduzem a criação de mundos discursivos específicos, os diferentes segmentos que o texto comporta. O autor propõe que se analisem as diferentes formas de articulação, por encadeamento ou fusão, entre tais discursos. Em outras palavras, podemos definir os tipos de discurso como formas lingüisticamente marcadas que surgem dentro dos textos e em número limitado. Lugar de interface, são formas e maneiras de fazer com que se encontrem e interajam o que é do individual e o que é do coletivo.

Por outro lado, o trabalho de Bronckart propõe que se analisem todos os tipos discursivos presentes em um texto, entendendo que um texto pode ser composto por segmentos oriundos de tipos discursivos diferentes. Esse conceito é difícil de ser entendido, tanto que Ana Rachel Machado (2004), em seu artigo intitulado “Para (re) pensar o ensino de gêneros” diz que chegará a algumas definições por negação, ou seja, aquilo que os gêneros não são, distinguindo-os dos conceitos de tipo de discurso e de seqüência.

Bronckart (1999, p. 138), entende que quatro tipos de discurso compõem, em diferentes modalidades, todos os gêneros textuais: discurso teórico, discurso narrativo, discurso interativo, relato interativo, com os quais se podem construir diferentes e ilimitados tipos de texto.

Machado (2004) afirma que os termos utilizados para essa distinção têm gerado alguns problemas de interpretação, que podem levar a três inferências inadequadas. A primeira é a de que “só um tipo de discurso é considerado como interativo”. De acordo com essa estudiosa da língua, o que se quer dizer com a afirmação anterior é que nesse tipo de discurso se marca, de forma explícita, uma

relação mais estreita entre o mundo discursivo e o da situação concreta de produção. A segunda inferência inadequada é de que “ao se empregar a expressão *discurso teórico* remete-se ao sinônimo *discurso científico*, o que não está correto, pois podemos ter um segmento de *discurso teórico* e que não pertença a um discurso científico”. A terceira inferência inadequada é a que diz respeito ao *relato interativo* e a *narração*, que estariam sendo identificados baseados em sua organização estrutural, o que, segunda a autora, também não é verdadeiro, pois se pode encontrar segmentos de *relato interativo* e *narração* não organizados em *seqüências narrativas*.

Para Bronckart (1999), assim se caracterizariam os tipos de discurso. Inicialmente, o *discurso interativo* caracteriza-se por uma densidade verbal elevada e por uma densidade sintagmática muito baixa e a constituição de um mundo discursivo conjunto ao da interação social em curso, com referências explícitas aos parâmetros da situação material de produção. O *discurso teórico* é, em princípio, monologado e escrito e esse caráter se traduz, principalmente, pela ausência de frases não declarativas; pela presença de informações que sejam verdades autônomas e que se inscrevam nas coordenadas de um mundo teórico, sendo que, nesse tipo de discurso, predomina o plano expositivo puro. O *relato interativo* é um tipo de discurso, em princípio, monologado, que se desenvolve em uma situação de interação que pode ser real ou posta em cena. Já a *narração* é um tipo de discurso geralmente escrito e sempre monologado que, conseqüentemente, comporta apenas frases declarativas; constitui também um mundo conjunto ao da interação, mas sem integrar referências aos parâmetros da situação material de produção. Na obra de (1999, p. 254), Bronckart admitiu um tipo discursivo intermediário da ordem do EXPOR, que mesclaria características do discurso interativo e do discurso teórico: o interativo-teórico-misto. O autor chama a atenção para o fato de este tipo encontrar-se no gênero exposição científica, obra didática etc e decorrer de,

uma *dupla restrição* que se exerce sobre seu autor: ele deve apresentar informações que sejam, a seu ver, verdades autônomas e se inscrevam, portanto, nas coordenadas de um mundo teórico e deve, ao mesmo tempo, levar em conta os receptores, solicitá-los e, assim, inscrever-se nas coordenadas de um mundo interativo. (BRONCKART, 1999, p. 254-5)

## 2.5 BRONCKART E OS TIPOS DE SEQÜÊNCIA

Outra noção importante para determinar a infra-estrutura geral de um texto é a de seqüência. As seqüências designam os modos de planificação que ocorrem no interior do plano geral de um texto e podem ser: narrativa, explicativa, argumentativa, explicativa e dialogal (BRONCKART, 1999).

O autor assume o posicionamento de Adam (1992, p. 109), que define seqüência como,

unidades estruturais relativamente autônomas, que integram e organizam macroposições, que, por sua vez, combinam diversas proposições, podendo a organização linear do texto ser concebida como o produto da combinação e da articulação de diferentes tipos de seqüências.

A seqüência é, segundo Adam, um mecanismo de composição de textos (e, portanto, de gêneros); entende-a como uma estrutura, isto é, por um lado, como “uma rede de relações hierárquicas”, ou seja, como “grandeza decomponível em partes ligadas entre elas e ao todo que constituem” e, por outro, como uma entidade relativamente autônoma dotada de uma organização interna que lhe é própria e, portanto, em relação de dependência/independência com o conjunto maior do qual faz parte (ADAM, 1992, p. 11).

A seqüência, segundo a proposta adaminiana, corresponde a um esquema mais ou menos estabilizado de construção de partes do texto, que apresenta cinco tipos: a narração, a descrição, a argumentação, a explicação e o diálogo. Como dificilmente ocorre apenas um desses tipos nos textos empíricos, as seqüências são postas em texto mediante um jogo de dominância, que é chamado pelo autor de pragmática textual.

Assim, os esquemas de reconhecimento de seqüência são mais ou menos convencionais, com suas regras próprias de encadeamento que permitem ao leitor a formular ou não um julgamento de completude seqüencial.

Adam (1992) postula que existe um número pequeno de seqüências e que aparecem duas possibilidades: a primeira diz que o texto comporta apenas uma seqüência, (embora essa situação raramente se verifique, por causa da heterogeneidade textual) e, nesse caso, verifica-se uma relativa homogeneidade. A segunda, que o texto comporta  $n$  seqüências de mesmo tipo, como, por exemplo, todas narrativas. Nesse caso, surgem duas possibilidades: essas seqüências podem seguir linearmente e ser coordenadas entre si ou podem ser inseridas umas nas outras, em um ponto qualquer da seqüência principal.

Esse mesmo autor afirma que, como as tipologias textuais são muito ambiciosas, podem atender apenas casos de estruturas seqüências homogêneas. Em textos mais complexos, com estrutura seqüencial heterogênea, dois novos casos podem ser considerados, conforme Rodrigues (1996): a inserção das seqüências heterogêneas ou a seqüência dominante. Rodrigues explica que, quando se alternam seqüências de tipo diferente, verifica-se uma relação entre a seqüência inserente e a seqüência inserida. Por exemplo, aquilo que se chama o exemplo narrativo, inserido num texto argumentativo, corresponde à estrutura:

(1) [seq. argumentativa [seq. narrativa] seq. argumentativa].

A presença de uma descrição numa narrativa pode ser representada pela estrutura:

(2) [seq. narrativa [seq. descritiva] seq. narrativa].

A inserção de um diálogo numa narrativa pela estrutura:

(3) [seq. narrativa] seq. dialogal] seq. narrativa].

E a inserção de uma narrativa numa seqüência dialogal, pela estrutura:

(4) [seq. dialogal [seq.narrativa] seq. dialogal].

Se o tipo de estrutura seqüencial não corresponder à inserção de uma seqüência completa, mas à mistura de seqüências de tipo diferente, pode-se dizer, então, que a relação é dominante/dominada e segue a fórmula:

(5) [seq. dominante > seq. dominada].

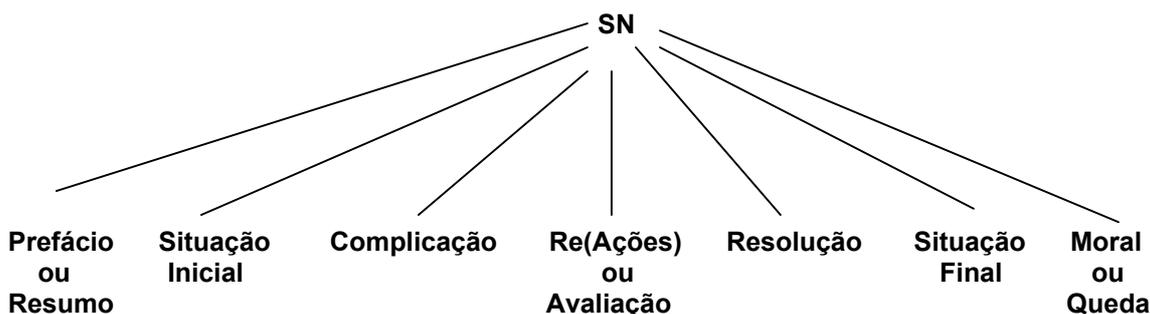
Essas diferentes seqüências podem ser combinadas em um texto, de várias formas, através da diversidade das seqüências e de suas modalidades de articulação decorrentes da heterogeneidade composicional da maioria dos textos.

Bronckart adota algumas das posições defendidas por Adam, entendendo a importância das seqüências, na organização de uma parte ou da totalidade dos enunciados que pertencem a um tipo discursivo. Enfatiza sempre o caráter dialógico dessa composição. Jean Paul Bronckart reconhece e aceita as cinco seqüências postuladas por Adam.

A seguir, são detalhadas as seqüências, ressaltando que as esquematizações utilizadas para explicá-las são retiradas do livro “Diário de Leituras”, de Anna Raquel Machado (1998). Iniciarei pela seqüência narrativa. Essa seqüência caracteriza-se por um processo de intriga, que consiste em organizar os acontecimentos de modo a formar um todo, uma história ou ação completa, com princípio, meio e fim. A seqüência é constituída por cinco fases principais, cuja ordem é sucessória.

A fase da situação inicial, ou seja, a exposição ou apresentação; a complicação, na qual aparece a perturbação e se cria uma tensão; a fase das ações, que reúne os acontecimentos desencadeadores da perturbação; a fase da resolução, em que se introduzem os acontecimentos que levam à redução da tensão; fase da situação final, em que volta o equilíbrio. Ainda se acrescentam a essas cinco fases outras duas: a fase da avaliação, em que aparece um comentário relativo ao desenrolar da história e a fase da moral, na qual se explicita a significação global da história. Assim, o esquema protótipo da seqüência narrativa é:

**Desenho 1: Seqüência narrativa – (MACHADO, 1998, p. 82)**



Para finalizar a explicação dessa seqüência, segundo Bronckart, sua maior característica seria a criação de uma tensão e sua resolução posterior. Através da tensão, produz-se um suspense que contribuiria para manter a atenção do destinatário, facilitando a criação de um final surpreendente, ou que atenda os desejos que o enunciador deseja produzir.

Em relação à seqüência explicativa, Adam (1992), adota o posicionamento de Grize, (segundo MACHADO, 1998, p. 84) que considera a explicação como um ato de discurso que, ao mesmo tempo, pressupõe e estabelece um contrato que pode ser assim resumido:

- a) o fenômeno a explicar é incontestável, ou seja, é uma constatação ou um fato;
- b) o que está em questão é incompleto;
- c) aquele que explica está em condições de fazê-lo.

Aprofundando o pensamento de (GRIZE *apud* ADAM, 1992, p. 132), a estrutura de uma seqüência explicativa seria: “um primeiro operador (POR QUE) faz passar de uma esquematização S-i, que apresenta um objeto complexo (O-i), a uma esquematização S-q, que apresenta um problema (objeto problemático O-q), depois um segundo operador (PORQUE) permite passar de S-q a uma esquematização explicativa S-e (O-e) (GRIZE *apud* ADAM, 1992, p. 132). Assim, Machado (1998) explica resumidamente essa seqüência admitindo quatro proposições que são:

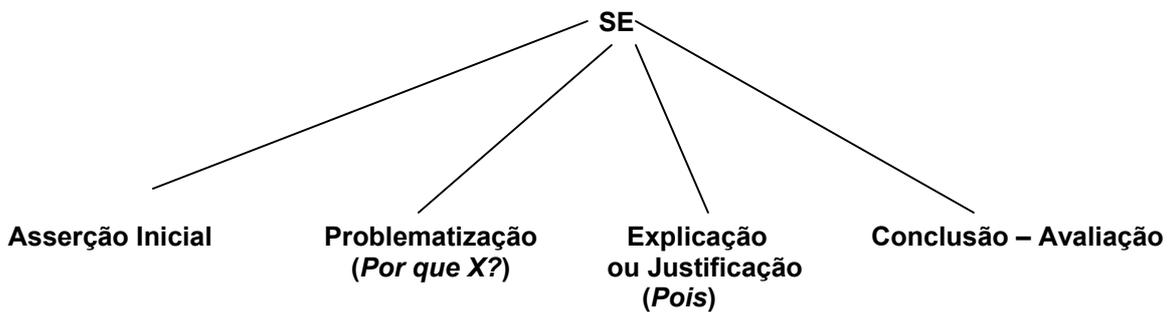
- a) *Asserção* ou *Esquematização Inicial*, na qual um objeto, uma situação, um acontecimento, é colocado na sua complexidade;
- b) *Problematização*, na qual é explicitada uma questão da ordem do porquê;
- c) *Resolução* ou *Explicação* propriamente dita;
- d) *Conclusão – Avaliação*.

Ainda conforme Machado (1998), grande parte dos textos explicativos apresenta caráter elíptico, com a proposição da conclusão ou com os operadores (POR QUE) e (PORQUE) omitidos. Essa autora ressalta que se pode considerar a justificação como uma forma particular de explicação, definida como uma resposta à questão “por que afirmar isso?” Dessa maneira, a autora considera que “os segmentos de textos que se apresentarem como justificações de um dizer anterior,

aos quais se relacionam por meio de organizadores do tipo *porque*, ou *pois*, explícitos ou implícitos, serão considerados seqüências explicativas” (MACHADO, 1998, p. 85).

Nessa perspectiva, o protótipo de seqüência explicativa é:

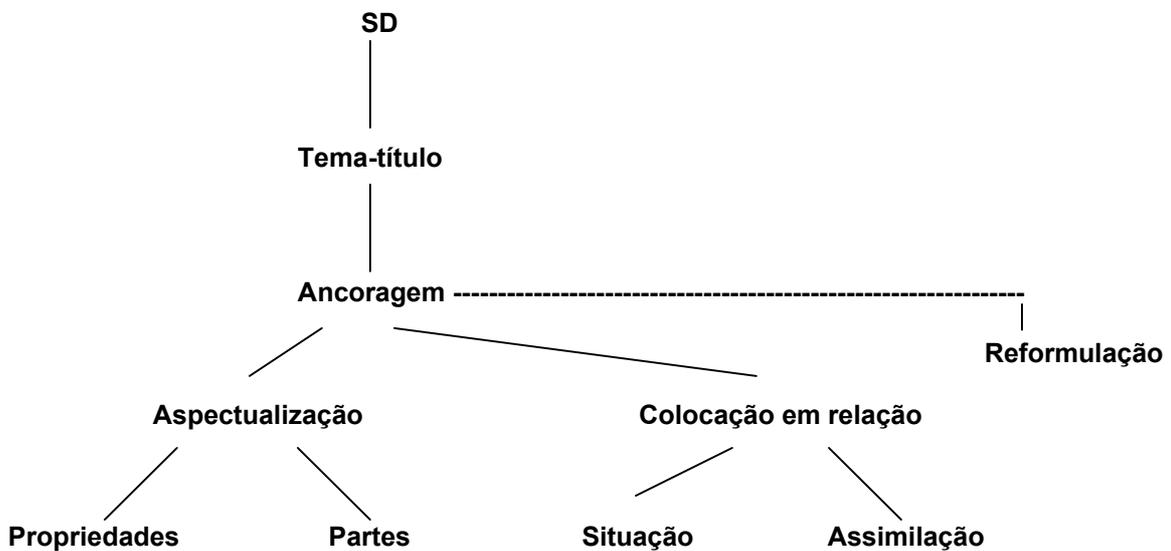
**Desenho 2: Seqüência explicativa – (MACHADO, 1998, p. 85)**



Para finalizar a explicação dessa seqüência, Bronckart postula que a escolha deste tipo relaciona-se às representações do enunciador sobre os conhecimentos do destinatário, pois ele a escolheria ao considerar que um aspecto do tema apresenta problemas ou é de difícil entendimento.

A próxima seqüência a ser analisada é a seqüência descritiva. De acordo com Adam e Petitjean (1989), essa seqüência define-se por ser regida por diferentes operações e comporta três fases principais, que são: a fase da *ancoragem*, na qual aparece o tema-título; a fase da *aspectualização*, em que o tema é decomposto em partes, às quais são atribuídas suas características; a fase de *reformulação*, em que os elementos descritos são assimilados a outros, através de comparações. Este protótipo é apenas um modelo abstrato e seu esquema pode ser assim representado:

**Desenho 3: Seqüência descritiva – (MACHADO, 1998, p. 86)**



Para a seqüência argumentativa, Bronckart (2003) admite que ela constitui-se das seguintes fases: a existência de uma tese, a respeito de um dado tema. A respeito dessa tese, dados novos são propostos e estes são objeto de um processo de inferência, que orienta para uma conclusão ou nova tese.

É impossível falar sobre argumentação sem resgatar os gregos da Antigüidade Clássica e sem falar na Retórica, que é definida por Aristóteles como “a arte da comunicação, do discurso feito em público com fins persuasivos” (PERELMAN, p. 22) e também é entendida como “a capacidade de descobrir o que é adequado no caso em específico cuja finalidade seja persuadir” (CARDOSO, 2005, p. 2).

Também sob a forma da retórica mais clássica, é possível concluir o fundamento argumentativo do filósofo e jurista belga Chaim Perelman. Este autor retoma a Dialética e a Retórica de Aristóteles, usando a sua terminologia, e aproxima a teoria da argumentação à Dialética, pelas chamadas provas dialéticas. Para o autor,

uma teoria de argumentação é o estudo das técnicas discursivas que permitem provocar ou aumentar a adesão dos espíritos a teses que são apresentadas ao seu assentimento (PERELMAN, 2000, p. 4).

A argumentação parte do possível, do verossímil e, em seguida, vão se acumulando os argumentos num primeiro momento, tentando a adesão do auditório para, em um segundo, chegar ao convencimento.

Perelman (2000, p. 20) considera três elementos essenciais a qualquer argumentação: um locutor (orador), um auditório (ouvinte) e um fim (adesão). A construção do auditório é sistematizada de acordo com os objetivos que o orador pretende alcançar.

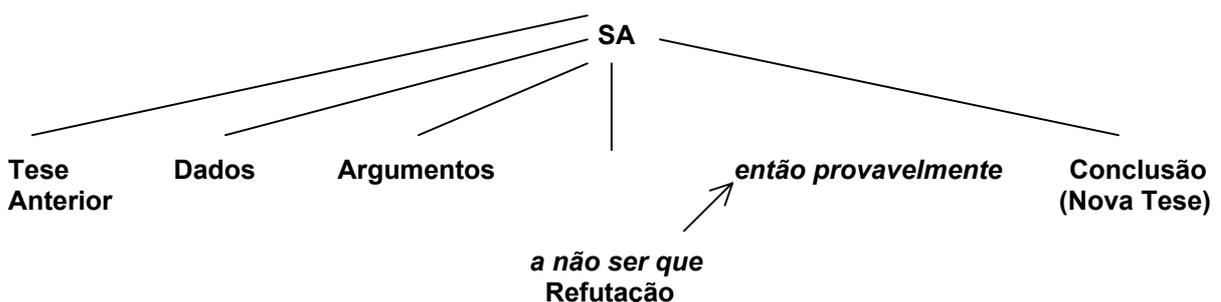
Resumidamente, a versão reduzida das seqüências argumentativas seria:

- a) Fase das premissas, em que se propõe uma constatação de partida;
- b) Fase de apresentação de argumentos: aquela em que os elementos orientam para uma provável conclusão;
- c) Fase de contra-argumentos: aquela em que pode haver uma refutação em relação à orientação argumentativa;
- d) Fase de conclusão: aquela que integra os efeitos dos argumentos e contra-argumentos.

Esse modelo pode ser simplificado, ou seja, não precisa necessariamente seguir essa ordem (pode, por exemplo, passar da premissa à conclusão, deixando implícitas as outras fases); ou pode ser realizado de modo mais complexo, com a explicitação da tese anterior, entrelaçamento dos argumentos e contra-argumentos etc.

O protótipo da seqüência argumentativa é o seguinte:

**Desenho 4: Seqüência argumentativa – (cf. MACHADO, 1998, p. 83)**



O último tipo de seqüência, segundo Adam (1992) é o da seqüência dialogal. Essa se caracteriza por ser estruturada em turnos de fala. Os segmentos com turnos de fala podem ser divididos em discursos interativos primários, quando os agentes-produtores assumem a interação verbal, ou em discursos interativos secundários, atribuídos a personagens postos em cena de um discurso principal ou englobante, como no caso de falas de personagens em um romance. Para entender melhor essa seqüência, é necessária entender o conceito de dialogismo e de diálogo. Machado (1998), utiliza um conceito desenvolvido por Bakhtin, para quem dialogismo é uma característica constitutiva de qualquer atividade enunciativa, estando, assim, presente tanto nas seqüências em que haja vários interlocutores, ou nas seqüências monológicas; uma vez que a palavra “diálogo” pode ser compreendida como uma comunicação em voz alta, de pessoas colocadas face a face (BAKHTIN, 1929, p. 123). O protótipo de seqüência dialogal pode ser organizado em três níveis, que são: a fase de abertura, em que os interactantes entram em contato; fase transacional, na qual o conteúdo temático é co-construído e fase de encerramento, aquela que põe fim à interação. Cada uma dessas fases pode ser reduzida a unidades dialogais ou trocas, que, por sua vez, podem sofrer intervenções, ou seja, turnos de fala.

Embora Adam admita a existência de cinco seqüências, Bronckart (1999, p. 237) acrescenta a seqüência injuntiva, pois “essas seqüências são sustentadas por um objetivo próprio ou autônomo: o agente produtor visa a fazer agir o destinatário de um certo modo ou em uma determinada direção”. Essa finalidade acarreta características lingüísticas, como uso do imperativo ou infinitivo e ausência de estruturação espacial ou hierárquica.

Portanto, Bronckart (1999) admite a existência de seis tipos de seqüências que contribuem para a organização da infra-estrutura geral do texto. Resumindo a proposta das seqüências discursivas, Machado (2004, p.14-15) apresenta a representação dos efeitos pretendidos e fases correspondentes:

### QUADRO 3 – SEQÜÊNCIAS: REPRESENTAÇÃO DE EFEITOS

Seqüências	Representações dos efeitos pretendidos	Fases
Descritiva	Fazer o destinatário <i>ver em detalhe</i> elementos de um objeto do discurso, conforme a <i>orientação dada a seu olhar</i> pelo tradutor.	Ancoragem Aspectualização Relacionamento Reformulação
Explicativa	Fazer o destinatário <i>compreender</i> um objeto de discurso, visto pelo produtor como incontestável, mas também como de difícil compreensão para o destinatário.	Constatação inicial Problematização Resolução Conclusão/avaliação
Argumentativa	Convencer o destinatário da validade de posicionamento do produtor diante de um objeto de discurso visto como contestável (pelo produtor e/ou pelo destinatário)	Estabelecimento de: - premissas; - suporte argumentativo - contra-argumentação; - conclusão
Narrativa	Manter a atenção do destinatário, por meio da construção de suspense, criado pelo estabelecimento de uma tensão e subsequente resolução.	Apresentação de: - situação inicial; - complicação; - ações desencadeadas; - resolução; - situação final
Injuntiva	Fazer o destinatário agir de um certo modo ou em uma determinada direção	Enumeração de ações temporalmente subseqüentes
Dialogal	Fazer o destinatário manter-se na interação proposta	Abertura Operações transacionais Fechamento

### 3 PERCURSO METODOLÓGICO

Neste capítulo, descreverei como foi feita minha pesquisa. Iniciarei apresentando como ocorreu a seleção de dados. Depois, tratarei dos critérios para análise de dados e finalizarei expondo as etapas da análise.

#### 3.1 A SELEÇÃO DE DADOS

Os dados desta pesquisa, que visa à compreensão e à caracterização do gênero TCLE, foram obtidos a partir da análise de 30 textos cedidos por três instituições diferentes. Essas três instituições localizam-se em três municípios próximos: Porto Alegre, São Leopoldo e Novo Hamburgo. Trata-se de duas instituições universitárias e de um hospital-escola, também vinculado a uma universidade (HU). Todas desenvolvem tanto pesquisas básicas como aplicadas. Entre essas últimas, há pesquisas vinculadas à indústria farmacêutica. Entre as primeiras, com características mais acadêmicas, há pesquisas das mais diferentes áreas do conhecimento humano: ciências da saúde, ciências humanas etc.

Uma das questões mais delicadas deste trabalho diz respeito ao sigilo solicitado especificamente por uma das instituições que contribuiu para a pesquisa. Esse sigilo foi posto como condição para liberação de textos para a composição do *corpus* dos TCLEs. Nesse sentido, inclusive, optei por não anexar a integralidade dos textos ao trabalho. Um volume específico, contendo os TCLEs originais, foi distribuído apenas à banca examinadora da dissertação.

O *corpus* da pesquisa está formado por 30 textos, que foram produzidos por pesquisadores, mestres e doutores, todos submetidos e aprovados pelos Comitês de Ética de cada instituição. Esses textos foram recolhidos a partir das indicações de cada Comitê de Ética e todos os pesquisadores concordaram participar de nosso projeto. Nossa pesquisa também foi aprovada pelo Comitê de Ética da Unisinos, na Resolução de nº 016/05.

Após o recolhimento dos textos, eles foram numerados (TCLE 1 a 30), na ordem de sua obtenção. Inicialmente, realizei leitura minuciosa dos textos,

objetivando compreender as áreas temáticas a que se vinculam. Essa leitura permitiu-me traçar o seguinte quadro, a partir áreas de conhecimento disponibilizadas pelo CNPq:

#### **QUADRO 4 - ÁREAS DE CONHECIMENTO (CNPQ)**

Ciências Exatas e da Terra	01
Ciências da Saúde	20
Ciências Sociais Aplicadas	02
Ciências Humanas	02
Linguística, Letras e Artes	05

#### Áreas de conhecimento e TCLEs analisados<sup>1</sup>

Para que o público leitor tenha acesso a, pelo menos, um dos TCLEs analisados, está sendo disponibilizado, no anexo 1, um texto na sua integralidade. Sua escolha foi motivada pela disponibilidade que seu autor mostrou de torná-lo público, para os fins desta pesquisa.

### **3.2 AS ETAPAS DA ANÁLISE**

Os procedimentos de análise e interpretação seguidos nesta pesquisa têm sua origem nos trabalhos desenvolvidos pelo interacionismo sociodiscursivo. As etapas da análise seguiram propostas de Bronckart (1999), com relação à arquitetura interna dos textos, correspondendo a três momentos distintos:

- a) infra-estrutura geral, que envolveu também o levantamento de informações sobre o contexto sócio-interacional de produção dos textos e análise das características globais desses mesmos textos;
- b) mecanismos de textualização;
- c) mecanismos enunciativos.

<sup>1</sup> A predominância da área das Ciências da Saúde não foi intencional, mas certamente esta é a área que mais trabalha com intervenções em seres humanos e, portanto, suas pesquisas estão dentro do âmbito da Resolução 196/96, justamente emanada do Conselho Nacional de Saúde. O espectro da área de conhecimento é bastante extenso, abrangendo Medicina, Enfermagem, Farmácia, Nutrição, Saúde Coletiva, Fonoaudiologia, Odontologia, Fisioterapia e Educação Física.

A pesquisa pode ser vista como predominantemente qualitativa, de acordo com Godoy (1995), no sentido de que tem, como preocupação fundamental, o estudo e a análise do mundo empírico em seu ambiente natural. Como esse método se utiliza dos dados emergentes do contato com o *corpus*, é qualitativa a abordagem que conduziu a interpretação do gênero TCLE, orientada pelo trabalho de Jean Paul Bronckart.

A pesquisa é também bibliográfica, pois, de acordo com Vergara (2004), “pesquisa bibliográfica é um estudo sistematizado desenvolvido com materiais publicados em livros, revistas, jornais e redes eletrônicas com acesso a todos os tipos públicos”, fato que pode facilmente ser comprovado ao longo deste trabalho, através das referências bibliográficas.

Contudo, este trabalho apresenta, em poucos momentos, a opção quantitativa, pois organizei tabelas de levantamento de aspectos estruturais do TCLE. Nessa etapa, os dados numéricos auxiliaram-me a definir as diferenças e as características do gênero. Pretendo, com a associação dos métodos quantitativo/qualitativo chegar a resultados tanto específicos quanto abrangentes, lembrando sempre que o contexto traz importantes contribuições para uma interpretação de *corpus*.

## **4 A GÊNESE DO GÊNERO TCLE**

Como foi dito anteriormente, o presente estudo terá como base a análise de textos proposta por Bronckart (1999). Essa abordagem começa com a constituição sócio-histórica dos textos TCLE, bem como das circunstâncias em que as pessoas produzem e usam textos do gênero escolhido. A seguir, será feita uma análise lingüístico-discursiva com base em levantamentos de informatividade sobre o contexto interacional de produção de textos, na análise das características globais dos textos e na infra-estrutura textual.

Para a realização da construção de conhecimento sobre o contexto sócio-interacional do gênero TCLE, primeiramente será realizado um levantamento de informações externas do texto a ser analisado, por meio da busca e leitura de documentação existente ou de discussões com representações das instituições envolvidas. Nesse caso, estará envolvida a legislação pertinente (Resolução CNS196/96) e as regulamentações emanadas pelos diversos Comitês de Ética das instituições envolvidas.

### **4.1 A CONSTITUIÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO TCLE**

Dentro do que descrevi até agora, é possível afirmar que o TCLE é um gênero secundário, que nasceu em função da necessidade de obter um consentimento de um sujeito não especializado, numa interlocução entre o mundo acadêmico/científico e o mundo real. Trata-se, como mostrarei, pelo breve histórico, a seguir apresentado, de um gênero novo, que se ancora em outros já existentes. Sua gênese, no caso do TCLE, do Brasil, vincula-se a uma legislação e ao projeto científico, de que se origina. Ocorre, então, uma passagem de uma lei e de um projeto para um novo gênero, em função deste ter um outro auditório e outro propósito comunicativo. A relação estabelecida entre esses diferentes gêneros ocorre pelo caráter dialógico da linguagem, que possibilita que um texto possa “citar, remeter ou fazer alusão a outros textos do mesmo gênero ou de gêneros diferentes com os quais interage intertextualmente” (BRANDÃO, 2004, p.102-103).

Um breve relato histórico da pesquisa com seres humanos e sua relação com o consentimento mostra que, desde o século XVIII, esta preocupação existe. Esse histórico segue trabalho realizado por Clotet (2000). Segundo este autor, a primeira citação de que se tem conhecimento sobre uma questão envolvendo consentimento e informação data de 1767. O caso aconteceu na Inglaterra, quando um paciente chamado Slater procurou o Dr. Baker, que atuava junto com o Dr. Stapleton, para dar continuidade ao tratamento de uma fratura óssea em sua perna. Os dois médicos desuniram o calo ósseo ao retirarem a bandagem, propositalmente, sem consultar o paciente, a fim de utilizar um aparelho, de uso não convencional, para provocar tração durante o processo de consolidação. O paciente recorreu à justiça e acusou os dois médicos de terem provocado uma nova fratura (por ignorância e imperícia), o que causou danos desnecessários, além de não o terem informado ou consultado sobre o procedimento que seria empregado. Naquela época, era comum os cirurgiões informarem o paciente sobre os procedimentos que seriam realizados, pois, como não havia anestesia, havia a necessidade da sua colaboração durante as cirurgias.

O primeiro livro sobre legislação e exercício profissional da medicina foi publicado em 1830, por um advogado inglês chamado John William. Este livro apresentou a base jurídica para a utilização do consentimento informado em pesquisa com pacientes (CLOTET, 2000, p. 30).

O primeiro registro científico estabelecendo uma relação entre um pesquisador e um indivíduo pesquisado data de 19 de outubro de 1833. O sujeito da pesquisa, chamado Aléxis St. Martin receberia, além de casa e comida, U\$ 150,00 para estar disponível durante um ano para todos os experimentos que fossem realizados. O médico pesquisador chamava-se William Beaumont. Aléxis ficara com a seqüela de um tiro acidental de uma arma de fogo, fato que permitiria a observação do interior do estômago por anos a fio. O médico responsável pelo atendimento é tido como o primeiro fisiologista norte-americano. Esse caso tornou-se famoso por suas peculiaridades, e a situação relatada é considerada precursora da utilização de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido em pesquisa. O médico William Beaumont estabeleceu, neste mesmo ano de 1833, o primeiro conjunto de diretrizes para a pesquisa de que se tem notícia. As diretrizes eram as

seguintes: necessidade de consentimento voluntário dos indivíduos participantes, adequação metodológica do projeto e liberdade de o paciente abandonar o projeto, caso o desejasse. Tais diretrizes são utilizadas até hoje como elementos básicos nos documentos nacionais e internacionais sobre adequação ética de atividades de pesquisa (CLOTET, 2000, p. 31).

Sabe-se que pesquisadores importantes no campo das ciências realizaram experimentos em seres humanos que hoje seriam inconcebíveis. Segundo Clotet (2000, p. 33), Louis Pasteur, por exemplo, propôs, em setembro de 1884, um experimento com seres humanos que envolvia a utilização de condenados à morte no Brasil, para fins de teste de uma vacina contra a raiva, sem solicitar a autorização dos mesmos. A vacina havia sido utilizada apenas em animais. Dom Pedro II não autorizou a realização do experimento, pois entendeu que, por não haver, no Brasil, a possibilidade de comutar ou postergar as execuções, os prisioneiros não poderiam ser submetidos a procedimento experimental.

Clotet (2000, p. 33) segue seu histórico dizendo que, em 2 de março de 1900, o senador Jacob H. Gallinger propôs uma lei para ser aplicada no Distrito de Columbia, regulamentando experimentos científicos em seres humanos. A proposta não foi aceita, mas esse é o primeiro documento legal que visou a estabelecer regras claras para a realização de pesquisas em seres humanos. O projeto possuía alguns pontos que ainda são importantes até hoje. Um deles é a pesquisa ser realizada somente por médicos clínicos ou cirurgiões devidamente credenciados para tal, de acordo com suas qualificações profissionais e outro, não poder gerar dor ou desconforto em bebês, crianças, adolescentes, gestantes, nutrízes, velhos e doentes mentais. Os sujeitos de pesquisa deveriam ter mais de vinte anos de idade e estar em plena capacidade física e mental para consentirem. Essa proposta foi incorporada, em 1989, no documento que estabeleceu as Boas Práticas Clínicas para as pesquisas farmacológicas, propostas pela comunidade europeia. O projeto de lei do Senador Gallinger foi o precursor das normas atuais que regulam as atividades de pesquisa em seres humanos.

Em 1901, foi aprovado e posto em prática o primeiro documento legal sobre a utilização do consentimento em pesquisa. O documento, intitulado “Instrução sobre

Intervenções Médicas com Objetivos Outros que Não Diagnóstico, Terapêutica ou Imunização”, foi elaborado pelo Ministério para Assuntos Religiosos, Educacionais e Médicos da Prússia, em 1901. Conforme Clotet, 2000, p.36):

É absolutamente proibido realizar intervenções médicas com objetivos outros que não diagnóstico, terapêutica ou imunização, quando a pessoa em questão for um menor ou não esteja plenamente competente em suas capacidades; a pessoa considerada não tenha declarado, de forma inequívoca, que consente com a intervenção; a declaração não foi dada com base em explicações apropriadas das conseqüências adversas que podem resultar das intervenções propostas.

Pesquisas abusivas continuaram a ser realizadas em todo o mundo. Muitos abusos foram executados nos campos de concentração. O impacto das atrocidades cometidas na Segunda Grande Guerra, sob o rótulo de experimentação médica, executados nos campos de concentração e fora deles, provocou uma comoção mundial. A área médica e científica não conseguia mais conviver com as situações abusivas. Por isso, em dezembro de 1946 (CLOTET, 2000, p. 37) a Associação Médica Americana (AMA) acatou um relatório do seu conselho jurídico, baseado em considerações de Andrew C Ivy, médico enviado pelo governo norte-americano para revisar crimes de guerra de natureza médica cometidos pelos alemães. O relatório estabeleceu que eram necessários três requisitos básicos para uma pesquisa se enquadrar nos princípios éticos aceitos pela AMA: consentimento voluntário da pessoa na qual o experimento será realizado; o perigo de cada experimento ser previamente investigado por experimentação animal; o experimento ser realizado sob adequada proteção e gerenciamento médico. O termo “consentimento voluntário”, empregado no primeiro princípio, referente ao consentimento, foi uma inovação, no sentido de explicitar o caráter de liberdade necessário e fundamental à validade do consentimento.

O Código de Nuremberg, elaborado pelo Tribunal de Nuremberg, que julgou os crimes de guerra da segunda guerra Mundial em 1947, apresenta um longo artigo referente à necessidade de utilizar-se consentimento voluntário em todas as pesquisas. Esse Código, que estabelecia dez tópicos que deveriam ser seguidos pelos médicos, estabeleceu, de forma inequívoca, a responsabilidade de o pesquisador obter pessoalmente o consentimento dos participantes do projeto. O

pesquisador tinha o dever de assegurar o acesso às informações e garantir que não houvesse restrições à voluntariedade do participante. Assim,

o Código de Nuremberg foi o primeiro documento com repercussão internacional que estabeleceu padrões éticos mínimos aceitáveis para a realização de projetos envolvendo seres humanos (CLOTET, 2000, p. 39).

Em uma alocução sobre os Limites Morais da Pesquisa Médica e Tratamento, o Papa Pio XII, em 14 de setembro de 1952, no Primeiro Congresso Internacional em Histopatologia do Sistema Nervoso, abordou o tema do consentimento dos pacientes, mediante a frase,

Em primeiro lugar, deve ser assumido que, como pessoa em particular, o médico não poderá tomar qualquer medida ou curso de ação sem o consentimento do paciente (CLOTET, 2000, p. 39).

Em 1953, o Conselho Britânico de Pesquisas Médicas emitiu um memorando sobre pesquisa em seres humanos, em que é levantada a hipótese de que o consentimento poderia não ser voluntário em pesquisas clínicas, quando o médico assistente e o pesquisador fossem a mesma pessoa. Nesse documento, é ressaltada a necessidade da adequada compreensão do consentimento, para que seja válido.

Conforme Clotet (2000, p. 41), somente em 1957, em uma sentença judicial, na Califórnia/EEUU, o termo *Consentimento Informado* foi utilizado pela primeira vez. O caso chamado *Salgo versus Leland Stanford University Board of Trustees*, envolvia o paciente Martin Salgo, de 55 anos. O paciente, com um diagnóstico de arteriosclerose, submeteu-se a uma aortografia, tendo ficado com seus membros inferiores paralisados, pois o procedimento foi realizado sob anestesia e com o uso de contrastes seguidos na pesquisa.

Em 1964, a Declaração de Helsinque da Associação Médica Mundial, estabeleceu que protocolos de pesquisa em seres humanos devem ser analisados por comitê independente do investigador e que “relatos de experimentação fora dos princípios desta Declaração não devem ser aceitos para publicação”.

No Brasil, o Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde (CSN-MS) editou, em 1988, a Resolução nº 1/88 que estabeleceu a necessidade do “consentimento pós-informado” e exigiu que os protocolos de pesquisa fossem aprovados por Comitê de Ética independente do pesquisador. Em 1996, O CNS-MS aprovou a Resolução 196/96, que incorpora vários conceitos da bioética e mantém o consentimento do indivíduo e a necessidade de aprovação por Comitê de Ética. A Resolução 196/96, já citada anteriormente nesta pesquisa, não estipula regras nesse sentido, mas estabelece que os resultados da pesquisa em seres humanos devem ser tornados públicos, sejam favoráveis ou não.

As recomendações da Associação Médica Mundial, que complementam o Código de Nuremberg, constituem a Declaração de Helsinque. Anos mais tarde, o Conselho para Organizações Internacionais de Ciências Médicas (CIOMS), em colaboração com a Organização Mundial de Saúde (OMS), julgou necessário mostrar como os princípios éticos contidos na Declaração de Helsinque poderiam ser aplicados na prática. Assim, foram redigidas as Diretrizes Internacionais para a Pesquisa Biomédica Envolvendo Seres Humanos, vigentes até hoje. A partir delas, aparece a obrigatoriedade do consentimento informado e começam a ser redigidos o que chamamos de *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido*, também chamado de *Consentimento Informado*, *Termo de Responsabilidade*, *Termo de Consentimento Informado*, *Formulário de Autorização de Tratamento*, *Consentimento Pós-Informação*, *Consentimento Após Informação*, *Consentimento Esclarecido*, *Termo de Esclarecimento e Consentimento*, *Termo de Aceitação do Tratamento Médico-cirúrgico Ambulatorial*, *Termo de Esclarecimentos, Ciência e Consentimento* e ainda, “*informed Consent*” (TADEU, 2005, p. 2) Como na resolução 196/96 aparece termo “*Consentimento Livre e Esclarecido*”, é esta a nomenclatura que adoto no presente trabalho, seguindo o que diz a Lei.

É importante também ressaltar nesta pesquisa que inúmeros documentos legais determinam a necessidade de se obter o consentimento livre e esclarecido de um paciente na adoção de procedimentos médicos e de medidas médicas, durante sua doença. Citarei inicialmente:

Declaração Universal de Direitos Humanos (ONU 1948):

Art. XXV, que diz: *Todo homem tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família, saúde e bem-estar.*

Código Civil Brasileiro, que, em seu artigo 422, estabelece: *“Os contratantes são obrigados a guardar na conclusão do contrato, como na sua execução, os princípios da probidade e boa-fé”*. Já o artigo 15, no mesmo Código civil, determina; *“Ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com riscos, a tratamento médico ou à intervenção cirúrgica”*.

O Código de Ética Médica (Resolução 1246, de 8 de janeiro de 1988, do Conselho de Medicina), em seus artigos 46, 48, 56 e 59 determina:

Capítulo IV – Direitos Humanos – *É vedado ao médico efetuar qualquer procedimento médico sem o esclarecimento e o consentimento prévios do paciente ou do responsável legal, salvo em iminente perigo de vida.*

Art. 48 – *Exercer sua autoridade de maneira a limitar o paciente de decidir livremente sobre a sua pessoa ou bem-estar.*

Capítulo V – Relação com pacientes e familiares: é vedado ao médico: Art. 56 – *Desrespeitar o direito do paciente de decidir livremente sobre a execução de diagnósticas ou terapêuticas, salvo em caso de iminente perigo de vida.*

Art. 59 – *Deixar de informar ao paciente o diagnóstico, prognóstico, os riscos e objetivos do tratamento, salvo quando a comunicação direta ao médico provocar-lhe dano, devendo, nesse caso, a comunicação ser feita ao seu responsável legal”*; o Código de defesa do Consumidor: Lei 8078 de 11/09/90:

Art. 6º: são direitos básicos do consumidor:

Inciso I : *A proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos”*;

Inciso III: *a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem”*;

Art. 9º: *O fornecedor de produtos e serviços potencialmente nocivos ou perigosos à saúde ou segurança deverá informar, de maneira ostensiva e adequada, a respeito de sua nocividade ou periculosidade, sem prejuízo da adoção de outras medidas cabíveis em cada caso concreto”*;

Art. nº 39º: É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços: Inciso IV: *“Prevalecer-se da fraqueza ou ignorância do consumidor, tendo em vista sua idade, saúde, conhecimento ou condição social, para impingir-lhe seus produtos ou serviços”;*

Inciso VI: *Executar serviços sem prévia elaboração de orçamento e autorização expressa do consumidor, ressalvadas as decorrentes de práticas anteriores entre as partes”.*

Essas são algumas das justificativas para a necessidade de se obter o consentimento livre e esclarecido do paciente, nas mais diversas situações entre o médico e o paciente.

Além desses documentos legais, com o intuito de humanizar o relacionamento profissional de saúde/paciente, várias associações de pacientes portadores de patologias se reuniram e realizaram a cartilha dos Direitos do Paciente. A cartilha foi tarefa do Fórum Permanente de Patologias Clínicas e é um verdadeiro exercício de cidadania. Contém 35 itens, dos quais destaco:

*7- O paciente tem o direito de receber explicações claras sobre o exame a que vai ser submetido e para qual finalidade irá ser coletado o material para exame de laboratório;*

*8- O paciente tem o direito a informações claras, simples e compreensivas, adaptadas a sua condição cultural, sobre as ações diagnosticadas e terapêuticas, o que pode decorrer delas, a duração do tratamento, a localização de sua patologia, se existe necessidade de anestesia, qual o instrumental a ser utilizado e quais regiões do corpo serão afetadas pelos procedimentos”.*

(Cartilha dos Direitos do Paciente, Comissão de Ética Médica-UNIFESP-HPS, p. 2-4)

Ainda sobre o ponto de vista jurídico sobre a finalidade do TCLE, há o Parecer consulta nº 24/97, aprovado em 12/06/97, em sessão plenária do Conselho Federal de Medicina. A Assessoria Jurídica do CFM, ao manifestar-se sobre a matéria, enfatizou o seguinte:

1. O médico tem o dever de informar o paciente acerca dos riscos do ato médico e das conseqüências dos medicamentos que forem prescritos;
2. Além disso, o médico tem a responsabilidade civil, penal e disciplinar sobre seus atos, devendo essa responsabilidade ser avaliada em cada caso;
3. O chamado “termo de consentimento esclarecido” tem como finalidade “formalizar” ou “documentar” o médico e, também, o paciente sobre as conseqüências que poderão advir do ato médico e da prescrição de medicamentos, inclusive hipóteses de caso “fortuito” e “força maior” desconhecidas da “Ciência” e que escapam ao controle da medicina. Dessa forma, o aludido termo ou autorização não tem a virtude de excluir a responsabilidade do que pode ser entendido, pois, como excludente de responsabilidade ou cláusula de não-indenização.
4. O aludido “documento” cumpre finalidade ético-jurídica e pode ser apreciado como “prova da lisura do médico”.
5. Assim, o “Termo de Consentimento Esclarecido” jamais deverá ser de cunho impositivo, devendo ser sempre em linguagem acessível e simples para entendimento do paciente que subscreverá o “documento” ou de seu representante legal.

Tal documento finaliza concluindo que não há como se redigir um documento padrão para todos os procedimentos. *“Os médicos, que têm a prática da profissão, devem unir sua experiência ao bom senso e à linha de defesa, pois a gama de situações da medicina é tão grande que a previsão delas num único documento especificamente é impossível”* (Parecer nº 24/97 do CFM).

A constituição do gênero TCLE é muito vinculada à área médica, como o breve histórico relatado comprova. A constituição dos Comitês de Ética em todas as instituições que desenvolvem pesquisa com seres humanos foi um passo decisivo para a ampliação do uso dos TCLEs a todas as áreas do conhecimento. No contexto brasileiro, os TCLEs são instrumentos que acompanham qualquer projeto de pesquisa que envolva o homem. Daí a importância do estudo do gênero Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

#### **4.2 PROPOSTA DE ANÁLISE DO GÊNERO**

A seguir, serão analisados os TCLEs a partir de proposta de Bronckart (1999), cuja teoria serve como arcabouço teórico para a análise que pretendo realizar. O trabalho proposto incide sobre o conhecimento e identificação de folhados textuais, que permitem a caracterização de um gênero. Registram-se, inicialmente, considerações a respeito do que constitui essa sistematização. Ao final da explicação de cada folhado, procurei mostrar os resultados obtidos na totalidade dos TCLEs da amostra.

Na seqüência da análise da infra-estrutura textual, será identificado o plano global do texto, de forma a estabelecer o estatuto dialógico dessa estrutura composicional, obedecendo ao conteúdo temático e ao tipo de discurso escolhido, em acordo com as representações que o autor tem de seus destinatários.

## 5 ARQUITETURA INTERNA DO TCLE

Bronckart (1999) descreve a arquitetura interna dos textos como um folhado. Segundo ele, os folhados são estabelecidos como estruturas organizativas do texto, constituindo-se de três partes: a *infra-estrutura geral* do texto, os *mecanismos de textualização* e os *mecanismos de tomada de posição enunciativa*. Essas camadas apresentam-se superpostas, mas hierarquicamente organizadas para fins de uma metodologia de análise da organização textual.

Observo que os trechos comprobatórios, utilizados como exemplo daqui em diante, nesta pesquisa, referente aos aspectos citados, serão transcritos entre aspas, constituindo-se este o realce para sua identificação e leitura. Os exemplos aparecerão numerados crescentemente e entre parênteses, no final, e será indicado o número do TCLE focalizado.

### 5.1 PLANO GERAL

A infra-estrutura geral é o nível do texto constituído por seu plano mais profundo, sendo focalizado, neste folhado, o plano geral, que pode ser entendido como um resumo, e diz respeito à organização do conteúdo temático. Nessa análise, estão envolvidas as condições externas de produção, como por exemplo, o tipo de suporte, oral ou escrito, diálogo ou monólogo; considera-se, também, os tipos de discurso que compõem o texto e as seqüências que nele aparecem.

Em relação aos TCLEs, o plano geral está *a priori* determinado pela resolução 196/96, que diz que o esclarecimento dos sujeitos de uma pesquisa deve incluir os seguintes aspectos:

- a) a justificativa, os objetos e os procedimentos realizados;
- b) a possibilidade de desconforto, riscos e benefícios esperados (se não existirem, especificar a inexistência de riscos e desconfortos);
- c) esclarecimentos sobre os métodos alternativos existentes;
- d) a garantia de esclarecimento, antes e durante o curso da pesquisa, sobre a metodologia, informando a possibilidade de inclusão em grupo de controle ou placebo;

- e) a forma de acompanhamento e assistência, assim como seus responsáveis;
- f) a liberdade do sujeito se recusar a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado;
- g) a garantia de sigilo que assegure a privacidade dos sujeitos quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa;
- h) as formas de ressarcimento das despesas decorrentes da participação na pesquisa;
- i) as formas de indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

O termo de consentimento deverá, ainda, obedecer aos seguintes requisitos:

- a) ser elaborado pelo pesquisador responsável, expressando o cumprimento de cada uma das exigências acima;
  - b) ser aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa que referenda a investigação;
  - c) ser assinado ou identificado por impressão dactiloscópica, por todos e cada um dos sujeitos da pesquisa ou por seus representantes legais;
  - d) ser elaborado em duas vias, sendo uma retirada pelo sujeito da pesquisa ou por seu representante legal e uma arquivada pelo pesquisador.
- (Resolução 196/96 do CNS)

Conforme Goldim (2004), os quatro elementos necessários para que um TCLE seja considerado válido são os seguintes:

- a) fornecimento de informações;
- b) compreensão;
- c) voluntariedade;
- d) consentimento.

Para começar a análise dos TCLEs, tomarei como base o texto TCLE1 que se encontra na íntegra, no Anexo B.

O conteúdo temático do TCLE 1 apresentou a seguinte forma:

- a) convite para participação e justificativa da pesquisa (linhas 5 e 6);
- b) objetivos (linhas 6 a 12);
- c) procedimentos que serão utilizados na pesquisa (linhas 3 a 8);
- d) riscos possíveis e benefícios esperados (linhas 19 a 21);
- e) garantia de sigilo, liberdade do sujeito a se recusar a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização ou prejuízo ao seu cuidado (linhas 25 a 28);
- f) convite a assinar o documento (linhas 29 a 35);
- g) concordância em participar da pesquisa (linhas 39 a 41);
- h) permissão dos pais ou responsáveis para a participação da pesquisa (linhas 42 a 44).

Não foram feitas referências às formas de ressarcimento e indenização diante de eventuais danos, conforme consta na Resolução 196, visto que o trabalho não abarca estas características. Trata-se, vale enfatizar, de uma pesquisa vinculada à área de conhecimento de Lingüística, Letras e Artes.

Confirmou-se, pois, no TCLE 1 que a resolução 196/96 determinou o plano geral deste texto, funcionando como epitexto<sup>2</sup> do gênero TCLE . Essa relação entre o texto e seu epitexto (a Resolução 196/96) está presente em todos os 30 textos analisados.

Retomando o texto, constatei que é dirigido a um receptor que está revestido de autoridade à medida que possui algo que tem a possibilidade de outorgar, algo que é considerado valioso ao emissor (no caso, o pesquisador): o consentimento em participar da pesquisa.

---

<sup>2</sup> Genette (1979, 1982 e, sobretudo, 1987) define as noções de **paratexto**, **peritexto** e **epitexto**. Para a poética, o paratexto é uma das cinco formas das relações transtextuais do texto descritas por este autor. Genette distingue duas componentes do *paratexto*: o *peritexto* e o *epitexto*. O *peritexto* designa os gêneros discursivos que circundam o texto no espaço do mesmo volume como o peritexto editorial (coleções, capas, materialidade do livro), o nome do autor, os títulos, etc. O *epitexto* designa as produções que circundam o livro, e se situam no exterior do livro: o epitexto público (epitexto editorial, debates, entrevistas), o epitexto privado (correspondências, diários) (GENETTE, 1987, p. 7- *apud* de Charaudeau, 2004, p. 367-368).

É possível perceber que o texto do termo 1 divide-se, primordialmente, em duas unidades: a unidade 1, em que o pesquisador explica todos os aspectos exigidos pela Resolução 196/96, determinando o que pretende com a pesquisa, assim como as condições que reúne para alcançar aquilo que pretende, e convida o sujeito a participar dela. Esta unidade apresenta a explicação detalhada da pesquisa e tenta convencer o sujeito para obter sua adesão. Para isso cria um caminho, através do convite, da justificativa, objetivos e demais aspectos da resolução 196/96. No caso do TCLE 1, a unidade 2 é constituída por dois segmentos: um com a concordância da mãe em participar; e outro, com a permissão dos pais ou responsáveis para a participação da criança.

Para chegar à relação texto/unidades, baseei-me na perspectiva desenvolvida por Alain Lecomte, em um artigo de 1983, citado por Coutinho (2003, p.150).

Este autor diz que:

- 1) a seqüência é um espaço;
- 2) que esse espaço, enquanto espaço topológico, é munido de uma família de conjuntos com propriedades particulares, isto é, abertos;
- 3) que uma família de abertos de intersecção não vazia constitui um objeto discursivo de seqüência.

Esta última perspectiva é a que interessa para a pesquisa. É importante destacar duas formulações fundamentais, que têm a ver com os textos analisados:

- 1) uma família de abertos de intersecção não vazia constitui um objeto discursivo de seqüência;
- 2) quando, *no movimento de um texto* (são citações do próprio Lecomte (1986:95) se passa de uma família de abertos para outra, há deslocação de um lugar para outro (COUTINHO, 2003, p.150).

O que interessa para nós, neste momento da pesquisa, é que, quando há deslocamento de uma família de abertos para outra, pode haver uma operação de compactificação. Dessa forma, pode-se entender o texto como formado por abertos compactificados entre si. Assim, chega-se “à unidade composicional constituinte do texto e suscetível em última análise, de coincidir com o próprio texto” (COUTINHO, 2003, p. 153).

Essa operação diz respeito aos textos TCLE, o que é facilmente percebido no texto em anexo. As operações de compactificação constituem um dos processos de organização textual; como mecanismos de iniciação e totalização, elas configuram blocos textuais, ou seja, conjuntos organizados a que se poderá chamar de unidades textuais, no dizer de Coutinho (2003).

Percebe-se, em grande número de TCLEs, que apresentam blocos: um no qual o pesquisador convida o sujeito da pesquisa, explica e aprofunda o porquê do termo; outro, em que o sujeito da pesquisa assina o termo. Essa organização dos TCLEs em 2 unidades é seguida em 23 termos.

Como uma única unidade, apresentam-se 7 TCLEs (textos 2, 5,11,15,16,19 e 27). Nestes, inclusive, o consentimento propriamente dito aparece encaixado, textualmente, através de um conector como no TCLE 2:

(1) “**Para tanto**, necessitamos de seu consentimento através da assinatura do termo a seguir...”

Ou, no TCLE 16:

(2) “**Após a apresentação** dos objetivos e dos esclarecimentos da pesquisa referida, confirma-se nossa participação através das assinaturas neste documento.

Dois textos iniciam com o consentimento do sujeito pesquisado<sup>3</sup> (TCLE 11 e 15). Apresentam-se como uma unidade única, em que todas as informações são transferidas para a voz do sujeito pesquisado, como pode ser verificado a seguir:

(3) “Eu,....., declaro para os devidos fins estar participando voluntariamente da pesquisa....., que está sendo realizada sob a coordenação da pesquisadora Dra....., do Centro.....

Fui informado(a) que esta pesquisa objetiva.....  
(...)

Fico ciente ainda de que as informações colhidas terão caráter confidencial e só serão divulgados dados gerais dos participantes da pesquisa...” (TCLE 11)

---

<sup>3</sup> Por questões éticas, os exemplos, a partir desse momento, omitem o nome de pessoas envolvidas, instituições bem como o nome dos medicamentos.

Pode-se perceber também, nos TCLEs que se apresentam em 2 unidades, diferenças na apresentação gráfica do texto. Diversamente do TCLE 1, em anexo, que apresenta suas unidades marcadas graficamente por espaço e inserção em quadros, há 6 TCLEs que não o fazem, como o TCLE 3, do qual reproduzo os 2 últimos parágrafos:

(4) “Será assegurado ao participante desta pesquisa:

- a) o anonimato e confidencialidade das informações prestadas;
- b) o direito de se retirar da pesquisa, sem que isto implique em nenhum prejuízo para a pessoa ou para seu tratamento;
- c) que não ocorrerá nenhum risco ou prejuízo ao participar da pesquisa.

Eu, ....., abaixo-assinado, concordo em participar da pesquisa ..... Estou ciente de seu conteúdo e concordo com o que está escrito neste documento.

As marcas lingüísticas do uso de 3ª pessoa nos parágrafos do TCLE trocadas para 1ª pessoa, no parágrafo final (o que estava sendo focado mais especificamente na parte de nossa análise que trata de modalizações, foram decisivas para propormos a existência de 2 unidades.

Outras diferenças são perceptíveis na organização geral dos textos. Uma delas diz respeito ao uso de numeração para os parágrafos como uma forma de organização do texto, como aparece no TCLE 15:

(4) “Assinando este termo de Compromisso, estou ciente de que:

1. O objetivo da pesquisa é investigar e analisar os diferentes espaços educacionais...(..).

2. Durante a pesquisa será aplicado um questionário e organizado grupos de

discussão...(...).

3. Tanto eu, quanto os professores fomos informados de que esta pesquisa pretende...(...).

4. Estamos cientes de que os resultados desta pesquisa serão divulgados...(...).

5. Estou livre para interromper a qualquer momento a participação da escola na pesquisa...(...).

6. Dados pessoais dos participantes da pesquisa serão mantidos em sigilo e os resultados gerais...(...).

7. Poderei entrar em contato com o responsável...(...).

8. Este Termo de Consentimento é feito em duas vias, sendo que uma...(...).

Essa organização é seguida em 3 textos. Outros 11 textos, aqueles oriundos de pesquisas conjuntas com a área hospitalar, apresentam subtítulos que dividem o texto em partes, como o texto 20:

**(6)1. Título**

Estudo clínico multicêntrico...(...)

**2. Introdução**

Você está sendo convidado a participar...(...)

**3. Objetivos**

O envelhecimento da pele é um processo natural...(...)

**4. Descrição do estudo**

Este estudo será conduzido com a participação de...(...)

**5. Procedimentos**

Caso concorde em participar deste estudo, a partir desta visita...(...)

**6.Riscos/desconfortos**

O risco previsto para este tipo de estudo é a...(...)

**6 a. Indenização**

Todas as despesas com as reações adversas e intercorrências que ocorrerem com você...(…)

### **7. Potenciais benefícios**

Em ambos os grupos espera-se uma melhora...(…)

### **8. (...)**

Nota-se, nesses textos, uma preocupação em detalhar o estudo a ser realizado, o que pode ser conferido pelo número de páginas que constituem os TCLEs 20 a 30 (entre 5 a 18 páginas). Os demais TCLEs do corpora apresentam 1 a 2 páginas.

Nesse conjunto de 11 textos, aparece, também, a unidade 2, em que o sujeito da pesquisa concorda em dela participar e assina o termo de consentimento.

Em 3 desses termos, verificou-se a presença de uma outra unidade, em que o médico ou pesquisador também assina e declara que prestou todas as informações necessárias ao sujeito da pesquisa, como no texto 21:

(7) “Eu, abaixo assinado, expliquei integralmente os detalhes relevantes deste estudo para o paciente citado.

---

Nome e assinatura da pessoa aplicando o termo  
(Se diferente do Investigador)

---

Nome e assinatura do paciente ou representante legal

---

Nome e assinatura da testemunha (Se aplicável)

Eu, abaixo assinado, expliquei integralmente os detalhes relevantes deste estudo para a paciente acima indicada e fornecerei a este paciente uma cópia deste termo de Consentimento Livre e esclarecido assinado e datado.

---

Nome e assinatura do Investigador

Data \_/\_/.\_.

Chamou a atenção, nessa análise do espaço topológico, a organização de dois textos - 24 e 26 - com subtítulos que lembram perguntas, como o que se conhece por FAQ - “Frequent answers questions”. Exemplo:

Texto 24:

(8) “Qual a base e objetivo deste estudo?”(...)

“Eu sou obrigado a participar?”(...)

“O que irá me acontecer se eu participar?”(...)

“ O que tenho que fazer?”(...)

“Quais são os possíveis efeitos colaterais, riscos e desconfortos em participar?”(...)

“Quais são os possíveis benefícios em participar?”(...)

“E se surgirem novas informações?”(...)

“Serei indenizado se sofrer algum dano?”(...)

“Como serão utilizados os meus dados pessoais?”(...)

“Quem devo contatar se eu precisar de alguma informação, ajuda ou tiver problemas de saúde?”

As diferenças até agora constatadas mostram a importância de estabelecermos o contexto de produção dos TCLEs analisados. Para isto, sigo o modelo proposto por Coutinho, 2005, por ocasião do XIV INPLA.

Por contexto de produção entende-se o conjunto de parâmetros suscetíveis de influenciarem o modo como um texto se organiza. O contexto de produção caracteriza-se (cf. Bronckart, 1999, p. 93) pelos seguintes parâmetros:

**Contexto físico:**

- a) **Lugar de produção:** espaços institucionais, sendo 19 produzidos em universidades e centros universitários e 11 em um hospital universitário (HU);
- b) **Momento de produção:** antes do início da pesquisa;

- c) **Produtor:** pesquisadores, investigadores em dependência com o lugar de produção: no contexto das universidades, o produtor é o pesquisador ou grupo de pesquisa responsável; no contexto do HU, há, pelo menos, os produtores: a indústria farmacêutica e o investigador.<sup>4</sup>

Em vários desses estudos aparecem referências do tipo "Estudo de fase III multinacional, multicêntrico, randomizado, aberto e de grupos paralelos" (TCLE 23), que certificam seu estudo conduzido por outro(s) grupo(s), além do grupo local.

#### **Contexto sócio-subjetivo:**

- a) **Lugar social:** entidades, como universidades, hospitais;
- b) **Posição social do emissor:** pesquisadores com formação mestre, doutor, na área de pesquisa;
- c) **Posição social do receptor:** as mais diversas: adolescentes, idosos, residentes de hospitais psiquiátricos, estudantes, profissionais etc;
- d) **Finalidade:** obter o consentimento do investigado para a participação numa pesquisa regulamentada pela Lei 196/96.

### **5.1.1 ANÁLISE DOS TIPOS DE DISCURSO**

Para aprofundar a análise dos tipos de discurso, que também faz parte do Plano Geral, farei algumas considerações mais detalhadas sobre o tema. De acordo com Bronckart (2003, p.149), os tipos de discurso "são formas lingüísticas que são identificáveis nos textos e que traduzem a criação de mundos discursivos específicos". Pode-se chegar a quatro grandes tipos ou protótipos, relacionados ao cruzamento de duas oposições: narrar/expor e implicação/autonomia. Vejamos os quatro tipos de discurso no esquema abaixo:

---

<sup>4</sup> Corrobora essa indicação o fato de que, em alguns desses TCLEs (10 a 20) o pesquisador assina também um termo de compromisso.

## QUADRO 5 – TIPOS DE DISCURSO

Relação ao conteúdo			
Relação à situação	Implicação	Conjunção	Disjunção
		Interativo	Relato interativo
	Autonomia	Teórico	Narração

(MACHADO, 1998, p. 69)

Os quatro tipos de discurso se distribuem em dois grandes conjuntos: os do eixo do EXPOR (conjunto, em relação à situação de produção) e os do eixo do NARRAR (disjuntos). Dentro do eixo do EXPOR, encontram-se o *discurso interativo*, que constitui um mundo conjunto ao da interação social em curso, com referências explícitas aos parâmetros da situação material da produção e o *discurso teórico*, que embora conjunto à interação, não integra essas referências de forma explícita. Ainda admite-se, segundo Machado (1998, p. 69), um discurso intermediário dentro da forma do EXPOR. Este discurso, chamado de *discurso interativo-teórico-misto (ITM)*, combina características tanto do discurso interativo quanto do teórico.

A leitura do conjunto dos TCLEs analisados mostra uma estrutura da ordem do EXPOR: os fatos “são apresentados como sendo acessíveis ao mundo ordinário dos protagonistas da interação de linguagem: eles não são narrados, mas mostrados, ou expostos”(Bronckart, 2003, p. 153). Vejam-se os exemplos de :

(9) “ Os objetivos da pesquisa são de avaliar a morbidade do membro superior homolateral a cirurgia após a técnica de biópsia do linfonodo sentinela ou dissecação axilar”. ( Texto 2)”.

(10) “ A participação nesta pesquisa é muito importante, pois a partir dos resultados encontrados, os terapeutas poderão utilizar, de forma científica, o relato dos sonhos dos pacientes na prática clínica, podendo, até mesmo, ter condições de tentar evitar recaídas.” ( Texto 3)

(11) “Esta pesquisa estuda sobre a reforma Psiquiátrica, especialmente no eixo da desinstitucionalização e tem como objetivo principal acompanhar o cotidiano dos usuários residentes na xxxxxx , captando a sua construção de novas formas de vida e de autonomia”.(Texto 8)

Verifica-se, nestes segmentos, que não há marcas de narração, mas apenas mostras ou exposições de procedimentos numa construção conjunta com a situação de produção. Esta é uma característica comum a todos os TCLEs analisados: pertencem à ordem do EXPOR. Os exemplos 9, 10 e 11 constituem discursos teóricos e “apagam” as referências dêiticas ao produtor, sem remeter diretamente à situação de produção, construindo um mundo referencial próprio do texto.

Diferentes tipos discursivos compõem, no entanto, a tessitura de cada TCLE. Tomemos outras seqüências:

(12) “**Ressaltamos** que a concordância em participar deste estudo não implica necessariamente qualquer modificação no tratamento que já está sendo feito a **você**, nem tampouco os resultados do questionário e avaliação física terão efeitos sobre você”. (Texto 2)

(13) **Estamos** convidando o Senhor/ a Senhora para participar de uma experiência de ensino-aprendizagem de conteúdos de Física e matemática, ligadas ao projeto de pesquisa...”. (Texto 9)

Os segmentos (12) e (13) trazem referências dêiticas ao agente produtor e ao destinatário e aproximam-se da situação de produção do texto. Segundo Machado (2004, p.148/149), quando ocorre discurso interativo, com presença de presente atual e dêiticos, percebe-se a subjetividade do produtor e de seu posicionamento diante do que diz, além de acentuar uma proximidade maior entre o produtor e o destinatário.

Já no discurso teórico, as ocorrências do presente genérico e ausência de dêiticos produzem efeitos contrários, com posicionamento distanciado, uma pretensa

objetividade e verdade das asserções, e o mascaramento da subjetividade, bem como o efeito de indicar um maior distanciamento entre os interlocutores.

Por outro lado, no discurso interativo-teórico-misto, há a possibilidade de ocorrência tanto de presente atual como de genérico e de marcas dêiticas.

Com relação ao presente, é importante explicar o que Bronckart diz sobre os tempos verbais (1999, p. 307-8):

o presente pode marcar uma localização de simultaneidade, ou de inclusão, ou neutra. A despeito de sua identidade morfológica, o presente pode, então, expressar valores diferentes de temporalidade primária, valores que alguns gramáticos chamam de *presente de simultaneidade* (localização em relação à duração adjunta ao ato de produção); de *presente psicológico* (localização de inclusão) e de *presente genérico ou gnômico* (localização neutra).

Os exemplos trazidos dos textos analisados são:

**Presente de simultaneidade:**

(14) “**Estamos** interessados em saber como a criança fala sobre suas experiências...”(Texto 1)

(15) “Você **está sendo convidado** a participar de um estudo de pesquisa.”(Texto 24)

(16) “**Acreditamos** ter sido suficientemente informados a respeito das informações que lemos ou que foram lidas para nós sobre o estudo.” (texto 25)

**Presente genérico:**

(17) “Esta pesquisa **íntegra** um projeto internacional em andamento...” (Texto 1)

(18) “A xxxxx é uma substância antiinflamatória na forma de aerosol, desenvolvida pela xxxxx e ainda não comercializada. Ela **inibe** a inflamação, **controla** e **previne** os sintomas da asma.” (Texto 25)

(19) “O teste **consiste** em mostrar figuras à criança e esta **deve** dizer o nome

de cada objeto mostrado.” (Texto 19)

Aprofundando a questão do presente, Benveniste (1989, p. 74) chama a atenção para a existência de um tempo lingüístico, pois,

uma coisa é situar um acontecimento no tempo crônico, outra é inseri-lo no tempo da língua. É pela língua que se manifesta a experiência humana do tempo, e o tempo lingüístico manifesta-se igualmente ao tempo crônico e ao tempo físico.

A singularidade do tempo lingüístico reside no fato de estar ligado ao exercício da fala, e se organizar e definir como função do discurso. Este autor prossegue dizendo que este tempo tem seu centro, ao mesmo tempo gerador e axial, no presente da instância da fala. Assim, cada vez que alguém emprega a forma gramatical do presente, está situando o acontecimento como contemporâneo da instância do discurso que o menciona. Este presente é reinventado a cada vez que um homem fala porque é, literalmente, um momento novo, ainda não vivido (BENVENISTE, 1989, p. 74-5). Assim, todo discurso instaura um “agora”, que equivale ao momento da enunciação. Já os tempos não-presentes, o passado e o futuro, não estão ao mesmo nível. A língua, por necessidade, ordena o tempo a partir de um eixo, e este é sempre a instância do discurso. Portanto, o único tempo inerente à língua é o presente axial do discurso. Ele determina duas outras referências temporais, que não se relacionam ao tempo, mas as visões sobre o tempo, projetadas para trás e para a frente, a partir do ponto presente: o passado e o futuro.

Benveniste (1989, p. 155) ainda pondera que existe um *presente atemporal* de definição: ele leva= ele é *portador de ...*”, ou um *presente atual* de descrição: “ele leva= ele realiza o ato de levar” .

No discurso interativo, a temporalidade é atestável porque o processo de referência é simultâneo ao ato de produção. Nesse tipo de discurso, haverá predominância do presente de simultaneidade de Bronckart ou de presente atual, no dizer de Benveniste.

No discurso teórico, o processo expositivo desenvolve-se ao longo de um eixo

de referência temporal, que apresenta a particularidade de ser ilimitado ou não restrito, genérico ou gnômico (BRONCKART, 1999, p. 301), ou atemporal, no dizer de Benveniste (1989). Os processos expositivos são incluídos nessa temporalidade ilimitada, sendo objeto de uma localização neutra, onde aparecem formas de presente gnômico. No chamado discurso teórico misto, prevê-se tanto a existência de pronomes dêiticos de primeiras e segundas pessoas como de terceiras pessoas, assim como a convivência dos dois tipos de presente. Também a presença de unidades dêíticas através da presença de pronomes pessoais e possessivos de primeiras e segundas pessoas, marca o discurso interativo em contraposição do discurso teórico que apresentará pronomes não dêiticos de terceira pessoa (ou a não pessoa, no dizer de Benveniste, 1989).

Para determinar o tipo predominante analisei a presença ou não de valores dêiticos e o tipo de presente mais empregados. Para esta análise, considerei que a ausência de pronomes dêiticos ou sua ocorrência mínima (uma única vez, ou no máximo, duas) e o uso do presente genérico serviriam para caracterizar o discurso teórico. A ocorrência de pronomes dêiticos (no mínimo três) o uso de presente atual, seriam marcas de discurso interativo. Devido à presença de inúmeros verbos no presente genérico, nos termos da área hospitalar tomei como referência a ocorrência de vinte verbos ou mais, colocando vinte\*.

#### **QUADRO 6 – LEVANTAMENTO PARA CARACTERIZAÇÃO DOS TIPOS DE DISCURSO**

<b>Textos</b>	<b>Valores dêiticos pronomes de 1ª e 2ª pessoas</b>	<b>Verbos no presente atual</b>	<b>Verbos no presente genérico</b>
1	30	4	12
2	11	4	6
3	1	3	4
4	-	-	3
5	-	-	8
6	1	6	3
7	6	4	5
8	6	2	2
9	7	2	2
10	2	3	2
11	7	6	1
12	4	4	5
13	16	6	5
14	1	2	3

15	4	3	1
16	-	1	5
17	1	3	4
18	1	2	4
19	8	5	6
20	52	1	20*
21	14	7	20*
22	20	4	20*
23	15	5	20*
24	23	5	20*
25	17	5	20*
26	86	12	20*
27	20	2	20*
28	27	2	20*
29	36	2	20*
30	30	4	20*

A partir deste levantamento, foi possível classificar os TCLEs quanto ao tipo de discurso.

#### QUADRO 7 – TIPO DE DISCURSO E TOTALIDADE DOS TCLEs

Tipo de discurso	Frequência	Percentual
Discurso teórico	11	36,7%
Discurso interativo-teórico-misto	19	63,3%

No total de textos analisados, constatei que onze são predominantemente teóricos e dezenove são interativo-teórico-mistos. Se a análise focar o contexto de produção, verifica-se que, nos textos provenientes das universidades, onze são predominantemente teóricos, ou seja, 57,9% dos textos produzidos neste contexto. Diferentemente dos TCLEs do contexto hospitalar, na área universitária, apenas 3 apresentam muitas referências dêiticas (textos 1, 9 e 13). A maioria apresenta verbos no presente genérico, o que revela o alto valor teórico. Já os textos de projetos da área hospitalar são predominantemente interativo-teórico-mistos: todos apresentam presente atual e dêiticos, o que produz o efeito de acentuar a proximidade entre os pesquisadores-emissores e o sujeito da pesquisa-destinatários.

## QUADRO 8 – RESULTADOS

	Universidades	%	Hospitalar	%
Discurso teórico	11	57,9	-	-
Discurso interativo-teórico-misto	8	42,1	11	100

Em termos percentuais, pode-se, então, concluir que 36,7% dos TCLEs contêm, predominantemente, discurso teórico, enquanto 63,3% apresentam discurso interativo-teórico-misto. Procedendo ao recorte do contexto de produção, esse quadro se altera: na produção universitária, temos 57,9% com predominância de discurso teórico e 42,1% com discurso interativo-teórico-misto. Quando os TCLEs foram produzidos no hospital universitário, não houve caso de predominância de discurso teórico, todos os textos são constituídos por discurso interativo-teórico-misto.

Procurarei, a seguir, mostrar com exemplos retirados dos TCLEs as ocorrências dêiticas e dos tipos de presente. Constatou-se, nos textos do tipo de discurso interativo-teórico-misto, a presença de inúmeros dêiticos como “você”, “seu”, “sua”, que remetem ao sujeito da pesquisa, destinatário do TCLE.

(20) “A participação no projeto exige uma visita a **sua** casa e a gravação de duas conversas entre **você** e **seu** filho ou filha. A primeira conversa será sobre eventos que a criança tenha vivenciado recentemente e a segunda acontecerá enquanto **você** e **seu** filho ou filha compartilharem um livro de gravuras. Não há limite de tempo, e **você** pode falar tanto quanto desejar. **Você** também deverá responder um questionário com informações pessoais. A visita vai durar aproximadamente duas horas”. (Texto 1)

(21) “**Você** foi convidado a participar de um estudo. Este documento apresenta uma descrição do estudo e tem como objetivo ajudá-**lo** a decidir se **você** deseja ou não participar dele. Solicite que **seu** médico do estudo esclareça qualquer dúvida sobre qualquer ponto que não estiver claro neste documento. Não assine este documento a menos que **você** esteja satisfeito com as respostas.”(Texto 21)

O emprego desses dêiticos revela referências explícitas ao interlocutor, sendo o mundo do TCLE construído de forma conjunta com a interação que pretende causar, aproximando o produtor do sujeito da pesquisa. Os agentes produtores, autores da pesquisa, podem aparecer na 1ª pessoa do singular como em:

(22) “**Convido**-a a participar da seguinte pesquisa...” (Texto 2)

Ou na 1ª pessoa do plural:

(23) “Não há riscos associados a sua participação nesta pesquisa para além daqueles associados à vida cotidiana. Sua participação **nos** ajudará a entender o modo pelo qual as crianças de diferentes culturas se engajam em conversas com os outros”. (Texto 1)

Outra característica do discurso interativo presente no discurso interativo-teórico-misto é a densidade verbal muito elevada, com densidade sintagmática baixa, como em:

(24) “Você **foi convidado** a **participar** de um estudo. Este documento **apresenta** uma descrição do estudo e **tem** como objetivo **ajudá-lo** a **decidir** se você **deseja** ou não **participar** dele. **Solicite** que o médico do estudo **esclareça** qualquer dúvida sobre qualquer ponto que não **estiver** claro neste documento. Não **assine** este documento a menos que você **esteja** satisfeito com as respostas às suas perguntas e que **tenha decidido participar** deste estudo. (Texto 21)

A presença do modo imperativo também deve ser salientada como uma forma de referir a situação de enunciação.

No discurso interativo-teórico-misto, pode-se encontrar, no mesmo segmento tanto o emprego do presente genérico, característico no discurso teórico, como presente atual, citados anteriormente neste trabalho.

(25) “Esta pesquisa **integra** um projeto internacional em andamento em que se **examina** a conversa entre mãe-e-filho em vários países, incluindo o Peru, o

México, os EUA e o Brasil. (nós)*Estamos* interessados em saber como a criança fala sobre suas experiências passadas e como compartilha um livro de gravuras com sua mãe (ou responsável principal)”. (Texto 1,).

(26) ” Você **está sendo convidado** para participar voluntariamente em um estudo clínico sobre um novo medicamento. Antes de decidir se quer participar, você **precisa entender** o objetivo do estudo, como sua participação poderá ajudá-lo, os riscos que sua participação **pode trazer** e o que **é esperado** de você durante o estudo, lendo este documento chamado termo de Consentimento Livre e esclarecido. Este termo de Consentimento Livre e esclarecido **pode ter** palavras que você não compreende. Caso alguma coisa não esteja clara peça ao seu médico do estudo ou da sua equipe maiores informações”. (Texto 22)

Já as ocorrências dos textos do tipo de discurso predominantemente teórico caracterizam-se pela presença do presente genérico e ausência de dêiticos ou ocorrência apenas na unidade 2 do texto, bem como presença de densidade nominal elevada. Esses textos são objetivos e percebe-se o distanciamento entre o pesquisador e o sujeito da pesquisa, como veremos no exemplo abaixo:

(27) “Considerando os princípios éticos que **orientam** as pesquisas que **envolvem** seres humanos, este documento *visa* esclarecer o envolvimento dos participantes no processo investigatório. Com isso, **prima-se** pela autonomia dos sujeitos na decisão sobre a colaboração na pesquisa: xxxxxx”. (Texto 5)

Nos textos predominantemente teóricos, verifica-se maior ocorrência das retomadas anafóricas:

(28) “Com **este** objetivo, deve levantar e sistematizar...” (Texto 3)

(29) “**Essa** investigação se justifica por contribuir para a compreensão...” (Texto 5)

(30) “O resultado final do trabalho contribuirá para conhecermos as condições de saúde **desse** grupo etário...” (Texto 6)

(31) “**Esta** pesquisa estuda sobre a Reforma Psiquiátrica especificamente no eixo da Desinstitucionalização e tem como objetivo principal acompanhar o cotidiano dos usuários residentes na ....., captando a sua construção de novas formas de vida e de autonomia. ” (Texto 8)

Verifica-se, ainda, a presença de frases passivas, como :

(32) “... **serão aplicados** dois questionários: um avaliará os sonhos e o sono, e o outro...” (Texto 3)

(33) “... **será feita** uma entrevista psicológica e serão aplicados testes para avaliar a gravidade da dependência e o estado mental...” (Texto 3)

No caso dos TCLEs caracterizados como interativo-teórico-mistos, a articulação dos tipos discursivos se dá por fusão, na maior parte dos textos, ou seja, os tipos de discurso integram-se uns aos outros, em modalidades variáveis, como se percebe no segmento:

(34) “Você e seu filho ou filha foram convidados a participar do estudo sobre a linguagem usada pelas crianças e suas mães durante a conversa em família. O estudo está sendo conduzido pela Prof.<sup>a</sup> ....., em colaboração com a prof<sup>a</sup>.....” (Texto 1)

(35) “Se você concordar em participar do estudo e assinar este termo de Consentimento Livre e Esclarecido, você passará por vários exames para saber se você pode receber o xxxx. A participação neste estudo pode trazer riscos.” (Texto 22)

Enfatizo que, TCLEs de discurso teórico-interativo-misto, ao mesmo tempo em que pertencem à ordem do EXPOR teórico, levam em conta o sujeito da pesquisa, convidam-no a participar, inscrevendo-se, assim, nas coordenadas de um mundo interativo.

A análise dos tipos de discurso empregados no TCLE mostra, pois, dois tipos básicos: o teórico e, predominantemente, o interativo-teórico-misto. Esta é uma primeira diferença na organização dos TCLEs. Marcamos, pois, o mundo discursivo que caracteriza todos os TCLEs analisados: o do EXPOR e assinalamos os dois tipos de discurso que encontramos nessa análise.

### 5.1.2 ANÁLISE DAS SEQÜÊNCIAS

Uma das questões mais difíceis na análise do corpus disse respeito à classificação das seqüências. O caráter dialógico a elas atribuído por Bronckart (1999, p. 251), define as seqüências como formas de “*planificação convencional*”, que permitem ao produtor do texto isolar um elemento do tema tratado e apresentá-lo de um modo que seja adaptado às características presumidas do destinatário (conhecimentos, atitudes, sentimentos). Bronckart (1999, p. 234) diz que “quando o produtor considera que um objeto de discurso, mesmo que incontestável na sua maneira de ver, corre o risco de ser problemático para o destinatário, ele tende a desenvolver a apresentação das propriedades em uma seqüência explicativa. Quando considerar que um aspecto do tema é contestável, tende a organizar o discurso em forma de seqüência argumentativa”. Se considerar que é problemático e contestável, produzirá segmentos que apresentem seqüências explicativas e argumentativas. Por outro lado, seqüências descritivas podem também interferir na composição de um texto. Para complicar ainda mais a questão, nos discursos interativo-teórico-mistos, são também esperadas seqüências injuntivas. Dessa forma, tomando o tipo de discurso dominante nos TCLEs, partiu-se da hipótese de que nos TCLEs em que predominasse o discurso teórico, haveria seqüências argumentativas e explicativas, que, em alguns casos, seriam acompanhadas por seqüências descritivas. Já os TCLEs do tipo teórico-interativo-mistos, apresentariam também seqüências injuntivas.

Para possibilitar a classificação das seqüências presentes nos TCLEs analisados, recorreremos a características lingüísticas específicas, como organizadores textuais e tempos verbais. Conforme PETITJEAN (1989, p. 97), usamos como orientação para a análise as seguintes características:

- a) Seqüências descritivas, vistas como relacionadas a “*fazer ver em detalhe*”

os elementos do objeto do discurso” (BRONCKART, 1999, p. 235), devem apresentar organizadores espaciais, temporais ou hierárquicos, do tipo primeiro, segundo/antes, depois, podendo se valer de verbos no imperfeito;

- b) Seqüências explicativas (ligadas à análise e síntese de representações conceituais) apresentam organizadores lógicos e verbos no presente genérico. Essas marcas lingüísticas também caracterizam seqüências argumentativas, com a diferença de que essas últimas relacionam-se ao ato de julgar e à tomada de posição.

O caráter dialógico das seqüências permite que elas se combinem. Este, como mostrarei a seguir, é o caso dos TCLEs, que se organizam nessa combinação predominante de seqüências explicativas e argumentativas. Sempre que necessário, o produtor do texto se vale ainda de seqüências descritivas, que se apresentam como secundárias às seqüências principais explicativas e/ou argumentativas. Iniciarei mostrando a caracterização de cada uma dessas seqüências, com exemplos particulares, para depois propor a análise do TCLE com seqüência dominante e seqüências secundárias.

Vejamos um exemplo de seqüências argumentativas utilizadas em TCLE:

(36) "Seu médico gostaria de saber sobre a possibilidade de você participar de um estudo de pesquisa da droga xxxxxx para o tratamento de câncer de fígado. Seu médico considerou que **você poderia ser a pessoa apropriada** para participar deste estudo porque você tem câncer de fígado em estágio avançado. **Atualmente não existe um tratamento aprovado para a sua doença neste estágio. Portanto, qualquer alternativa de tratamento seria considerada experimental.** " (Texto 30)

(37) "Os resultados deste estudo ajudará a determinar se xxxxxxx é um tratamento efetivo para câncer de fígado. Além disso, **sua participação no estudo ajudará a determinar o seguinte:**

- 1 saber se os pacientes recebendo xxxxx viverão mais tempo;
- 2 saber se o xxxxx ajuda a atrasar o agravamento do câncer de fígado;
- 3 saber se o xxxxxx previne o crescimento de tumores de fígado ou encolhe

os tumores e/ou evita metástases.” (Texto 30)

Assim, ao ler estes trechos, fica claro para o sujeito da pesquisa que a participação dele é decisiva para a determinação de fatores importantíssimos para a cura de sua doença, motivo suficiente já para aceitar participar do estudo. Os argumentos utilizados como “saber se os pacientes viverão mais tempo... etc” são fortemente persuasivos.

É possível também verificar seqüências argumentativas que contêm todas as fases propostas por Adam (1992), conforme texto 22:

**a) Fase da premissa inicial** (dados) em que se propõe uma constatação de partida;

(38) “Você está sendo convidado para participar voluntariamente em um estudo clínico sobre um novo medicamento.”

**b) Fase da apresentação de argumentos** (aquela na qual são apresentados elementos que orientam para uma provável conclusão, apoiados em lugares comuns como regras gerais, por exemplo):

(39) Antes de decidir se quer ou não participar, você precisa entender o objetivo do estudo, como sua participação poderá ajudá-lo (...)

**c) Fase de apresentação de contra-argumentos** (onde os contra-argumentos operam uma restrição sobre a orientação argumentativa):

(40) “...os **riscos** que sua participação pode trazer (...)”

Esses contra-argumentos são explicitados em outra parte do texto, como em:

(41) “Existe a **chance de você ter uma reação alérgica** ao xxxxx . Essa reação **pode ter sintomas** como coceira, inchaço, falta de ar, dor ou aperto no peito, diminuição da pressão do sangue ou perda da consciência por alguns momentos”.

Percebe-se, na apresentação de argumentos e de contra-argumentos, que o

pesquisador constrói uma representação discursiva, a partir de uma série de dados (objetivos, riscos, benefícios) que fornecerão ao sujeito da pesquisa as informações necessárias para que ele concorde em participar do estudo que será realizado.

A Resolução 196/96 , que define os requisitos que devem estar presentes nos TCLEs , é decisiva para a construção da argumentatividade do texto, que leva o sujeito da pesquisa a refletir, fazendo com que seus dados passem pelo seu crivo particular e se encaminhem para uma decisão final. Usando a terminologia de Perelman, diríamos que a exposição dos objetivos, riscos, benefícios etc visa a adesão do sujeito da pesquisa sobre às premissas. Na medida em que descreve toda a pesquisa, como ela será feita e explicita todas as suas partes, o agente produtor procura a adesão do destinatário.

**d) Fase de conclusão:** esta fase, conforme sugere Bronckart, integra os efeitos dos argumentos. Nos TCLEs, seria a concordância em participar da pesquisa, através da assinatura do termo. Esta fase é a resposta aos argumentos e contra-argumentos. (pesquisa que será realizada, riscos, benefícios etc). Ao saber como a pesquisa será feita e seu objetivo, o destinatário concluirá que deve assinar o termo. Em muitos TCLEs essa conclusão encontra-se na unidade 2. Exemplo:

(42) “Seu médico de estudo e outras pessoas da equipe explicaram a você os detalhes deste estudo e da medicação do estudo. Caso você tenha dúvidas que não estejam respondidas neste termo, o médico do estudo lhe dará mais informações.”  
(Texto 22)

(43) “Ao assinar este termo, você entende e concorda que: leu este termo de consentimento e que todas as suas dúvidas foram respondidas satisfatoriamente; aceita passar pelos procedimentos exigidos/explicados neste termo de consentimento livre e esclarecido”. (Texto 22)

Continuando a análise da organização seqüencial, passo a apontar a presença de seqüência explicativa. Um exemplo dessa seqüência pode ser visto no exemplo a seguir:

(44) “Este é um estudo de pesquisa envolvendo o uso do medicamento experimental xxxxx, também conhecido como xxxxxxx. **Este medicamento não está aprovado pelo FDA (Food and Drug Administration) nem por nenhuma outra autoridade licenciada para o tratamento de câncer** e é, portanto, considerado ser experimental ou “investigacional”. xxxxxx está sendo estudado como um novo medicamento anti-câncer. xxxxxx **é desenhado para parar o crescimento das células cancerígenas**. Até hoje, **mais de 1000 pacientes** com câncer tomaram xxxxxx como um tratamento isolado. Além disso, **mais de 380 pacientes com câncer tomaram xxxxxxx junto com outros medicamentos quimioterápicos para vários tipos diferentes de câncer**. Resultados iniciais mostram que os tumores não aumentam em tamanho ou tornam-se pequenos, em uma proporção de pacientes com câncer de fígado.” (Texto 30)

(45) “ Os efeitos colaterais do xxxxx provavelmente são semelhantes aos observados com a xxxxx beta, entre eles, **dor de cabeça e aumento da pressão arterial ou piora da hipertensão (pressão alta)** existente. Foi relatada **crise de hipertensão em alguns pacientes específicos com pressão arterial normal ou baixa**. Os sintomas da crise de hipertensão são **dores de cabeça e confusão, distúrbio da fala, comprometimento da marcha (caminhada) ou convulsões...**” (Texto 23)

É importante também levar em conta o que nos diz Adam (1992), ao ponderar que a seqüência é uma unidade autônoma, que organiza macroproposições, que, por sua vez, combinam diversas proposições que podem ser combinadas em um texto, de várias formas, através da diversidade de seqüências e de suas modalidades de articulação. Tomando como exemplo um segmento de texto analisado, temos o trecho retirado do texto 25:

- a) **Fase de constatação inicial** (complexidade do acontecimento): “Seu filho pertence a um grupo de pacientes que **sofre de asma brônquica...**”
- b) **Fase da problematização** (explicitação da questão): “uma doença inflamatória crônica que causa obstrução das vias aéreas dificultando a passagem do ar”.
- c) **Fase da resolução** (explicação propriamente dita): “O asmático sente muita dificuldade em respirar e, freqüentemente, apresenta chiado nos

pulmões e tosse”.

- d) **Fase da conclusão:** “A asma brônquica é uma doença comum que afeta tanto adultos como crianças”.

No trecho acima, encontrei todas as fases desta seqüência, mas verifiquei que isto nem sempre acontece. Em alguns textos, ela aparece imbricada a outras seqüências, conforme veremos adiante. As seqüências “falam” entre si, mas não são rígidas.

Percebe-se também, nos TCLEs, a presença de seqüências descritivas, através da descrição das etapas da pesquisa a ser desenvolvida. Para Bronckart, do ponto de vista discursivo, a escolha da seqüência descritiva estaria ligada ao objetivo de “fazer ver no detalhe os elementos do objeto de discurso” e de “guiar o olhar do destinatário”(1999, p. 235) Esse mesmo autor diz também que “a descrição constitui uma forma de organização seqüencial que pode ser inserida em diferentes tipos de discurso”(1999,p. 235).

Para Adam e Petitjean (1989) essa seqüência apresenta a particularidade de ser composta por fases que não se organizam em uma ordem linear obrigatória. Essa seqüência comporta três fases: através da ancoragem, no início ou no final, estabelece-se o tema-título da seqüência; através da aspectualização, os diferentes aspectos do objeto, suas partes e suas qualidades-propriedades são introduzidas no discurso. Assim, a operação de ancoragem responsabiliza-se por colocar em evidência um todo e a aspectualização, pelo recorte de partes. Na colocação em relação, realizam-se as assimilações ou a colocação em situação do objeto. Através da assimilação, estabelecem-se as relações entre os aspectos de dois objetos, ou por meio de comparações ou de metáforas; através da colocação em situação, o objeto é situado espacialmente e/ou temporalmente. Na reformulação, retoma-se o tema-título, efetivando-se a modificação desse tema.

Vários autores, segundo Machado (1998), admitem que as seqüências argumentativas, explicativas e narrativas se caracterizam por algumas macroproposições indispensáveis, que são facilmente percebidas. Mas a seqüência

descritiva é mais complexa, uma vez que não há a possibilidade de se inferir, muitas vezes, algumas de suas proposições, quando essas não são expostas. O próprio Bronckart considera que “o objetivo que guia a seqüência descritiva é freqüentemente indireto, no sentido de que as descrições normalmente se encontram articuladas a outras seqüências e, portanto, a seus objetivos (MACHADO, p. 96).

As seqüências descritivas aparecem nos TCLEs muito ligadas aos procedimentos a serem utilizados na pesquisa, como em:

(46) “Cada ciclo dura **três semanas (21 dias)** e você poderá receber, neste estudo, **até 8 ciclos (6 meses)**, se o médico achar que **o medicamento não está causando qualquer efeito indesejável** sério e está te ajudando. Ele tomará esta decisão **depois do término de cada ciclo. Durante os cinco primeiros dias de cada ciclo**, você receberá xxxxx **na veia** através de uma agulha. Esse procedimento **vai durar cerca de 30 minutos**”. Texto 22)

Vejamos outros exemplos de seqüências descritivas utilizadas com a intenção de facilitar ao leitor o entendimento da pesquisa que será realizada:

(47) “A participação no projeto exige uma visita a sua casa e a gravação de duas conversas entre você e seu filho ou filha. A **primeira** conversa será sobre eventos que a criança tenha vivenciado recentemente e a **segunda** acontecerá **enquanto** você e seu filho ou filha compartilharem um livro de gravuras. **Não há limite de tempo**, e você pode falar tanto quanto desejar. Você também deverá responder um questionário com informações pessoais. A visita **vai durar duas horas**.” (Texto 1)

Neste segmento, percebe-se a operação de aspectualização, mediante a qual se apresentam diferentes partes do conteúdo. Aparecem organizadores textuais típicos da descrição, que estruturam hierarquicamente as proposições: “ A **primeira** conversa...”, “...a **segunda**...”, (52) “...acontecerá **enquanto** você e seu filho estiverem compartilhando um livro de gravuras...”, “...a visita **vai durar duas horas**...”. O objetivo desse segmento seria o de “guiar” o sujeito da pesquisa,

fazendo-o ver, com detalhes, como esta funcionará.

Também assinalo a presença de seqüência injuntiva em muitos dos TCLEs analisados. Esta seqüência aparece concretizada pelo objetivo de “fazer o destinatário agir de um certo modo ou em uma determinada direção” (BRONCKART, 1999, p. 237). Com a intenção de fazer com que o pesquisado aja em uma determinada direção, o pesquisador informa todas as ações que deverá empreender, como em:

(48) “Você **retornará ao consultório** do seu médico do estudo **a cada 2 semanas para as visitas da semana 2 e semana 4 e após 4** semanas para a visita da semana 8. Você deve estar em jejum desde a noite anterior e **não deve comer ou beber** nada antes dessas visitas”. (Texto 28)

As seqüências injuntivas também podem se valer do imperativo:

(49) “**Leia o** presente termo de consentimento e **faça** quantas perguntas precisar a fim de garantir que você entenda os procedimentos do estudo, incluindo os possíveis riscos e benefícios”.

(50) “**Solicite** que o médico do estudo esclareça qualquer dúvida sobre qualquer ponto que não estiver claro neste documento. **Não assine** este documento a menos que você esteja satisfeito com as respostas à suas perguntas e que tenha decidido participar deste estudo”. (Texto 21)

Ainda que tenha apresentado exemplos de seqüências diversas que aparecem nos TCLEs, entendo que a proposta de Bronckart ao enfatizar seqüências discursivas é mostrar que, ainda que elas não se apresentem prototicamente constituídas, podem ajudar a planificação de um tipo de discurso, dialogando entre si e possibilitando uma articulação entre as informações e sustentando uma operação de caráter dialógico: convencer, ao mesmo tempo que fazem o destinatário compreender e agir.

A análise dos TCLEs revela a existência de uma articulação argumentativa

entre seqüências. O exame da relação argumentativa entre as seqüências descritivas, explicativas e injuntivas, referente aos TCLEs analisados, mostra que seu emprego nas etapas da pesquisa funciona como argumentos. Observe o esquema:

Segmento do TCLE 21

### QUADRO 9 – ESQUEMA COM SEQÜÊNCIAS VARIADAS

<p>O xxxxx é um novo medicamento muito potente na absorção de cálcio pelo osso (interrompe a ação das células do osso especiais que reduzem a quantidade de osso no corpo) e isso ajuda no tratamento de doenças que atingem os ossos.</p>	<p>A intenção deste tratamento será a de reduzir sua dor produzida pela lesão (ou lesões) do osso relacionada ao tumor de mama. (...)</p>	<p>Se você quiser participar do estudo, você receberá aplicações pela veia de xxxxx a cada vinte e oito dias.</p>
<p>Seqüência explicativa Argumento 1</p>	<p>Seqüência explicativa Argumento 2</p>	<p>Seqüência injuntiva Argumento 3</p>

A descrição do novo medicamento, a explicação de sua finalidade e o chamamento ao destinatário servem como argumentos que garantem a possibilidade de redução da dor relacionada ao câncer de mama, fato suficiente para persuadi-lo a aceitar participar da pesquisa.

Por outro lado, outro exemplo, agora retirado do TCLE 28 (linhas 1 a 13) mostra a imbricação dessas seqüências:

(67) “Você está sendo convidado para participar de um estudo de pesquisa. [Seqüência injuntiva] Um estudo de pesquisa coleta informações sobre um medicamento experimental (ou seja, ainda não aprovado para uso pelo Ministério da saúde do Brasil. Este estudo é financiado pelo patrocinador ....., que reembolsa .....e/ou investigador por serviços profissionais e despesas para desenvolver esse estudo. O investigador (médico do estudo) é a pessoa principal que conduz o estudo. [Seqüência explicativa]

Sua participação neste estudo é voluntária, ou seja, só depende da sua vontade de participar ou não.[Seqüência injuntiva] Este documento chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido tem informações sobre o estudo incluindo medicamentos, procedimentos, benefícios e possíveis riscos.[Seqüência explicativa]. Você também terá a oportunidade de fazer perguntas a um médico ou a um membro da equipe médica sobre o estudo antes de decidir se quer participar. Você também pode falar com sua família e amigos sobre sua decisão. Use o tempo necessário para tomar sua decisão”. [Seqüência injuntiva]

Nos segmentos acima, retirados de um mesmo TCLE, encontrei seqüência injuntiva seguida de seqüência explicativa; novamente seqüência injuntiva, no meio da qual aparece seqüência explicativa. Neste exemplo, que combina diferentes seqüências, percebe-se interrupção do fragmento dialógico por uma explicação, como se o pesquisador quisesse mostrar em detalhes as partes da pesquisa, para o que o sujeito participante a compreenda melhor.

Na verdade, o conjunto dos TCLEs analisado permitiu inferir que vinte e oito deles trazem uma tese subjacente: A pesquisa X necessita da participação de Y para que seu objetivo seja cumprido. Há argumentos (justificativa, finalidades, normalmente em seqüências explicativas; metodologia, muitas vezes como seqüência descritiva; enfim elementos da Resolução 196) e contra-argumentos (riscos associados, por exemplo), seguidos por uma conclusão. Essa conclusão, habitualmente na unidade dois, se dá pela aceitação do destinatário em participar da pesquisa.

Assim, a organização dos termos de consentimento compõe-se de uma série de seqüências descritivas, explicativas e injuntivas, integradas na seqüência argumentativa (que é a dominante). As seqüências presentes servem para orientar o sujeito da pesquisa e para fundamentar os argumentos utilizados para fazê-lo crer que vale a pena assinar o termo. Ocupam uma função importante no sentido de orientar a argumentatividade dos textos, como se buscassem a adesão do sujeito da pesquisa às teses que lhe estão sendo apresentadas.

A tabela a seguir mostra com os tipos de seqüências encontrados nos TCLEs.

Nos textos analisados, encontramos seqüências argumentativas, descritivas, explicativas e injuntivas que dialogam entre si.

#### QUADRO 10 – TABELA COM TIPOS DE SEQÜÊNCIA

Textos	Seqüência argumentativa	Seqüência explicativa	Seqüência descritiva	Seqüência injuntiva
Texto 1	x	x	x	x
Texto 2	x	x	x	x
Texto 3	x	x	x	x
Texto 4	x	x		
Texto 5	x	x	x	
Texto 6	x	x	x	x
Texto 7	x	x		x
Texto 8	x	x	x	x
Texto 9	x	x	x	x
Texto 10	x	x		x
Texto 11		x		
Texto 12	x	x	x	x
Texto 13	x	x	x	x
Texto 14	x	x	x	
Texto 15		x		
Texto 16	x	x	x	
Texto 17	x	x	x	
Texto 18	x	x		
Texto 19	x	x		x
Texto 20	x	x	x	x
Texto 21	x	x	x	x
Texto 22	x	x	x	x
Texto 23	x	x	x	x
Texto 24	x	x	x	x
Texto 25	x	x	x	x
Texto 26	x	x	x	x

Texto 27	x	x	x	x
Texto 28	x	x	x	x
Texto 29	x	x	x	x
Texto 30	x	x	x	x

Para a delimitação das seqüências, segui critérios das marcas lingüísticas nelas presentes, mas, mesmo assim, foi difícil estabelecer exatamente quando uma seqüência é estritamente descritiva ou explicativa. Para diferenciá-las, a marca mais evidente foi o tipo de organizador textual utilizado. O imperfeito, por exemplo, descrito habitualmente como característico das seqüências descritivas, esteve ausente nos TCLEs.

A partir desta investigação, constatei que, dos 30 TCLEs analisados, 28 apresentam seqüências argumentativas, 23 apresentam seqüências descritivas, 30 apresentam seqüências explicativas e 22 apresentam seqüências injuntivas. O quadro evidencia a heterogeneidade das seqüências, com o predomínio da seqüência explicativa. Há dois TCLEs (11 e 15 da amostra) que não possuem seqüências argumentativas, por apresentarem uma organização enunciativa diversa das demais. Neles, não há um expositor responsável pelo texto, mas a voz é cedida ao sujeito que assina o TCLE. Estes casos serão estudados mais detidamente na seção dedicada aos mecanismos enunciativos, mas para melhor entendimento, transcrevo partes do TCLE 11:

(68) “Eu.... declaro para os devidos fins estar participando voluntariamente da pesquisa xxxxx, que...

[...]

Fui informado(a) que esta pesquisa objetiva...

[...]

Fico ciente de que as informações colhidas...

[...]

Fui informado(a) de que a pesquisadora responsável deverá comunicar qualquer alteração...”

Nesses dois TCLEs não há força argumentativa, pois o sujeito participante

aparece como tendo aderido à pesquisa desde o início do TCLE.

Nos demais textos, entendo que se pode colocar a seqüência argumentativa como dominante, sempre aparecendo ao seu lado, pelo menos, seqüência(s) explicativa(s). Explico essa relação de dominância pela finalidade do TCLE de convencer o destinatário a aderir à proposta de participar da pesquisa.<sup>5</sup> Também os textos do tipo discurso teórico interativo misto apresentam, obrigatoriamente, seqüências injuntivas.

Se separarmos os TCLEs por contexto de produção, é possível verificar que os textos produzidos em ambiente universitário são bastante diversificados quanto à apresentação de seqüências. Já os textos produzidos no contexto do HU apresentam sempre tanto seqüências injuntivas, como argumentativas, explicativas e descritivas.

Finalmente, posso demonstrar que os TCLEs da amostra seguiram um dos esquemas a seguir apresentados (para este fim, foi utilizado como base quadro de Coutinho,2003, p.14):<sup>6</sup>

#### QUADRO 11 – SEQÜÊNCIAS – RESUMO

Título da pesquisa	
Segmentos (muitas vezes na Unidade 1)	Possibilidade de :
	(a) seqüências explicativas e argumentativas
	(b) seqüências argumentativas, descritivas e/ou explicativas
	(c) seqüências descritivas e/ou explicativas
	(d) seqüências injuntivas, explicativas e argumentativas
(e) seqüências injuntivas, descritivas, explicativas e argumentativas	

<sup>5</sup> Poderia falar em efeito extradiscursivo da seqüência argumentativa dos TCLEs, pensando no efeito perlocutório ao qual está vinculada, ao da persuasão, (cf. CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2004), mas optei por restringir-me aos propósitos enunciados na teoria do ISD.

<sup>6</sup> O esquema proposto mostra possibilidades de aparecimento de diferentes conjuntos de seqüências nos TCLEs, mas não aponta a obrigatoriedade dessas seqüências, nem mostra sua ordenação.

Conclusão (muitas vezes na Unidade 2)	[Resumo por seqüência explicativa ou explicativa e injuntiva orienta o sujeito da pesquisa a concordar em assinar o termo	[Resumo da seqüência....] [...e é por isso que] eu..... concordo em participar da pesquisa.
--	---	--

## 5.2 MECANISMOS DE TEXTUALIZAÇÃO

O segundo folhado textual, conforme Bronckart, refere-se aos mecanismos de textualização, que consistem na criação de séries isotópicas que contribuem para o estabelecimento de uma coerência temática. Explicitam a intenção do destinatário, as grandes articulações hierárquicas, lógicas e/ou temporais. São os responsáveis pelas relações existentes entre os diferentes níveis de organização de um texto. Distinguem-se três mecanismos: conexão, coesão nominal e coesão verbal.

Os mecanismos de textualização são articulados à progressão do conteúdo temático através das cadeias lingüísticas, organização dos elementos constitutivos dessas cadeias, marcando ou explicitando as relações de continuidade, ruptura ou contraste, a fim de contribuir para a coerência temática do texto; distribuem-se no conjunto do texto ou em partes deste, e as marcas lingüísticas que o realizam podem variar em função dos tipos de discursos específicos que esses mecanismos atravessam. Em resumo, tratam das regras de organização geral do texto.

### 5.2.1 CONEXÃO

Os mecanismos de textualização englobam três grandes conjuntos, como já foi dito anteriormente. O primeiro deles é a conexão. Este mecanismo é responsável pelas articulações de progressão temática, através dos organizadores textuais. E organizadores podem assinalar as transições entre os tipos de discurso que constituem um texto, entre as fases de uma seqüência ou outra forma de planificação e também assinalar as articulações entre frases.

Bronckart diz que, no nível mais englobante, os mecanismos de conexão explicitam as articulações do plano de texto, delimitando suas partes constitutivas, assinalando, assim, os tipos de discurso correspondentes a essas partes. Neste caso, assumem a função de *segmentação*. Nos TCLEs, podemos aproximar o uso dos subtítulos a esses mecanismos de segmentação. Quando esses mecanismos marcam os pontos de articulação entre as fases de uma seqüência ou de uma outra forma de planificação, têm a função de *demarcação* ou *balizamento*. Em um nível mais inferior ainda, podem constituir o que se chama de *empacotamento*, que consiste em “explicitar as modalidades de integração das frases sintáticas à estrutura que constitui a fase de uma seqüência ou outra forma de planificação” (Bronckart, p.264). Esse autor segue considerando que esses mesmos mecanismos de articulação entre duas ou várias frases sintáticas em uma só frase, podem exercer a função de *ligação* (justaposição, coordenação) ou de *encaixamento* (subordinação).

Todos esses efeitos dos mecanismos de conexão foram percebidos nos TCLEs. Com a função de balizadores, relacionando as seqüências discursivas entre si, poucos organizadores textuais foram encontrados.

(64) “*Em virtude do exposto acima*, solicitamos o preenchimento de duas vias desse termo e entregue para o entrevistador apenas uma caso os pais estejam de acordo com a participação de seus filhos. *Também*, esclarecemos que este consentimento pode ser suspenso em qualquer momento do estudo...”(Texto 6)

(65) “**Desta forma**, eu....., declaro ter sido informado quanto aos objetivos desta pesquisa, **de maneira clara e detalhada, além de** ter recebido uma cópia deste termo”.(texto 14)

As seqüências descritivas são bem marcadas por organizadores com a função de empacotamento:

(66) (...) **Quando** necessário, **de acordo com o diagnóstico nutricional**, os entrevistadores devidamente treinados, orientarão no sentido de procurar um

profissional de saúde (...) Será realizada uma entrevista, **em sua própria residência, em horário estabelecido pelo entrevistado, após** o processo de identificação em etapa anterior.(Texto 7)

(67) “**Para que se possa analisar** a fissura serão aplicados questionários específicos para tal. **Também** será feita uma entrevista psicológica e aplicados testes para avaliar a gravidade da dependência, a habilidade de enfrentamento com relação à fissura, o grau de ansiedade e depressão **e** a motivação para mudança...”

As seqüências argumentativas apresentam organizadores também com a mesma função, como em:

(68) Você está sendo convidado a participar de um estudo sobre formação de professores de educação física **o qual** pretende investigar as competências dos profissionais diante das estratégias/métodos de aplicação no desenvolvimento das aulas do programa Body Systems. **Neste sentido**, pedimos que leia atentamente este documento **e** esclareça suas dúvidas, **antes de** decidir sobre sua participação.

(69) “As trocas de letras na fala estão ligadas a dificuldades na aprendizagem escolar **e** muitas crianças sofrem deste problema, que poderia ser resolvido se detectado no seu início. Utilizamos os testes habituais para detectar tal problema, **mas** estamos analisando um novo teste de avaliação da fala que poderia ser utilizado por professores e outros profissionais de saúde.

A função de empacotamento é a mais seguida, até mesmo nas seqüências injuntivas, como no exemplo de empacotamento por ligação:

(70) “Não há limite de tempo **e** você pode falar tanto quanto desejar. (Texto 1)

É possível fazer uma distinção entre os TCLEs da amostra a este respeito. Uma parte deles apresenta um parágrafo inicial, conectado aos demais, por organizadores textuais marcadores de balizamento, ligação ou encaixe, sem ordem hierárquica, mas sempre seguindo os aspectos mencionados na Resolução 196/96.

Nesses casos, na unidade 2, também podem, eventualmente, aparecer

marcadores de empacotamento:

(71) “Eu,....., abaixo-assinado, concordo em participar da pesquisa ..... Estou ciente de seu conteúdo e objetivos e concordo com o que está descrito neste documento. Declaro que recebi cópia deste termo, **bem como** recebi a informação de que **se** houver qualquer dúvida poderei contatar a psicóloga....., pelo telefone.....” (Texto 17)

Há um outro grupo de textos que se vale de subtítulos, na unidade 1, indicando cada aspecto da Resolução 196/96. Todos estes TCLEs foram produzidos no contexto hospitalar. Estes subtítulos apresentam uma conexão entre si, orientando o leitor quanto a cada etapa do estudo a ser realizado, mas a conexão não apresenta marcas de articulação; esta conexão é subjetiva, apenas orienta o sujeito da pesquisa quanto aos procedimentos a serem realizados, atuando como elo entre as partes da pesquisa. No interior dos parágrafos que compõem cada etapa (cada subtítulo), percebe-se a conexão, através de marcadores temporais, espaciais, de ligação ou encaixamento, como acontece nos textos da área universitária. Vejamos um exemplo dessa organização em subtítulos, que entendo ser uma conexão por segmentação:

## (72) **INTRODUÇÃO**

Você está sendo convidado a participar de um estudo...

[...]

## **OBJETIVOS**

O objetivo deste estudo é avaliar, através de um exame....., a ação de um produto cosmético anti-sinais contendo..... na melhora dos sinais de envelhecimento....”

[...]

## **DESCRIÇÃO DO ESTUDO**

Este estudo será conduzido com a participação de xxxxx voluntários com

idade entre xxxxx anos e que obedecem às exigências do estudo.

[...]

### **PROCEDIMENTOS**

Caso concorde em participar deste estudo, a partir desta visita, você deverá interromper o uso de qualquer produto na face...

[...]

### **RISCOS E/OU DESCONFORTOS**

O risco previsto para este tipo de estudo é possível manifestação de uma irritação no local de aplicação, na forma de ...

[...]

### **INDENIZAÇÃO**

Todas as despesas com reações adversas e intercorrências que ocorrerem com você, durante a pesquisa, e que tenham relação comprovada com o produto em estudo, serão de responsabilidade da empresa patrocinadora.

[.]

A unidade 2 deste grupo de TCLEs produzidos no contexto hospitalar apresenta-se de forma semelhante aos demais TCLEs. Nelas, ocorrem escassas conexões entre as frases, na maior parte como ligação.

(73) “Eu recebi informações sobre o estudo acima e li as informações escritas neste documento. Tive a oportunidade de discutir o estudo e fazer perguntas. Concordo em participar do estudo e estou ciente de que minha participação é inteiramente voluntária.(...)”

---

Assinatura do paciente

---

Assinatura do médico que aplicou o termo de Consentimento”

## 5. 2. 2 COESÃO NOMINAL

Os mecanismos de coesão marcam relações de dependência ou descontinuidade entre dois subconjuntos de constituintes internos que são o predicado, geralmente através de um sintagma verbal, e os argumentos, compostos pelas formas nominais. As marcas dessas relações são feitas por sintagmas nominais ou pronomes, organizados em série, constituindo as cadeias referenciais.

Os mecanismos de coesão nominal introduzem os argumentos e organizam sua retomada na seqüência do texto . Esses mecanismos fazem com que o produtor do texto proceda de maneira a alcançar um certo equilíbrio entre as informações novas e as informações que já constam em momentos anteriores. Assim, os mecanismos de coesão nominal são os responsáveis tanto pela introdução de temas ou personagens novos, como pela retomada ou substituição deles no desenvolvimento do texto. Assim, na coesão nominal duas funções distinguem-se: a primeira é a de introdução, que consiste em marcar, em um texto, a unidade de significação nova, que origina a cadeia referencial; a segunda, de retomada, consiste em repetir ou reformular essa unidade-fonte (ou antecedente) no texto.

Os TCLEs analisados apontam uma complexidade terminológica das cadeias referenciais. Há várias cadeias referenciais possíveis em cada um dos TCLEs: No caso dos TCLEs que se apresentam como discursos do tipo teórico interativo misto, é possível localizar a cadeia do emissor/ produtor (que se vale tanto dos pronomes eu, nós, que podem estar marcados apenas pela desinência verbal, como de sintagmas nominais) e a cadeia do destinatário (você/ o senhor, o participante), como se observa nos exemplos a seguir:

a) introdução do referente emissor: (os exemplos foram retirados dos parágrafos iniciais)

(74 ) “(eu) Convido-a a participar da seguinte pesquisa...” (TCLE 2)

(75) “ **Eu**, xxxxx, fonoaudióloga, portadora do CIC(...) vou desenvolver uma pesquisa cujo título é...” (TCLE 13)

(76) “**(nós)** Estamos convidando o Senhor/ a Senhora para participar de uma experiência de ensino aprendizagem de ... “ (TCLE 9)

(77) “**Um grupo de professores e alunos** da xxxxx está fazendo uma pesquisa sobre... “ (TCLE 7)

b) retomada(s) do referente emissor (TCLE 2, parágrafos 5 e 7, nos quais ocorre a substituição do emissor introduzido como singular, por um nós, plural):

(78) “**Ressaltamos** que a concordância em...

[...]

Para tanto, necessitamos de seu consentimento...

[...]

“**Necessito** que...

[...]

**Informo** que...

[...]

**Garanto** que...”

(79) “**Eu me comprometo** a utilizar...” (Vários parágrafos do TCLE 13)

(80) “**Asseguramos**, outrossim, que todas as informações da pesquisa serão tratadas com o máximo sigilo... “ (parágrafo final da Unidade 1 do TCLE 9)

(81) “Por isso **perguntamos** se ... “ (TCLE 7, em que a retomada do referente emissor se dá pela 1ª pessoa).

c) introdução do referente destinatário:

(82) “**Você** está sendo convidado(a) a participar ...” (TCLE 24, parágrafo 1)

(83) “Necessito que **o Sr(a)** permita a execução de uma avaliação ...” (TCLE

13, parágrafo 3, com pronome de tratamento no lugar de destinatário)

(84) “Convido-**a** a participar da seguinte pesquisa...” (TCLE 2, parágrafo 1, em que a introdução de um referente se dá mediante um pronome oblíquo, habitualmente não utilizado para introduzir)

(85) “**Seu** filho está sendo convidado a participar ...” (TCLE 25, parágrafo 1)  
d) retomada (s) do referente destinatário

(86) “**Você** é quem vai decidir (...) Mesmo se decidir não participar, você terá não terá desvantagem, ...” (TCLE 24 utiliza o pronome você sempre que retoma o destinatário, sendo que, por vezes, vale-se de elipse)

(87) “a sua participação... Informo que o **Sr(a)**...,” mas também “Não existirá despesas ou compensações pessoais para o participante em qualquer fase do estudo, incluindo exames e consultas. Também não há compensação financeira relacionada à **sua** participação...” (TCLE 13, mostrando a retomada por pronome possessivo, repetição de pronome sujeito, mas também por sintagma nominal de 3ª pessoa)

(88) “.... no tratamento que já está sendo feito a **você**, nem tampouco os resultados do questionário e avaliação física terão efeitos sobre **você**.(...) **Sua** participação não...” ( TCLE 2, em que a retomada é feita pelo pronome sujeito você, seguida pelo possessivo correspondente)

(89) “A participação dele é voluntária e não implicará em nenhum custo adicional para ele ou para vocês. Após receber todas as informações abaixo relacionadas pelo médico, ele perguntará se você e seu filho concordam em participar deste estudo clínico. Caso todos concordem em participar do estudo, você deverá fornecer seu consentimento por escrito ao final deste termo...” (TCLE 25, que apresenta uma duplicidade de referentes-destinatários: retoma o filho, mediante *dele,ele*, mas, logo a seguir, refere *vocês(mãe e filho?)* , que, na seqüência, se transforma em você (mãe?) Essa questão perpassa todo o TCLE de 9 páginas)

Ainda que não aprofundemos a questão, as retomadas realizadas por pronomes ou sintagmas marcadores de pessoa diferente da utilizada na introdução podem vir a causar ambigüidade e conseqüentes problemas na leitura dos TCLEs.

Outra cadeia sempre presente nos TCLEs (seja com discurso teórico ou misto) é referente ao objeto do TCLE, a pesquisa propriamente dita. Para explicá-la, será utilizada a noção de rótulo. Koch (2006), em texto ainda inédito, afirma que, quando se trata de remissão textual, o uso de forma ou expressão nominal é bastante utilizado para categorizar ou recategorizar segmentos precedentes ou subseqüentes do co-texto, sumarizando-os ou encapsulando-os e atribuindo-lhes um rótulo. Trata-se de anáforas “complexas”, realizadas freqüentemente por meio de nomes genéricos e inespecíficos (estado, fato, fenômeno, etc). Segundo a autora, estes nomes-rótulos vão receber sua realização lexical no co-texto, exigindo do leitor a capacidade de interpretação não só da expressão em si, como também da informação co-textual precedente ou subseqüente. Essas expressões, geralmente introduzidas por um pronome demonstrativo, desempenham funções textuais importantes, não só rotulando uma parte do co-texto que as precede, porque, ao fazê-lo, criam um novo referente textual, que por sua vez, passará a constituir um tema específico para os enunciados subseqüentes.

No TCLE 1, por exemplo, o sintagma “*um estudo sobre a linguagem usada pelas crianças...*” aparece rotulado como “esta pesquisa”:

(89) “Você e seu filho ou filha foram convidados a participar *de um estudo sobre a linguagem usada pelas crianças...*”

[...]

“*Esta pesquisa* integra um projeto internacional em andamento...”

[...]

“A participação *no projeto* exige uma visita a sua casa e a gravação de duas conversas entre você e seu filho ou filha”

[...]

“Não há riscos associados a sua participação *nesta pesquisa...*”

Outro exemplo de rótulo, retirado do texto 14, correspondendo a “uma pesquisa com pessoas que tenham entre 18 e 80 anos de idade, residentes nos municípios de..”

(90) “*Esta pesquisa* é coordenada pelo Professor xxxxx

O objetivo *deste trabalho* é ...

[...]

Em caso de dúvidas sobre *a pesquisa...*”

No caso do TCLE 23, vários rótulos são usados para encapsular o significado de

(91) “ um *estudo clínico* de um medicamento novo em investigação, o xxxxx ainda não aprovado) para o tratamento de ...”:

*Este estudo clínico* envolve pesquisa em pacientes. Antes de você participar *deste estudo*, é importante...

Verifiquei, nos exemplos acima, que os rótulos encontrados colaboram para a progressão textual. Todos os TCLEs analisados apresentaram rótulos que encapsulam, de forma neutra, conteúdos expressos em segmentos do texto. Esse recurso contribui para o efeito de objetividade no discurso científico.

Enfim, a escolha efetiva das unidades nominais aparece muito ligada ao tipo de discurso dos TCLEs. Aqueles TCLEs com predominância de discurso teórico não apresentaram dêiticos e se apoiaram muito freqüentemente em retomadas anafóricas nominais. Já os TCLEs mistos se valeram de pronomes representantes de primeira e segunda pessoas, que acumularam valores dêiticos (na introdução dos referentes) e anafóricos ( na sua retomada). Independentemente do tipo de discurso, todos os textos se valeram de rótulos para o referente “pesquisa sobre...”.

### 5.2.3 COESÃO VERBAL

Propomos um recorte da proposta de Bronckart (1999) sobre os mecanismos de coesão verbal. Três categorias de parâmetros são consideradas por Bronckart para identificar a coerência verbal. São elas: os processos, vinculados à aspectualidade, os eixos de referência, ligados à temporalidade, e a duração psicológica associada ao ato de produção. Interessou-nos a possibilidade de, pelo estudo do mecanismo de coesão verbal, distinguir o tipo de discurso predominante nos TCLEs (como demonstramos na seção 4.2)

No caso do discurso teórico, a duração do ato de produção não é pertinente. A função da temporalidade é localizar os processos em relação ao eixo do processo expositivo, podendo:

a) apresentar uma atemporalidade, com o objetivo de uma localização neutra. Isso pode ser feito pelo uso do presente gnômico, como em:

“ Este documento **apresenta** uma descrição do estudo e **tem** como objetivo ajudá-lo a decidir se você deseja ou não participar dele”.(Texto 21)

(92) “Esta pesquisa **integra** um projeto internacional...” (Texto 1)

(93) “Esse estudo **envolve** o medicamento experimental xxxxx “. (Texto 28);

b) relacionar os processos com o desenvolvimento do próprio processo de EXPOR, quando podem ser encontradas três formas de localização de temporalidade (cf. Bronckart, 1999:301-2): o presente que marca uma localização isocrônica, o passado uma localização retroativa e o futuro uma localização projetiva, como no TCLE 14<sup>7</sup> :

“O xxxxx **está realizando** uma pesquisa com pessoas...(mundo conjunto ao

---

<sup>7</sup> Vale lembrar que, tanto o discurso teórico como o interativo, por pertencerem ao mundo do EXPOR baseiam-se num mundo conjunto ao do agente-produtor e, dessa forma, não são ancorados em nenhuma origem, como acontece com textos do mundo do NARRAR. A complexidade do gênero TCLE levou-nos a usar a expressão **predominantemente teórico**, pois como agora é mostrado no TCLE 14, a localização do processo no parágrafo de abertura está relacionado à temporalidade do ato de produção, o que caracterizaria o discurso interativo. Por ter sido a única ocorrência desse tipo, o TCLE foi classificado como predominantemente teórico.

mundo ordinário do agente-produtor)

[...]

O objetivo deste trabalho **é** determinar o nível de ...(localização isocrônica)

[...]

As pessoas convidadas a participar **foram escolhidas** por um sistema de sorteio (localização retroativa) e responderão a um questionário (localização projetiva).

[...]

Os dados **permitirão** gerar ações para a promoção...(localização projetiva)

[...]

**Deve ficar** claro para o entrevistados que... (localização isocrônica)”.

O caso dos TCLEs de discurso interativo-teórico-misto apresenta uma complexidade maior, pois, além de apresentar a possibilidade de atemporalidade semelhante à exemplificada no discurso teórico, apresenta a característica de localizar os processos com relação ao momento de produção. É neste ponto que Bronckart(1999:304) chama a atenção para a “duração psicológica adjunta ao ato de produção, de amplitude variável e que, além disso, pode ser modificada permanentemente”. Com isso abre espaço para localizações de anterioridade, como em:

(94) “ ...você **foi tratado recentemente** de um episódio agudo de um tipo de doença cardíaca chamado insuficiência cardíaca...”(Texto 27)

ou de posterioridade:

(95) “Para saber **se você poderia participar** deste estudo, seu médico **avaliará** o exame final...”.(Texto 23),

(96) “ Seu médico está perguntando **se você gostaria de participar deste estudo de pesquisa...**”(Texto 27),

(97) “Para avaliarmos sua dor você **deverá preencher** um breve diário de uso de remédios para controle de dores”. (texto 21)

(98) “**Se você concordar** em participar do estudo e **assinar** este termo de Consentimento Livre e Esclarecido, você **passará** por vários exames para saber **se você pode receber** ----”. (Texto 22)

além de simultaneidade:

(99) “**Estamos interessados** em saber como a criança fala sobre suas experiências passadas...” (Texto 1)

Ainda marcam o discurso misto a presença de muitos verbos no imperativo, empregados de forma a convidar, como se estivesse incitando a uma tomada de atitude, que apontamos como característicos da seqüência injuntiva. Isso é visto em:

(100) “**Entre** em contato com a equipe de estudo...” (Texto 22)

(101) “**Não assine** este documento...” (Texto 23)

(102) “**Use** o tempo necessário para tomar sua decisão” (Texto 28)

(103) “Por favor, **consulte** a seção de riscos para mais informações sobre esses estudos com humanos”.(Texto 28)

Observa-se, também, a presença de inúmeros verbos no subjuntivo, que dão um valor hipotético e apontam para uma eventualidade possível, no caso, aceitar a participar da pesquisa, como se o pesquisador desse ao sujeito da pesquisa uma possibilidade de querer, como se observa em:

(104) “**Se você decidir** participar, por favor, preencha e assine a seção que segue”.(Texto 1)

(105) “Seu consentimento deve ser dado voluntariamente sem **que você seja levado** ou forçado a isto”.(Texto 22)

(106) “**Se você concordar** em participar neste estudo você será tratado com a medicação-----“(Texto 23)

(107) “Entretanto, **se você desenvolver** insuficiência cardíaca durante o período de estudo...”.(Texto 24)

O que se percebe, nos textos analisados, é que, nos textos produzidos no contexto hospitalar, aparecem muitas ocorrências de verbos no futuro, futuro composto, presente genérico, atual, imperativo e subjuntivo, por apresentarem mais seqüências descritivas e injuntivas, ao passo que, nos demais textos, há o predomínio de verbos no presente atual, genérico e futuro simples. Como alguns exemplos já mostraram, em muitos casos, não há combinação de tempos/modos normatizada pela gramática:

(108) “Antes de decidir se quer ou não participar, é importante **que você compreenda** porque este estudo está sendo realizado...” (Texto 24)

(109) “**Espera-se que** o tratamento com o ----- **irá ajudar a tratar** a sua condição de elevada concentração de açúcar no sangue”.(Texto 24)

Além do agenciamento dos tempos verbais, também marcam a coesão verbal expressões adverbiais e advérbios , como em:

(110) “Estes questionários serão aplicados *no 4º dia em abstinência*, em entrevista que *durará aproximadamente 1 hora*”.(Texto 3)

(111) “Os pesquisados terão acesso a todas as informações que esclareçam dúvidas relacionadas à pesquisa, **ao longo de seu desenvolvimento**”. (Texto 4)

(112) “O participante tem a garantia de poder abandonar a pesquisa **antes e durante o seu curso** sem prejuízo para si e de poder contar com o esclarecimento de quaisquer aspectos da pesquisa **antes e durante seu desenvolvimento**.” (Texto 9)

(113) “**A qualquer momento** os sujeitos poderão requisitar informações esclarecedoras sobre o estudo, através de contato com o pesquisador”.(Texto 12)

Em todos os casos, a criação de espaços temporais é dependente do momento do texto, tendo validade apenas local, textual, sempre conectada à duração ajunta ao ato de produção.

### **5.3 MECANISMOS ENUNCIATIVOS**

O último dos três níveis em que o texto se organiza são os mecanismos enunciativos, que se referem à análise das vozes presentes no texto e das modalizações. Os mecanismos enunciativos contribuem para o estabelecimento da coerência pragmática do texto, no sentido da interatividade que propõem. Através deles são expressas avaliações (julgamentos, opiniões, sentimentos) sobre determinado conteúdo temático, assim como se conhecem as instâncias responsáveis por tais avaliações.

#### **5.3.1 AS VOZES**

Na perspectiva do posicionamento enunciativo, as vozes podem ser caracterizadas didaticamente como “entidades que assumem (ou às quais são atribuídas) a responsabilidade do que é enunciado”(Bronckart, 1999,p. 326). Em outra obra, (2004 b, p. 84) chama a atenção que esta é a “instância à qual o autor empírico de um texto confia a responsabilidade do que vai ser enunciado”. As vozes que aparecem em um texto, conforme a teoria de Bronckart, podem ser reagrupadas em quatro subconjuntos, que são: a voz do expositor, a voz do autor empírico, as vozes sociais e as vozes dos personagens.

É a partir da instância enunciativa que se efetua a distribuição das vozes “ouvidas” no texto, pelas quais se manifestam ocasionalmente avaliações (julgamentos, opiniões, sentimentos) de alguns aspectos do conteúdo temático, que são marcados por unidades ou processos de modalização.

O gerenciamento dos mundos discursivos da ordem do EXPOR, como é o

caso dos TCLEs, cabe à instância do expositor, o que ocorre à semelhança do narrador, quando se trata da ordem do NARRAR.

Como exemplo:

Quando a instância geral da enunciação, isto é, quando o expositor assume diretamente a responsabilidade pelo conteúdo temático, Bronckart (1999, p. 326) afirma estar diante da voz neutra, como em:

(114) “A Pesquisa intitulada xxxxx, cadastrada na xxxxx, tem como objetivos: analisar e intervir nos processos de inclusão/exclusão da rede de atendimento da comunidade; mapear a rede de atendimento no que se refere à saúde, educação, lazer; promover discussões para a construção coletiva de espaços de inclusão na comunidade, contribuir, através dos dados, para a elaboração de políticas públicas.” (Texto 10)

A voz do autor empírico é a que procede da pessoa que está na origem da produção textual e que intervém, para comentar ou avaliar o que é enunciado. No exemplo a seguir, percebe-se claramente a voz do pesquisador:

(115) “**Convido-o** a participar da pesquisa...” (Texto 1)

(116) “O estudo justifica-se tomando como referência os novos cenários deste século, que **nos** impelem a lançar olhares sobre a formação de profissionais, no que diz respeito às suas competências no atendimento aos usuários de academia de ginástica, diante da necessidade de uma formação crítica e reflexiva. **Partimos** do pressuposto que os novos sistemas de aulas, especialmente o Programa “Body Systems, propõem o desenvolvimento de saberes e práticas que desconsideram a importância da inovação dentro do campo profissional, alicerçando a atividade docente na tutela de especialistas”. (Texto 12)

A agentividade da voz do autor é muito marcada no TCLE 13, todo produzido na 1ª pessoa:

(117) "Eu, ....., fonoaudióloga, portadora do CIC ....., RG....., estabelecida na Rua ....., nº....., Cep....., na cidade do....., cujo telefone de contato é....., **vou** desenvolver uma pesquisa cujo título é "Estudo acústico da produção do /s/ em falantes normais e com ceceo anterior". (Texto 13)

As vozes de personagens são as vozes procedentes de seres "implicados, na qualidade de agente, nos acontecimentos ou ações constitutivas do conteúdo temático de um segmento do texto" (Bronckart, 1999, p. 327). Aparece a voz do personagem destinatário como agente, inclusive na primeira pessoa, em grande parte das unidades 2 dos TCLEs.

(118) "Desta forma, **eu**,....., **declaro** ter sido informado quanto aos objetivos desta pesquisa, de maneira clara e detalhada, além de ter recebido uma cópia deste Termo de Consentimento". (Texto 14)

Nos TCLEs originários do HU, aparecem, ainda, vozes do personagem "médico do estudo" e "patrocinador", investigador/instituição, como em :

(119) "Concordo em cooperar integralmente com o **médico do estudo** e lhe informarei caso sinta quaisquer sintomas não usuais ou inesperados. Eu confirmo ter informado o **médico do estudo** sobre qualquer medicação/droga, de qualquer natureza, que eu tenha tomado (...)

[...]

Fui informado que, de acordo com as leis correspondentes, **o patrocinador** providenciou tratamento médico e/ou indenização no caso de dano/lesão resultantes da participação no estudo clínico.(...)

[...]

Concordo que os resultados desse estudo possam ser repassados a autoridades apropriadas e ao patrocinador do medicamento em investigação.(...)

Compreendo que **os representantes do Patrocinador, do Comitê de Ética em Pesquisa** ou **as Autoridades Regulatórias** podem desejar inspecionar meus registros médicos para verificar as informações coletadas.(...)

[...]

Estou ciente de que **o investigador** pode ter que solicitar um novo consentimento... (...)

[...]

O **investigador/instituição** receberá uma compensação financeira razoável pela condução deste estudo.” (Texto 29)

Essa relação extensa de personagens não ocorre nos TCLEs originários de locais universitários.

A constituição do personagem sujeito da pesquisa como agente de todo o processo é que pode justificar os dois TCLEs escritos na 1ª pessoa, representando o participante do estudo.

(120) “**Eu**,....., **declaro** para os devidos fins estar participando voluntariamente da pesquisa xxxxx, que está sendo realizada sob coordenação da pesquisadora Dr.<sup>a</sup> ....., na Universidade.....”.

**Fui** informado(a) que esta pesquisa objetiva investigar as percepções que trabalhadores atuantes em serviços substitutivos na rede pública de atenção à Saúde Mental da região metropolitana de Porto Alegre têm sobre as práticas de cuidado à saúde mental por eles desenvolvidas para relacioná-las com os processos de desinstitucionalização da loucura requeridos pela Reforma Psiquiátrica brasileira” e que **minha** participação se dará através de grupos de discussão e entrevistas. **Estou** disposto(a) a participar da mesma e ciente de que não **corro** qualquer tipo de risco, dano ou desconforto dela decorrente.” (Texto 11)

Finalmente, aparecem ainda no TCLE as vozes sociais, consideradas com as vozes de outras pessoas e instituições humanas exteriores ao conteúdo temático do texto. A voz social encontrada nos TCLEs pertence à instituição que promove a pesquisa.

Exemplo:

(121) “A confidencialidade é de máxima importância para **a** ..... (**nome da empresa que faz a pesquisa**) (Texto 16)

(122) “Em caso de dúvida em relação a esse documento, você pode entrar em contato com o **Comitê Ética em Pesquisa da Faculdade**....., pelo telefone.....”.

(123) “Se você participar deste estudo, concorda que as informações registradas durante o estudo sejam transmitidas ao **patrocinador do estudo xxxxxx (nome da entidade que patrocina)**, a seus representantes legais...”(Texto 23)

Os TCLEs interativo-teórico-misto, pelo jogo de vozes que envolvem, podem ser considerados polifônicos pelas combinações de vozes de estatuto diferente (voz neutra, voz de autor, voz de personagem, voz social). Os TCLEs predominantemente teóricos são igualmente polifônicos, quando apresentam voz neutra e voz social.

Assim, resumidamente, no quadro de vozes nos TCLEs da área de pesquisa institucional e da área hospitalar (seguindo exemplo de Coutinho, 2004, p. 23), temos:

#### QUADRO 12: VOZES

Instância formal:expositor (Pesquisador) Área institucional- Universidades	Instância formal:expositor (pesquisador) Área institucional: hospitalar
Voz do autor marcada pelo recurso a pronomes e desinências verbais de 1ª pessoa do singular ou plural (eu, nós): Ou voz do expositor, de 3ª pessoa	Ausência de voz do autor, presença da voz do expositor, neutra.
Vozes dos personagens: Sujeito da pesquisa, destinatário do TCLE	Vozes dos personagens Sujeito da pesquisa, destinatário do TCLE,; médico do estudo, investigador principal e investigadores locais; patrocinador da pesquisa.

Observa-se que os TCLEs pesquisados apresentam aspectos convergentes quanto ao gerenciamento das vozes, daí pertencerem ao mesmo gênero, mas

também apresentam aspectos divergentes. Dos 30 termos analisados quanto à cadeia do emissor/destinatário:

- a) optaram pelo emprego da 1ª pessoa (eu/nós): 3;
- b) são mistos, isto é, optaram pelo emprego de 1ª e 3ª pessoa: 14;
  - destes: 8 empregaram a 3ª pessoa apenas;
  - 6 empregaram tanto a 1ª como a 3ª pessoas, sendo, portanto, mesclados.
- c) empregaram a 2ª pessoa (tu, você, o senhor): 13

Embora os objetivos sejam os mesmos, observei que os da área hospitalar são mais interativos, isto pela presença de dêiticos de 2ª pessoa, do destinatário, portanto, não do emissor. Nove textos iniciaram com a expressão “**Você** está sendo convidado...” e 2 com a expressão “**Seu médico** está perguntado se **você** gostaria de participar...” Não aparece, portanto, a voz do autor empírico.

Já os termos da área de pesquisa universitária, por sua vez, não apresentam um único “modelo” para o aparecimento da voz do pesquisador e nem sempre são interativos. Dos 19 termos desta área, analisados quanto à cadeia do emissor/destinatário, temos:

- a) emprego da 1ª pessoa (eu/nós): 3 termos assumindo-se como sujeitos :
  - (124) “**Convido-o** a participar...” ( Texto 2),
  - (125) “**Estamos** interessados em saber...” (Texto 1);
- b) emprego da 3ª pessoa: 8 termos preferindo a voz neutra do expositor:
  - (126) “**Esta pesquisa** orientada pela Dra....” (Texto 3),
  - (127) “**A pesquisa**.....tem o objetivo de...”. (Texto 4)
- c) emprego tanto de 1ª como 3ª pessoa (Mesclados):7
  - (128) “**O trabalho** conta...” (no mesmo texto) “... Em virtude do exposto acima, **solicitamos** o preenchimento...” (Texto 6)

a) emprego dos dêiticos de 2ª pessoa: 2, predominando a voz neutra, do emissor:

b) (129) “**Você** está sendo convidado a participar...” ( Texto 12)

(130) “**Você e seu filho ou filha** foram convidados a participar de um estudo...” (Texto 1)

A partir dessas investigações, concluo que a voz do autor aparece em 17 dos 30 textos analisados, e 13 optaram pela voz neutra.

### 5.3.2 MODALIZAÇÕES

O termo refere-se às avaliações formuladas em relação a certos aspectos do conteúdo temático. As modalizações podem aparecer em qualquer nível de arquitetura textual. Bronckart admite quatro funções de modalizações. São elas:

**Modalizações lógicas:** referem-se às avaliações formuladas em relação ao valor de verdade das proposições anunciadas, encaminham ao possível acerto.

(131) “Suas respostas serão confidenciais e a participação no estudo é **totalmente** voluntária”. (Texto 1)

(132) “A concordância em participar deste estudo não implica **necessariamente** qualquer modificação no tratamento...” (Texto 2)

(133) “A participação nesta pesquisa é muito importante, pois a partir dos resultados encontrados, os terapeutas poderão utilizar, de uma forma científica, o relato dos sonhos dos pacientes na prática clínica, podendo, **até mesmo**, ter condições de tentar evitar recaídas”. (Texto 3)

(134) “Em geral, é **possível** que você não sofra nenhum, poucos ou alguns efeitos colaterais”. (Texto 28)

**Modalizações deônticas ou morais:** avaliam o que é enunciado à luz dos

valores sociais, apresentando os elementos do conteúdo como sendo de domínio do direito, da obrigação social e/ou da conformidade com as normas em uso (dever, ser preciso, ser necessário etc). Nos TCLEs analisados, aparecem muitas modalizações deônticas, como se vê em :

(135) "Se você for sexualmente ativa e pode ter filhos, você **deverá** usar métodos contraceptivos..." (Texto 28)

(136) "Você **deve estar** disposto e ser capaz de ingerir a sua dose de -----  
-semanal durante o estudo".(Texto 28)

(137) "Antes que você possa participar deste estudo, seu médico lhe perguntará sobre seu histórico e você **precisará** passar por um exame físico". (Texto 27)

**Modalizações apreciativas:** traduzem um julgamento subjetivo, apresentando os fatos enunciados como bons ou ruins, aos olhos da instância que avalia (gostar, apreciar etc). Este tipo de modalização não caracteriza os termos de consentimento analisados.

**Modalizações pragmáticas:** traduzem um julgamento relativo a uma das facetas da responsabilidade de um personagem em relação ao processo de que ele é agente e atribuem a esse agente intenções, razões, causas, vontades, capacidades.

(138) "Sei que **poderei** solicitar novas informações e modificar minha decisão se assim o desejar" (Texto 2)

(139) **Poderei entrar** em contato com o responsável pela pesquisa". (Texto 15)

Nos TCLEs analisados evidencia-se a ocorrência de modalizações deônticas e pragmáticas, sempre com a intenção de orientar o sujeito da pesquisa, descrevendo os processos para que o sujeito da pesquisa assine o termo de

consentimento. Foram encontrados inúmeros verbos no imperativo, presença de muitas construções frasais com verbos no modo condicional, verbos como “dever”, “ser necessário”, advérbios e orações impessoais, características destas modalizações, já mostradas anteriormente em vários exemplos. O emprego desses modalizadores é marcante, tanto para reforçar argumentos, quanto para enfatizar a conclusão central a que deve chegar o sujeito da pesquisa, que será a sua concordância em dela participar.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve o propósito de caracterizar o gênero TCLE, o que não é uma tarefa fácil. Nada havia descrito na literatura a respeito dos textos analisados, e a maior parte dos trabalhos que li sobre análise de um gênero de texto eram teses de doutoramento (cf. MACHADO, 1998; COUTINHO, 2003). Dentro dos limites de um trabalho de mestrado, procurei comprovar a existência de uma forma padrão para os termos analisados, o que permitiu mostrar sua constituição como um gênero textual. Estou ciente de que muitas possibilidades se descortinam a partir do trabalho feito e de que muitas das análises precisariam ser aprofundadas, principalmente para perseguir outros objetivos, como o de auxiliar o pesquisador na elaboração de termos de compromisso para suas pesquisas. Fica, desde já, a sugestão para trabalhos futuros.

O estudo permitiu verificar que os 30 termos analisados apresentaram certas regularidades que podem caracterizá-los dentro de um gênero, partindo do fato de que seu conteúdo temático segue os aspectos da resolução 196/96.

O quadro a seguir serve como um resumo da análise no tocante às principais características do gênero TCLE:

### QUADRO 13 – CARACTERÍSTICAS DO GÊNERO

GÊNERO	TCLE
Objetivo	Obter a aceitação do destinatário como participante de uma pesquisa
Plano textual global	O conteúdo temático apresenta a exposição da pesquisa e os elementos determinados pela Resolução 196/96, finalizando com a concordância em participar do sujeito da pesquisa, podendo constituir 2 unidades.
Tipos de discurso	Discurso teórico e discurso teórico misto interativo
Tipos de seqüência	Argumentativa, explicativa, descritiva e injuntiva
Coesão nominal	Pelo menos 3 cadeias referenciais (do agente produtor, do destinatário e do referente pesquisa)
Coesão verbal	Relacionada ao tipo de discurso: Presente atual (do momento da enunciação) e presente gnômico (atemporal),
Vozes	Polifonia, em que se destacam, de acordo com o tipo de discurso, vozes do expositor(neutra), do autor, dos personagens- participantes, patrocinadores, executores-, e vozes sociais

Minha análise permitiu estabelecer diferenças entre os TCLEs, as quais se prendem a dois elementos principais: ao tipo de discurso predominante e ao contexto de produção.

Com relação ao tipo de discurso predominante, é possível distinguir dois tipos básicos de textos:

- a) os que são predominantemente teóricos e apresentam seqüência argumentativa dominante, seguida, em todos os casos, por seqüência(s) explicativa(s) e, em alguns, também por seqüência(s) descritiva(s);
- b) os que são interativo-teórico-mistos, com seqüência argumentativa dominante, seguida, em todos os casos, por seqüências explicativas e, na maior parte das vezes, por seqüências injuntivas, além de apresentarem também seqüências descritivas.

Outro elemento que se mostrou diferencial para a caracterização dos textos foi seu contexto de produção, cujas principais diferenças estão sintetizadas a seguir:

#### **QUADRO 14 – PRINCIPAIS DIFERENÇAS QUANTO AO CONTEXTO DE PRODUÇÃO DOS TCLEs**

<b>Textos da área universitária</b>	<b>Textos da área hospitalar</b>
- apresentam 1 a 2 páginas	- apresentam de 5 a 20 páginas
- apresentam-se em uma única unidade ou em duas, mas sem divisões internas	- apresentam 2 unidades e a unidade 1 mostra subtítulos
- 57,9% apresentam discurso teórico	- todos apresentam discurso teórico interativo misto
- apresentam algumas seqüências explicativas e, no máximo, uma descritiva;	- apresentam inúmeras seqüências explicativas e descritivas, na maior parte das vezes encaixadas em seqüências injuntivas.
- se interativo teórico misto, apresentam voz de autor.	- não aparece voz de autor, apenas a de expositor(neutra).

Em cada termo, encontrei diferenças sutis no uso de estratégias para descrever ou explicar a pesquisa e essas, eventualmente, ocasionaram usos específicos dos recursos lingüísticos. No entanto essas variações não formam um gênero diferente, pois o propósito comunicativo permanece o mesmo. Os textos em questão estão intimamente relacionados, como, por exemplo, a grande maioria, ou seja, 11 termos começam com a apresentação da pesquisa e 14 com um convite

para participar de uma pesquisa; todos contêm um espaço para a assinatura do termo e todos obedecem aos aspectos exigidos pela Resolução 196/96.

Assim, embora sejam os TCLEs escritos de forma diferente uns dos outros, ou seja, cada um apresenta um estilo ocasionado pela individualidade do pesquisador no momento de redigi-lo, aparece um grau notável de justaposição em conteúdo e intenção comunicativa, o que os caracteriza como um gênero.

Na verdade, os TCLEs são redigidos por membros de uma comunidade experiente de profissionais que se utilizam de formas discursivas convencionais, institucionalizadas. Todos têm o intuito de convencer o sujeito da pesquisa a assinar o termo (conseqüentemente, a participar do estudo). Entretanto, como os textos serão examinados por Comitês de Ética e são produzidos por agentes-produtores do meio acadêmico, são escritos com uma forte orientação acadêmica, para ser também obtida a aceitação dessa comunidade especializada. No contexto da pesquisa universitária, sobretudo, os pesquisadores escrevem os textos utilizando formas discursivas apropriada a sua comunidade, a seus pares. Preocupações com a intenção de possibilitar maior acessibilidade e praticidade à parcela da sociedade que precisa assinar tais textos parecem estar mais presentes nos termos que se valem do que chamamos de discurso interativo- teórico-misto. Em todos os casos, é preciso lembrar que: "Se alguém quiser matar uma profissão, destruir sua união e sua força, a maneira mais eficaz seria proibir o uso de sua linguagem característica" (HUDSON *apud* BATHIA, 2001, p. 1).

Por outro lado, as palavras de Bathia (2001):

Se, por um lado, o poder do gênero pode ser visto como uma força legítima freqüentemente usada para manter a solidariedade dentro de uma comunidade específica, por outro lado, essa força pode ser usada para manter os estranhos a uma distância respeitável. Por um lado, ela capacita uns, os membros da comunidade, enquanto ao mesmo tempo silencia a outros, especialmente os estranhos.

parecem muito apropriadas como um alerta aos agentes-produtores dos TCLEs, no sentido de adequarem sua linguagem ao destinatário, sujeito da pesquisa.

Espero, com esta pesquisa, ter contribuído para a reconstituição de um gênero secundário que surgiu a partir de uma legislação específica (Resolução 196/96), mas ainda não foi explorado suficientemente e precisa de definições. Minha análise mostrou a complexidade do gênero textual TCLE e teve a preocupação de chegar ao que Bronckart chama de arquétipo discursivo (1999, p. 181), sempre lembrando as palavras deste autor (p. 181) quando refere os “infinitos limites de um modelo finito”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAM, Jean Michel. Récit, description, argumentation, explications e dialogue. **Les textes et prototypes**. Paris: Nathan, 1992. 222p.

\_\_\_\_\_. **Eléments de linguistique textuelle: théorie et pratique de l'analyse textuelle**. Liège: Mardaga, 1990. 265p.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Trad. Manuel Alexandre Júnior e outro. Lisboa: Imprensa Casa da Moeda, 1998.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2000. (publicação original: 1952/53-1979). 421p.

\_\_\_\_\_. VOLOCHÍNOV, V.N. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 5 ed. São Paulo: HUCITEC, 1999. (publicação original: 1929) 196p.

BATHIA, Vijay. Análise de Gêneros Hoje. **Revista de Letras**, n. 23, v. ½ . jan/dez 2001, p.102-115

BENVENISTE, Emile. **Problemas de Lingüística geral II**. Trad. Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1989. 294p.

BRAIT, Beth (Org.) **Bakhtin, dialogismo e construção de sentido**. Campinas: Unicamp, 1997. 385p.

BRANDÃO, Helena H.N. **Gêneros do discurso: unidade e diversidade**. Polifonia, 7 (8), 95-112.

BRONCKART, Jean Paul. **Atividade de linguagem, textos e discursos**. Por um interacionismo sócio-discursivo. 2. ed. São Paulo: Educ, 1999. (publicação original: 1997) 353p.

\_\_\_\_\_. L'analyse du signe et la gènese de la pensée consciente. **Calidoscópico**, 1(1):99-116, 2003.

\_\_\_\_\_. **Le language comme agir et l'analyse des discours:** cahiers de la section des sciences de l'éducation. Université de Genève 103:67-86, jun. 2004.

\_\_\_\_\_. MACHADO, Ana Rachel. **Procedimentos de análise de textos sobre o trabalho educacional.** In: O Ensino como trabalho. Londrina: Eduel, 2004, p. 133-162.

\_\_\_\_\_, **Lês différentes facettes de l'interactionisme sócio-discursif.** Calidoscópio, 3 (3): 149-159, 2005.

CARDOSO, Marta. **Editorial: construído ethos e situação enunciativa.** Disponível em: file:///A:\Editorial construído ethos e situação enunciativa – Marta cardoso.htm Acesso em: 22 de dez. 2005.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENAU, D. **Dicionário de análise do discurso.** São Paulo: Contexto, 2004, p. 367-368.

CLOTET, Joaquim, FRANCISCONI, Carlos Fernando. GOLDIM, José Roberto( org.), **Consentimento informado e a sua prática na assistência e pesquisa no Brasil.** Porto Alegre: EDIPUC, 2000. 130p.

\_\_\_\_\_. **O consentimento informado nos Comitês de Ética em Pesquisa e na prática médica: conceituação, origens, atualidade.** *Bioética*, v.1, 1995. p. 51-59.

COMISSÃO DE ÉTICA MÉDICA. Disponível em: <file:///A:\Comissão de Ética Médica - UNIFESP – HPS.htm> Acesso em 10 de mar. 2006.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Código de Ética Médica (Resolução 1246, de 8 de janeiro de 1988).

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE – Ministério da Saúde. Normas de Pesquisa em Saúde. Resolução 01 /1988.

\_\_\_\_\_. - Diretrizes e Normas Regulamentadoras de pesquisa Envolvendo Seres Humanos – Resolução 196/1996.

COUTINHO, Maria Antonia. **Texto(s) e competência discursiva.** Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian Fundação para Ciência e tecnologia, 2003. 431p.

\_\_\_\_\_. **A construção textual de “O milagre”**. Caderno n. 1, p.1 – 17 - Linha de investigação – Centro de lingüística – Universidade Nova de Lisboa, 2003.

\_\_\_\_\_. Simpósio “**O interacionismo sociodiscursivo em construção: desafios e posicionamentos**”. 15º INPLA, Puc, São Paulo, 2005.

DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. **Gêneros textuais & Ensino**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. 218p.

FAÏTA, Daniel. **A noção de “gênero discursivo” em Bakhtin: uma mudança de paradigma**. In: Brait, Beth(org.). Bakhtin, Dialogismo e Construção de sentido. Campinas: Editora da Unicamp, 1997

FARACO, Carlos Alberto. **Relatório sobre gêneros do discurso**. Paraná: PUC. In: Disponível em: <[www.scielo.br/scielo](http://www.scielo.br/scielo)>. Acesso em: 10 de set. 2005

GADELHA, Maria Inês Porderes. **Pesquisa clínica e indústria farmacêutica**. Cadernos de Ética em Pesquisa. CONEP, maio 2005, ano VI, n. 15, p. 24-30.

GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa qualitativa – Tipos fundamentais**. Revista de administração de Empresas. São Pulo: n.3, maio/jun. 1995.

GOLDIM, José Roberto. **Ética aplicada à pesquisa em saúde**. Disponível em: <<http://www.bioetica.ufrgs.br/autor.htm>> Acesso em: 19 de nov. 2004.

\_\_\_\_\_. **Termo de Consentimento Informado para pesquisa: auxílio para a sua estruturação**. Disponível em: <<file:///A:\consentimento%20em%20pesquisa-Francisconi&Goldim.htm>> Acesso em: 04 de abr. 2005.

\_\_\_\_\_. **Psicoterapias e Bioética**. In: BOFF, Almerindo; SHIBA, Akemi Scarlet; abuchaim, Ana Luiza; SCHWARTZHAUPT, Alexandre. Psicoterapias: abordagens atuais. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 1998. 453p.

GOMES-SANTOS, Sandoval Nonato. **O pensamento bakhtiniano no debate brasileiro sobre o conceito de gênero**. Proceedings XI International Bakhtin Conference. São Paulo: IEL, [s.d].

HOSSNE, W.S, Viera. SARDENBERG, T., MULLER S.S., PEREIRA.H.R. **Análise dos aspectos éticos da pesquisa em seres humanos contidos nas Instruções aos autores de 139 revistas científicas brasileiras.** Revista Associação Médica brasileira, v. 45, n.4, São Paulo, set/dez.1999.

HUTZ, Claudio. **Problemas éticos na produção do conhecimento.** Disponível em: <file://A:\artigo.htm> Acesso em: 19 de ago. 2005.

INFANTE, Ulisses. **Do texto ao texto. Curso prático de leitura e redação.** São Paulo: Scipione, 1995. 312p.

JUNGES, José Roque. **Bioética.** São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1999. 322p.

KOCH, Ingedore Villaça. **Rotulação: uma estratégia textual de construção do sentido.** Palestra proferida na Unisinos, em 05 de jan. 2006.

KORTE, Gustavo. **Iniciação à ética.** São Paulo: Juarez de Oliveira, 1999. 216p.

MACHADO, Anna Rachel. **O ensino como trabalho: uma abordagem discursiva.** Londrina: EDUEL, 2004. 325p.

\_\_\_\_\_. **Para (re)pensar o ensino de gêneros.** Calidoscópio – Revista de lingüística aplicada. Unisinos, v.2, n.1 e 2. jan/jul 2004, São Leopoldo: Unisinos, 2004.

\_\_\_\_\_. **O Diário de Leituras.** São Paulo: Martins Fontes, 1998. 263p.

\_\_\_\_\_. **Uma experiência de assessoria docente e de elaboração de material didático para o ensino de produção de textos na universidade.** Delta, v. 16, n.1, 2000, p.1-26.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. **Gêneros textuais & Ensino.** 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. 218p.

\_\_\_\_\_. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização.** 3.ed. São Paulo: Cortez, 2001. 133p.

\_\_\_\_\_. **Lingüística de texto: retrospectiva e prospectiva.** Palestra proferida na FALE?UFMG, 28 de out. 1998.

MAZZOTTI, Alda Judith Alves e GEWANDSNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais.** São Paulo: Pioneira, 1998. 203p.

MEURER, José Luiz; MOTTA-ROTH, Desirée. **Gêneros textuais e práticas discursivas: subsídios para o ensino da linguagem.** Bauru, São Paulo: EDUSC, 2002. 316p.

MIOTELLO, V. Ideologia. In: Brait, B. (org.), **Bakhtin: conceitos-chave.** São Paulo: Contexto, p.167-176. 222p.

MORIN, Edgar. **Sete saberes necessários à Educação do Futuro.** 2.ed. São Paulo: Cortez, 2000. 117p.

PERELMAN, Chaïm; TYTEZA, Lucie Olbrechts. **Tratado da argumentação: a nova retórica.** São Paulo: Martins Fontes, 2000. Traduzido por Maria Ermantina Galvão. 653p

RODRIGUES, David. **Para o estudo das interações verbais.** Disponível em: <[www.scielo.br/scielo](http://www.scielo.br/scielo)> Acesso em: 22 de ago. 2005.

ROJO, Roxane. **Gêneros do discurso e gêneros textuais: Questões teóricas e aplicadas.** Disponível em: <<http://www.fae.ufmg.br/ceale/generosdiscurso/pdf>> Acesso em: 06 de abr. 2002.

\_\_\_\_\_. **A Prática de linguagem na sala de aula. Praticando os PCNs.** São Paulo: Educ: Campinas, SP: Mercado de letras, 2000. 247p.

SANTOS, Cosme Batista dos. **A construção do conceito de coerência Textual por professores em formação no semi-árido baiano.** Revista Trabalhos em Lingüística Aplicada. Campinas (41): 1-161, jan./jun. 2003.

SCHNEUWLY, Bernard, DOLZ, Joaquim. **Os Gêneros Escolares: das Práticas de Linguagem aos Objetos de Ensino.** Revista Brasileira de Educação, n. 11, 1999, p. 5-16.

TADEU, Neri. **Erro médico e consentimento informado**. Disponível em: <file://A:\artigos.htm> Acesso em: 28 de ago. 2005.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação**: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 1996. 245p.

VAL, Maria da Graça Costa. **Redação e Textualidade**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 133p.

VERGARA, Willian C. **Ciência**: a busca sem fim. São Paulo: Cultrix, 1967. 414p.

VIEIRA, Sonia, HOSSNE, William Saad. **A ética e a metodologia**. São Paulo: Pioneira, 1998. 161p.

\_\_\_\_\_. **A Ética em pesquisa**. In: Experimentação com seres humanos. São Paulo: Moderna, 1987.

**ANEXOS**